

Secretaria do Trabalho - SET

RELATÓRIO DE DESEMPENHO DA GESTÃO

Período de gestão: 2025

SET – GESTÃO 2025

GOVERNADOR DO CEARÁ	ELMANO DE FREITAS
SECRETÁRIO DO TRABALHO	VLADYSON DA SILVA VIANA
SECRETÁRIA EXECUTIVA DE PLANEJAMENTO E GESTÃO INTERNA	ARIANA FALCÃO DA SILVA
ASSESSORIA DE CONTROLE INTERNO E OUVIDORIA	EDNA MARIA MARTINIANO DE LIMA
ASSESSORIA DE COMUNICAÇÃO E MARKETING DIGITAL	ANA CLARA BRAGA MENESES
ASSESSORIA JURÍDICA	RODRIGO ARRUDA CUNHA
COORDENADORIA DO TRABALHO E RENDA	ANIBAL JOSE DE SOUZA
COORDENADORIA DE EMPREENDEDORISMO E EDUCAÇÃO PROFISSIONAL	JOSÉ WELINGTON RIBEIRO SILVA
COORDENADORIA ADMINISTRATIVO-FINANCEIRA	SHEILA MARIA FREIRE CUNHA
COORDENADORIA DE DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL E PLANEJAMENTO	JIDLAFE ROSA RODRIGUES
COORDENADORIA DE DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL E PLANEJAMENTO – ARTICULADOR	VLADIA CAVALCANTE DA SILVA
COORDENADORIA DE DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL E PLANEJAMENTO - ARTICULADOR	ELANNYA CAJAZEIRAS SOARES

SUMÁRIO

1. APRESENTAÇÃO 5
2. FUNDAMENTAÇÃO LEGAL 6
3. IDENTIDADE INSTITUCIONAL 6
4. COMPETÊNCIAS 7
5. ESTRUTURA ORGANIZACIONAL 8
6. PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO 10
7. RECURSOS HUMANOS 12
8. RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS 14
    8.1. DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS 14
9. RECURSOS FINANCEIROS 18
    9.1 GESTÃO FINANCEIRA 18
    9.2 PESSOAL 18
    9.3. CUSTEIO DE MANUTENÇÃO 19
10. RECURSOS PATRIMONIAIS 27
11. TRANSFERÊNCIAS VOLUNTÁRIAS 29
12. EXECUÇÃO DOS PROGRAMAS FINALÍSTICOS - ÁREA COEMP / SET. 30
    12.1 ACOMPANHAMENTO DE PROJETOS E PROGRAMAS - COEMP 30
        12.1.1. PROGRAMA MICROCRÉDITO PRODUTIVO DO CEARÁ – CEARÁ CREDI 30
        12.1.2. PROGRAMA ESTADUAL DINHEIRO NA MÃO 31
        12.1.3. PROJETO QUALIFICAR MAIS 32
        12.1.4. PROJETO DE QUALIFICAÇÃO PARA PROFISSIONAIS AUTÔNOMOS 34
        12.1.5. PROJETO QUALIFICAR MAIS 2ª EDIÇÃO 35
        12.1.6 PROJETO DE FORMAÇÃO PROFISSIONAL E INCLUSÃO SOCIOPRODUTIVA - PROJETO INCLUIR MAIS 37
    12.2. MONITORAMENTO ENTREGAS PPA (2024-2027) 38
    12.3. ACOMPANHAMENTO DE CONTRATOS, CONVENIOS E CONGENERES 42
    12.4. FÓRUM ESTADUAL DAS MICROEMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE DO CEARÁ 47
    12.5. CONSELHO DIRETOR DO FUNDO DE INVESTIMENTOS DE MICROCRÉDITO PRODUTIVO DO CEARÁ – CDFIMPCE 49
    12.6. PARTICIPAÇÃO EM EVENTOS E COMISSÕES 50
    12.7. REGISTRO FOTOGRÁFICO DAS AÇÕES E PARTICIPAÇÃO EM EVENTOS 51
13. EXECUÇÃO DOS PROGRAMAS FINALÍSTICOS - ÁREA COESA / SET 53
    13.1. ACOMPANHAMENTO DE PROJETOS E PROGRAMAS - COESA 53
        13.1.1 CONSELHO ESTADUAL DE ECONOMIA POPULAR E SOLIDÁRIA 53
        13.1.2. REALIZAÇÃO DA 4ª CONFERÊNCIA DE ECONOMIA POPULAR E SOLIDÁRIA 54

13.1.3. IMPLANTAÇÃO DO SISTEMA DE CADASTRO DOS EMPREENDIMENTOS ECONÔMICOS SOLIDÁRIOS DO ESTADO DO CEARÁ (CADSOL) 56
13.1.4. OUTRAS AÇÕES DE FOMENTO AOS EMPREENDIMENTOS ECONÔMICOS SOLIDÁRIOS 57
13.2. EIXO 3 - MAIS QUALIFICAÇÃO E RENDA - PROGRAMA CEARÁ SEM FOME 60
13.2.1.ACOMPANHAMENTO DOS PROJETOS DE QUALIFICAÇÃO SOCIAL E PROFISSIONAL - PROGRAMA CEARÁ SEM FOME (PCSF). 60
13.2.2. PROJETO CONSTRUINDO FUTUROS 60
13.2.3. PROJETO CEARÁ SEM FOME MAIS QUALIFICAÇÃO E RENDA - EMPREENDEDORISMO E DESENVOLVIMENTO - CONVÊNIO 01/2024 CELEBRADO ENTRE SET/SEBRAE 62
13.2.4. PROJETO AMOR NA MASSA - SENAC Contrato nº 29/2024 65
13.3. PARTICIPAÇÃO EM EVENTOS E COMISSÕES - COESA 67
13.4. MONITORAMENTO ENTREGAS PPA (2024-2027) - COESA 68
13.5. ACOMPANHAMENTO DE CONTRATOS, CONVENIOS E CONGENERES - COESA 70
13.6. REGISTRO FOTOGRÁFICO - AÇÕES E PARTICIPAÇÃO EM EVENTOS - COESA 71
14. EXECUÇÃO DOS PROGRAMAS FINALÍSTICOS - ÁREA COTRA / SET 73
14.1. ACOMPANHAMENTO DE PROJETOS E PROGRAMAS - COTRA 73
14.1.1. PROJETO DE PROMOÇÃO DO ATENDIMENTO INTEGRADO AOS TRABALHADORES PELO SINE/CE 73
14.2. MONITORAMENTO DAS ENTREGAS DO PPA (2024-2027) - COTRA 76
14.3. ACOMPANHAMENTO DE CONTRATOS, CONVENIOS E CONGENERES - COTRA 77
14.4. EVENTOS E COMISSÕES - COESA 78
14.5. REGISTRO FOTOGRÁFICO - AÇÕES E PARTICIPAÇÃO EM EVENTOS - COTRA 82
15. EXECUÇÃO DAS AÇÕES - ÁREA COORDENAÇÃO DE EVENTOS / SET 86
15.1 ACOMPANHAMENTO DAS AÇÕES - COORDENAÇÃO DE EVENTOS - GABINETE DO SECRETÁRIO 86
15.1.1. Caravana VaiVem Trabalhador 86
15.2. REGISTRO FOTOGRÁFICO DAS AÇÕES E PARTICIPAÇÃO EM EVENTOS - COORD. EVENTOS - GABINETE DO SECRETÁRIO DO TRABALHO. 87
16. AÇÕES DA ASSESSORIA DE CONTROLE INTERNO E OUVIDORIA - ASCOI 91
16.1. INTRODUÇÃO E IDENTIDADE INSTITUCIONAL 91
16.2. PESSOAL - ASCOI 91
16.3. ATIVIDADES REALIZADAS 91
16.4. INDICADORES DE OUVIDORIA 93
16.5. AÇÕES DE OUVIDORIA ATIVA 93
16.6. REGISTRO FOTOGRÁFICO - ASCOI. 95
17. AÇÕES DA ASSESSORIA JURÍDICA - ASJUR. 96
18. AÇÕES DA ASSESSORIA DE COMUNICAÇÃO - ASCOM. 98
CONSIDERAÇÕES FINAIS 99

1. APRESENTAÇÃO

O Relatório de Desempenho da Gestão (RDG) tem como finalidade apresentar os resultados alcançados pela Secretaria do Trabalho do Estado do Ceará no exercício de 2025, evidenciando o desempenho institucional das ações desenvolvidas ao longo do período. Por meio deste documento, busca-se proporcionar uma visão ampla e sistematizada acerca das iniciativas executadas, dos avanços obtidos e dos desafios enfrentados pela Pasta, com destaque para a efetividade das políticas públicas direcionadas à geração de emprego e renda, à qualificação profissional, ao empreendedorismo e ao fortalecimento da economia solidária.

No primeiro capítulo pode-se observar os seguintes aspectos: fundamentação legal, propósito, missão, visão e valores, bem como as competências institucionais, estrutura organizacional e recursos humanos que integram a força de trabalho do órgão.

No segundo capítulo temos os recursos orçamentários-financeiros, custeio de manutenção e recursos patrimoniais e transferências voluntárias, por meio dos quais foram desenvolvidas as ações no período citado.

A execução dos programas, projetos, entregas e o acompanhamento dos contratos das coordenadorias finalísticas estão descritas no terceiro capítulo. As coordenadorias finalísticas tem o papel de executar as estratégias para garantir a efetividade de serviços relacionados ao mercado de trabalho, capacitação, inclusão, e empregabilidade, entre outros.

O quarto capítulo revela as ações das atividades de assessoria da Secretaria do Trabalho; e, por fim, o quinto capítulo traz as considerações finais.

No presente relatório também estão destacadas as atividades inerentes à gestão de 3 (três) órgãos: Secretaria do Trabalho - SET, Fundo Estadual do Trabalho - FET e Fundo de Investimentos Microcréditos Produtivo do Ceará - FIMPCE. Sendo estes 2 últimos vinculados à SET, com objetivos distintos, mas complementares, voltados para o fortalecimento da economia do Estado do Ceará.

A gestão da Secretaria do Trabalho do Estado do Ceará tem sido marcada pela implementação de ações estratégicas voltadas à qualificação profissional, à ampliação das oportunidades de inserção no mercado de trabalho e ao fortalecimento das políticas públicas de emprego, renda e empreendedorismo.

Nesse contexto, o presente relatório busca refletir os esforços empreendidos pela gestão, oferecendo uma análise clara, objetiva e transparente dos resultados alcançados, de modo a contribuir para o aperfeiçoamento contínuo das políticas implementadas e para o fortalecimento da transparência e da eficiência da administração pública.

2. FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

A Secretaria do Trabalho – SET, órgão da Administração Direta do Estado do Ceará, foi instituída pela Lei Estadual n° 18.310, de 17 de fevereiro de 2023, sendo responsável por promover e coordenar as políticas de trabalho, empreendedorismo e economia solidária no Estado do Ceará, visando o crescimento do emprego, da renda e da inclusão social da população.

A SET teve sua estrutura organizacional definida através do decreto nº 35.342, de 14 de março de 2023, que estabelece sua composição interna, competências e áreas de atuação, organizando suas coordenadorias, células e unidades administrativas com o objetivo de assegurar a execução eficiente das políticas públicas voltadas ao trabalho, emprego, empreendedorismo e economia solidária no Estado do Ceará.

A atual estrutura organizacional da SET foi concebida em consonância com as diretrizes do Ministério do Trabalho e Emprego e com as prioridades definidas pelo Governo do Estado do Ceará. Fundamentada no conceito de cadeia de valor, a definição das instâncias administrativas apresentadas no organograma considerou a distinção entre atividades finalísticas e de apoio, sendo orientada pelas demandas dos grupos prioritários, com foco em políticas transversais.

Dessa forma, a Secretaria do Trabalho do Estado do Ceará consolida-se como um instrumento estratégico na promoção do desenvolvimento socioeconômico, atuando de maneira integrada e alinhada às políticas públicas nacionais e estaduais. Sua estrutura é orientada por princípios de eficiência, inclusão e inovação, permitindo a implementação de ações que respondem de forma efetiva às necessidades da população, especialmente dos públicos mais vulneráveis, fortalecendo o compromisso do Estado com a geração de trabalho, renda e oportunidades sustentáveis.

3. IDENTIDADE INSTITUCIONAL

- **Propósito:** Promover a cidadania por meio do trabalho decente e inclusivo, do empreendedorismo, da economia popular e solidária, da formação profissional e da geração de renda a todos no Ceará.
- **Visão:** Ser referência nacional na promoção das políticas públicas do trabalho, emprego e renda, com inovação e efetividade, oportunizando a inclusão social e produtiva, até 2027.
- **Missão:** Garantir oportunidades dignas de trabalho, emprego e renda para as pessoas em condições de trabalho no Ceará.

- **Valores:**

I. Inclusão com equidade e respeito à diversidade;
II. Excelência nos resultados com inovação;
III. Valorização dos colaboradores por meio do desenvolvimento pessoal e profissional;
IV. Gestão ética, transparente e íntegra;
V. Ênfase na participação popular com empatia e respeito pelo ser humano;

4. COMPETÊNCIAS

Compete à Secretaria do Trabalho:

I. Promover a gestão integrada e colaborativa das políticas do trabalho;
II. Garantir o fomento ao empreendedorismo e às soluções inclusivas de geração de emprego e renda;
III. Promover a gestão do relacionamento com as esferas de governo municipal e federal;
IV. Produzir estatísticas, estudos e pesquisas sobre o mundo do trabalho para subsidiar políticas públicas para adaptação e inovações que visem suprir as necessidades do cidadão em busca de inserção ou reinserção no mercado de trabalho;
V. Desenvolver políticas de enfrentamento às desigualdades no mundo do trabalho, visando à inclusão e à diversidade;
VI. Planejar, monitorar, avaliar e ajustar a execução de políticas públicas de trabalho, emprego, renda, empreendedorismo e economia solidária;
VII. Desenvolver programas de capacitação, qualificação e formação continuada para assegurar a inserção e manutenção no trabalho e na renda;
VIII. Monitorar as necessidades e tendências dos empregadores para reter as oportunidades locais;
IX. Estabelecer política e diretrizes para a geração de emprego e renda e de apoio ao trabalhador;
X. Promover a intermediação de mão de obra e a formação e o desenvolvimento profissionais;
XI. Desenvolver programas para o fomento à economia solidária, ao cooperativismo e ao associativismo urbanos;
XII. Apoiar a comercialização dos produtos artesanais e das micro e pequenas empresas;
XIII. Estabelecer políticas de capacitação, aprendizagem e de inclusão no mercado de trabalho, inclusive de pessoas com deficiência, em articulação com os demais órgãos competentes;
XIV. Ampliar as oportunidades de acesso à geração de trabalho e renda;
XV. Desenvolver políticas voltadas para a relação entre novas tecnologias, inovação e

mudanças no mundo do trabalho, em articulação com os demais órgãos competentes;

XVI. Exercer outras competências necessárias ao cumprimento de suas finalidades, nos termos do regulamento.

§ 1.º O Fundo Estadual do Trabalho do Ceará – FET, instituído pela Lei nº 16.877, de 10 de maio de 2019, fica vinculado à Secretaria do Trabalho.

§ 2.º O Fundo de Investimentos de Microcrédito Produtivo do Ceará, instituído pela Lei Complementar nº 230, de 7 de janeiro de 2021, fica vinculado à Secretaria do Trabalho.

§ 3.º O Conselho Estadual do Trabalho – CET, criado pelo Decreto nº 23.306, de 15 de julho de 1994, alterado pelo Decreto nº23.951, de 27 de dezembro de 1995, e modificado pelo Decreto nº 27.410, de 30 de março de 2004, fica vinculado à Secretaria do Trabalho.

§ 4.º O Conselho Estadual de Economia Solidária – CEES, criado pela Lei nº 17.916, de janeiro de 2022, fica vinculado à Secretaria do Trabalho.

§ 5.º O Programa Microcrédito do Ceará, previsto na Lei Complementar nº 230, de 7 de janeiro de 2021, fica vinculado em sua gestão à Secretaria do Trabalho.

§ 6.º Os contratos de gestão com organização social que envolvem ações de fomento ao trabalho serão celebrados com a Secretaria do Trabalho.

Fonte: Lei nº18.310, de 17 de fevereiro de 2023, Art. 43-A.

5. ESTRUTURA ORGANIZACIONAL

A estrutura organizacional básica e setorial da Secretaria do Trabalho (SET) é a seguinte:

DIREÇÃO SUPERIOR
Secretário do Trabalho
GERÊNCIA SUPERIOR
Secretaria Executiva de Trabalho e Empreendedorismo (Sexec-TEMP)
Secretaria Executiva de Planejamento e Gestão Interna (Sexec-PGI)
ÓRGÃOS DE ASSESSORAMENTO
Assessoria Jurídica (Asjur)
Assessoria de Controle Interno e Ouvidoria (Ascoi)
Assessoria de Comunicação e Marketing Digital (Ascom)
ÓRGÃOS DE EXECUÇÃO PROGRAMÁTICA
Coordenadoria de Economia Popular e Solidária e Arranjos Produtivos Locais (Coesa)
Coordenadoria de Empreendedorismo e Educação Profissional (Coemp)
Coordenadoria do Trabalho e Renda (Cotra)
ÓRGÃOS DE EXECUÇÃO INSTRUMENTAL
Coordenadoria de Desenvolvimento Institucional e Planejamento (Codip)
Coordenadoria Administrativo-Financeira (Coafi)

ÓRGÃOS COLEGIADOS

Conselho Estadual do Trabalho (CET)

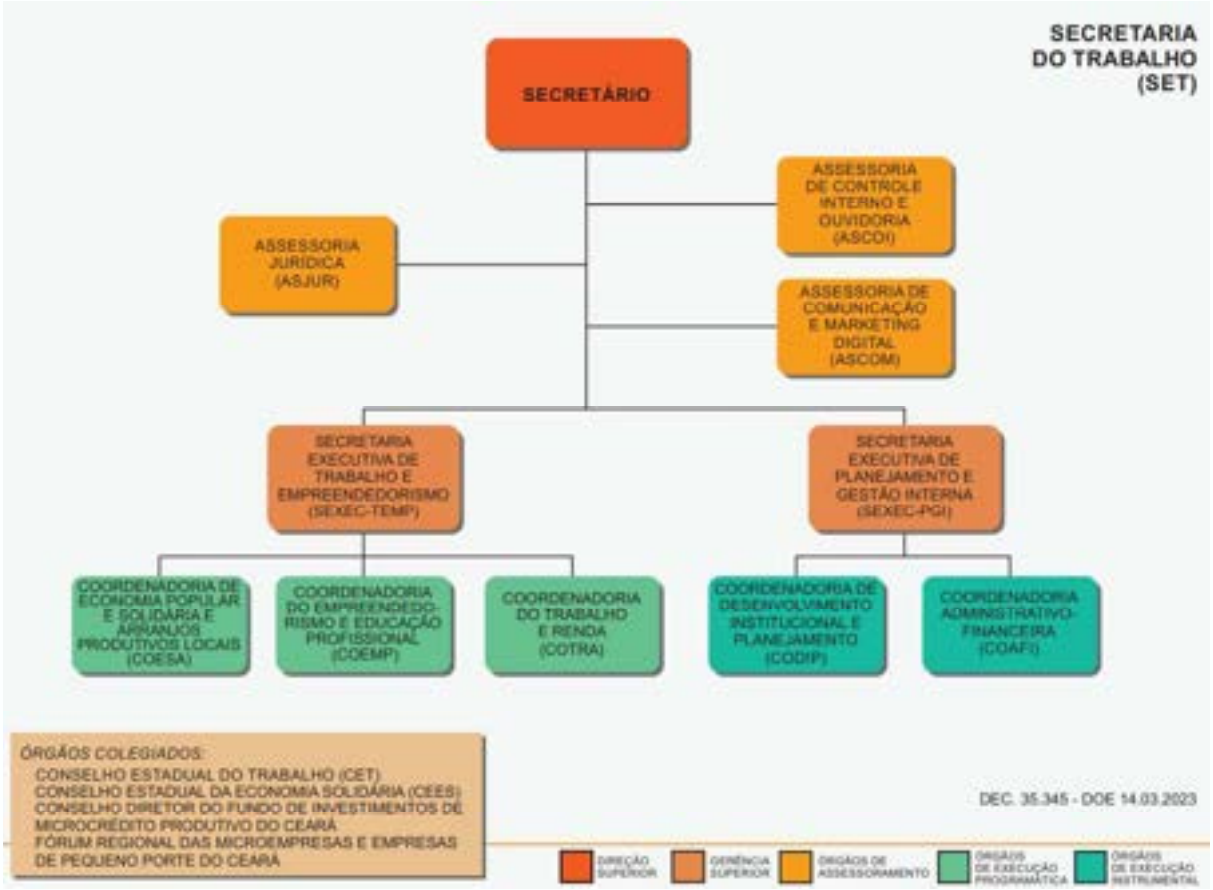
Conselho Estadual da Economia Solidária (CEES)

Conselho Diretor do Fundo de Investimentos de Microcrédito Produtivo do Ceará - (CDFIMPCE)

Fórum Regional das Microempresas e Empresas de Pequeno Porte do Ceará

Fonte: Decreto nº35.345, de 14 de março de 2023.

Figura 1. Organograma da SET.



Fonte: *website*, endereço https://www.trabalho.ce.gov.br/.

6. PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO

A Secretaria do Trabalho (SET) elaborou, em 2023, seu Planejamento Estratégico para o período de 2024 a 2027, alinhando-o integralmente ao Plano Plurianual (PPA) 2024-2027, às diretrizes dos planos de longo prazo Ceará 2050 e Fortaleza 2040, às orientações e políticas do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) aplicáveis à área de atuação da Secretaria, bem como ao Objetivo de Desenvolvimento Sustentável (ODS) nº 8 da Agenda 2030 da Organização das Nações Unidas (ONU), voltado à promoção do trabalho decente e do crescimento econômico sustentável.

Na elaboração do referido instrumento de planejamento, buscou-se fortalecer a governança institucional, promover maior eficiência na alocação e utilização dos recursos públicos, estruturar projetos estratégicos acompanhados de planos de ação detalhados, antecipar cenários e demandas futuras da população trabalhadora e fomentar parcerias estratégicas com instituições públicas, privadas e do terceiro setor, ampliando a capacidade de entrega de políticas públicas voltadas ao trabalho, emprego, renda e qualificação profissional.

A definição de objetivos estratégicos, indicadores de desempenho, metas e iniciativas prioritárias proporcionou maior clareza quanto aos resultados esperados, permitindo o acompanhamento sistemático da execução das ações da Secretaria. Esse monitoramento contínuo favorece a identificação tempestiva de desafios, oportunidades de melhoria e eventuais desvios de execução, possibilitando a adoção de medidas corretivas e o aperfeiçoamento permanente dos processos institucionais.

O resultado desse esforço coletivo foi a consolidação de uma Estratégia Organizacional construída de forma participativa e colaborativa, dotada de caráter dinâmico e orientada para resultados. A estratégia contempla objetivos e metas claramente definidos, acompanhados por indicadores de desempenho, projetos estratégicos, gestão de processos, gerenciamento de riscos e um Plano de Ação estruturado para orientar a atuação institucional ao longo do ciclo de planejamento.

Considerando, contudo, as mudanças ocorridas no ambiente institucional, econômico e social ao longo do primeiro ciclo de implementação, bem como a necessidade de adequação às novas prioridades governamentais, aos resultados obtidos até então e às oportunidades identificadas durante o processo de monitoramento e avaliação, a SET promoveu, em 2025, a revisão do seu Planejamento Estratégico 2024-2027.

A revisão teve como objetivo atualizar metas, indicadores, projetos e iniciativas estratégicas, assegurando maior aderência às demandas emergentes da população trabalhadora, às diretrizes governamentais vigentes e às transformações observadas no mercado de trabalho. O processo também buscou fortalecer a capacidade institucional de

resposta da Secretaria, aprimorar a efetividade das políticas públicas executadas e garantir que os recursos disponíveis fossem direcionados às ações com maior potencial de impacto social e econômico.

Dessa forma, o Planejamento Estratégico revisado reafirma o compromisso da Secretaria do Trabalho com a gestão orientada para resultados, a melhoria contínua dos serviços prestados à sociedade e a promoção de políticas públicas capazes de ampliar as oportunidades de trabalho, emprego, renda e inclusão produtiva no Estado do Ceará.

A seguir, apresenta-se a relação dos objetivos estratégicos, indicadores, metas e projetos por área de atuação da Secretaria do Trabalho, conforme estabelecidos na versão revisada do Planejamento Estratégico 2024-2027.

Quadro 1. Objetivos estratégicos e indicadores revisados em 2025, por Coordenadoria e/ou Área de Assessoria/Apoio da Secretaria do Trabalho.

COORDENADORIA DO TRABALHO E RENDA - COTRA	
OBJETIVO ESTRATÉGICO	**INDICADOR DO OBJETIVO**
PROMOVER A INTERMEDIAÇÃO DE TRABALHADORES NAS VAGAS DISPONÍVEIS NO SISTEMA PÚBLICO DE EMPREGO	TAXA DE APROVEITAMENTO DE VAGAS
PROMOVER AÇÕES PARA AMPLIAR A GERAÇÃO DE RENDA DOS TRABALHADORES AUTÔNOMOS	RENDA MÉDIA DO TRABALHADOR AUTÔNOMO
AMPLIAR A PARTICIPAÇÃO DO SISTEMA PÚBLICO DE EMPREGO NO CAGED	TAXA DE PARTICIPAÇÃO NO CAGED
COORDENADORIA DE EMPREENDEDORISMO - COEMP	
OBJETIVO ESTRATÉGICO	**INDICADOR DO OBJETIVO**
FORTALECER A AMBIÊNCIA DOS PEQUENOS NEGÓCIOS PELA PROMOÇÃO DO EMPREENDEDORISMO (ME,MEI E EPP)	NÚMERO DE EMPRESAS FORMALIZADAS
FOMENTAR O ACESSO AO MICROCRÉDITO ORIENTADO PARA POTENCIAIS EMPREENDEDORES, ECONOMIA POPULAR E SOLIDÁRIA, TRABALHADORES FORMAIS E INFORMAIS, PRIORIZANDO OS PÚBLICOS TRANSVERSAIS	NÚMERO DE PESSOAS/BENEFICIÁRIOS COM ACESSO AO MICROCRÉDITO PRODUTIVO ORIENTADO
AMPLIAR A INSERÇÃO DE PESSOAS NO MERCADO DE TRABALHO ATRAVÉS DA QUALIFICAÇÃO SOCIAL E PROFISSIONAL	PESSOAS INSERIDAS NO MERCADO DE TRABALHO POR MEIO DE QUALIFICAÇÃO SOCIAL E PROFISSIONAL
COORDENADORIA **DE ECONOMIA SOLIDÁRIA E ARRANJOS PROD LOCAIS - COESA**	
OBJETIVO ESTRATÉGICO	**INDICADOR DO OBJETIVO**
FORTALECER AS VOCAÇÕES E POTENCIALIDADES ECONÔMICAS DOS TERRITÓRIOS COM APOIO AOS APLS.	PERCENTUAL DE EMPREENDIMENTOS E REDES APOIADAS
	AUMENTO DO RENDIMENTO MÉDIO DOS/AS TRABALHADORES/AS DOS EMPREENDIMENTOS DA EPS
PROMOVER A INCLUSÃO SOCIAL E PRODUTIVA NO ÂMBITO DO PROGRAMA CEARÁ SEM FOME	TAXA DE ACESSO DOS BENEFICIÁRIOS DO PROGRAMA CEARÁ SEM FOME AO CEARÁ CREDI
	INSERÇÃO DOS BENEFICIÁRIOS DO PROGRAMA CEARÁ SEM FOME NO MERCADO DE TRABALHO
FORTALECER A ECONOMIA POPULAR E SOLIDÁRIA	AUMENTO DO RENDIMENTO MÉDIO DOS/AS TRABALHADORES/AS DOS EMPREENDIMENTOS DA EPS

COORDENADORIA ADMINISTRATIVO-FINANCEIRA - COAFI	
OBJETIVO ESTRATÉGICO	**INDICADOR DO OBJETIVO**
CONSOLIDAR O PLANO DE COMPRAS ANUAL DA SET	PERCENTUAL DE CONTRATAÇÕES/AQUISIÇÕES REALIZADOS
FORTALECER A POLÍTICA DE GESTÃO DE PESSOAS DA SET	ÍNDICE DE SATISFAÇÃO DOS COLABORADORES.
COORDENADORIA DE DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL E PLANEJAMENTO - CODIP	
OBJETIVO ESTRATÉGICO	**INDICADOR DO OBJETIVO**
DESENVOLVER UMA GESTÃO EFICIENTE E EFICAZ, FORTALECENDO O SISTEMA DE GOVERNANÇA E BUSCANDO GARANTIR O CUMPRIMENTO DAS NORMAS E PRINCÍPIOS DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA	TEMPO DE CUMPRIMENTO DOS PRAZOS DOS PROCESSOS
	PERCENTUAL DE PROCESSOS INTERNOS MODERNIZADOS
FORTALECER O PLANEJAMENTO ORÇAMENTÁRIO E FINANCEIRO DA SECRETARIA DO TRABALHO, GARANTINDO A ALOCAÇÃO EFICIENTE DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS	PERCENTUAL DE EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
ASSESSORIA DE CONTROLE INTERNO - ASCOI	
OBJETIVO ESTRATÉGICO	**INDICADOR DO OBJETIVO**
ADOTAR MODELO DAS 3 LINHAS DE CONTROLE INTERNO, INTEGRADO ÀS DIRETRIZES DO SISTEMA DE CONTROLE INTERNO DO PODER EXECUTIVO ESTADUAL	NÍVEL DE ADERÊNCIA ÀS DIRETRIZES DO SISTEMA DE CONTROLE INTERNO DO PODER EXECUTIVO ESTADUAL
CONSOLIDAR A CULTURA DE INTEGRIDADE NA SET	ADERÊNCIA ÀS DIRETRIZES DA POLÍTICA DE INTEGRIDADE DO PODER EXECUTIVO DO ESTADO DO CEARÁ
ASSESSORIA DE COMUNICAÇÃO - ASCOM	
OBJETIVO ESTRATÉGICO	**INDICADOR DO OBJETIVO**
PROMOVER UMA POLÍTICA DE COMUNICAÇÃO TRANSVERSAL DAS AÇÕES REALIZADAS PELA POLÍTICA DE TRABALHO COM INOVAÇÃO E ACESSIBILIDADE	TAXA DE ALCANCE DO ENGAJAMENTO

Fonte: Coordenadoria de Planejamento e Desenvolvimento Institucional - CODIP, 2025.

7. RECURSOS HUMANOS

A composição da força de trabalho do órgão SET, em 2025, foi a seguinte:

Tabela 1. Estrutura do Quadro de Comissionados.

Cargos Comissionados	Vagas Existentes	Vagas Ocupadas
Secretário	1	1
Articulador	2	2
Secretários Executivos	2	2
Coordenador(a)	5	5
Assessor(a)	3	3
TOTAL	**13**	**13**

Fonte: SET/COAFI.

Em relação à força de trabalho da Secretaria do Trabalho, informa-se que todas as 13 vagas destinadas a colaboradores comissionados, conforme demonstrado na tabela acima, foram devidamente preenchidas no exercício de 2025.

Tabela 2. Estrutura de Cargos Terceirizados.

Cargos	Total de Vagas	Vagas Ocupadas	Vagas Livres
Assistente Administrativo I	16	16	0
Vigilante	4	4	0
Auxiliar de Serviços Gerais	2	2	0
Copeiro	1	1	0
Eletricista	1	1	0
Recepcionista	2	2	0
Motorista de Veículo de 01 a 09 lugares - percentual 10%	1	1	0
Motorista de Veículo de 01 a 09 lugares - percentual 25%	2	2	0
Motorista de Veículo de 01 a 09 lugares - percentual 50%	2	2	0
Assistente Técnico I	17	16	1
Assistente Técnico II	1	1	0
Assistente Técnico IV	7	7	0
Assistente de Gestão I	4	4	0
TOTAL	**60**	**59**	**1**

Fonte: SET/COAFI

Em relação às posições previstas para a estrutura de terceirizados, contamos com um total de 60 vagas, das quais 98% estão preenchidas, totalizando 59 profissionais terceirizados ativos.

É importante mencionar que, nas contratações de serviços terceirizados, seguimos rigorosamente a diretriz de reserva de vagas, assegurando a confidencialidade das informações. No total das vagas, são reservadas 02 vagas, conforme os grupos listados abaixo:

Grupo I – Os presos em regime semiaberto, aberto, em livramento condicional egressos do sistema prisional.

Grupo VI – Cadastrados no CadÚnico.

8. RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

8.1. DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

Em 29 de dezembro de 2023 foi publicado no Diário Oficial do Estado do Ceará a Lei nº18.664, que estima a receita e fixa a despesa do Estado para o exercício financeiro. Neste momento, foram fixadas as despesas do Governo do Estado do Ceará, cabendo a Secretaria do Trabalho a gestão de 3 (três) órgãos: Secretaria do Trabalho - SET, Fundo Estadual do Trabalho - FET e Fundo de Investimentos Microcréditos Produtivo do Ceará - FIMPCE.

Tabela 3. Valores orçamentários em Lei e até dezembro de 2025 (Lei+Créditos), por grupo de programa do Órgão Secretaria do Trabalho.

Órgão	Programas PPA* 2024-2027	Lei (R$)	Lei+Créditos (R$)	%
SET	166 - Proteção da Vida e Promoção da Cidadania das Pessoas LGBTI+	162.173,00	62.173,00	-62
	272 - Economia Popular e Solidária e Arranjos Produtivos Locais	4.610.000,00	3.671.313,65	-20
	273 - Conexão Trabalho e Renda	34.860.078,00	37.784.209,44	8
	274 - Empreende Ceará	850.000,00	0,00	-100
	421 - Gestão Administrativa do Ceará	13.595.647,00	12.550.751,00	-8
	TOTAL	54.077.898,00	54.068.447,09	-0,02
FIMPCE	274 - Empreende Ceará	65.490.000,00	109.452.201,21	67
	TOTAL	65.490.000,00	109.452.201,21	67
FET	273 - Conexão Trabalho e Renda	6.250.000,00	13.501.216,78	116
	TOTAL	6.250.000,00	13.501.216,78	116
	TOTAL	**125.817.898,00**	**177.021.865,08**	**41**

*PPA = Plano Plurianual.
Fonte: SIOF - Sistema de Informações Orçamentárias e Financeiras, 2025. *Link* para acesso: https://planejamento.seplag.ce.gov.br/siofconsulta/Paginas/frm_consulta_execucao.aspx

Conforme observa-se na tabela 3, no âmbito da Secretaria do Trabalho (SET), verifica-se relativa estabilidade do orçamento global, que passou de R$54.077.898,00 para R$54.068.447,09, variação praticamente nula (-0,02%). Entretanto, ocorreram remanejamentos internos entre programas, com destaque para o aumento dos recursos destinados ao programa 273 – Conexão Trabalho e Renda, que registrou acréscimo de 8%, enquanto os programas 166 – Proteção da Vida e Promoção da Cidadania das Pessoas LGBTI+, 272 – Economia Popular e Solidária e Arranjos Produtivos Locais, 274 – Empreende Ceará e 421 – Gestão Administrativa do Ceará apresentaram reduções em relação à dotação inicial.

Já o Fundo de Investimentos de Microcrédito Produtivo do Ceará (FIMPCE) apresentou a maior expansão orçamentária, elevando sua dotação de R$65.490.000,00 para R$109.452.201,21, correspondente a um crescimento de 67%. De forma semelhante, o Fundo Estadual do Trabalho (FET) teve sua dotação ampliada de R$6.250.000,00 para R$13.501.216,78, registrando incremento de 116%.

A SET iniciou sua execução orçamentária e financeira na segunda quinzena de janeiro, de acordo com o orçamento aprovado e publicado, para tanto, a Secretaria do Trabalho nos seus 3 órgãos, contaram para o seu financiamento com 3 (três) fontes de recursos,

distribuídos nos grupos de classificação do estado em: tesouro do estado, recursos vinculados a fundos e fundo de amparo ao trabalhador.

Tabela 4. Valores orçamentários em Lei e até dezembro de 2025 (Lei+Créditos), por fonte de recurso e órgão.

Órgão	Fonte de Recurso	Lei (R$)	Lei+Créditos (R$)	%
SET	500-501 Tesouro do Estado	54.077.898,00	54.068.447,09	-0,02
	TOTAL	54.077.898,00	54.068.447,09	-0,02
FIMPCE	500-501 Tesouro do Estado	15.490.000,00	15.467.209,83	0
	759 - Recursos Vinculados a Fundos	50.000.000,00	93.984.991,38	88
	TOTAL	65.490.000,00	109.452.201,21	67
FET	500-501 Tesouro do Estado	50.000,00	1.349.758,42	2600
	714 - Recursos do Fundo de Amparo ao Trabalhador	6.200.000,00	12.151.458,36	96
	TOTAL	6.250.000,00	13.501.216,78	116
	TOTAL	**125.817.898,00**	**177.021.865,08**	**41**

Fonte: SIOF - Sistema de Informações Orçamentárias e Financeiras, 2025. *Link* para acesso: https://planejamento.seplag.ce.gov.br/siofconsulta/Paginas/frm_consulta_execucao.aspx

Importa destacar que o aumento verificado no orçamento dos fundos decorre, dentre outros fatores, da incorporação de superávit financeiro apurado no exercício anterior, mediante suplementação de recursos próprios do FIMPCE e de recursos do Fundo de Amparo ao Trabalhador e tesouro do estado - contrapartida - não executados no órgão FET, conforme autorizado pela legislação orçamentária vigente. Essas fontes de financiamento possibilitaram a ampliação da capacidade de investimento e execução das políticas públicas vinculadas aos respectivos fundos, sem impactar diretamente os recursos ordinários do Tesouro Estadual.

Dessa forma, a expansão observada no orçamento consolidado não resulta exclusivamente de aportes adicionais do Tesouro, mas também da utilização de saldos financeiros disponíveis dos fundos especiais, cuja aplicação permitiu fortalecer ações voltadas ao empreendedorismo, ao microcrédito produtivo e às políticas de trabalho e geração de renda, contribuindo para a ampliação do alcance e da efetividade dessas iniciativas no Estado.

Constituem recursos do FET as dotações específicas consignadas anualmente no orçamento estadual e os recursos provenientes do Fundo de Amparo ao Trabalhador – FAT nos termos da Lei Federal n.º 13.667/2018.

Os recursos financeiros destinados ao FET são depositados, obrigatoriamente, em conta especial de titularidade do Fundo, mantida em agência de estabelecimento bancário oficial, e movimentados pela SET para a execução da Política Estadual do Trabalho, Emprego e

Renda, com a devida fiscalização do Conselho Estadual do Trabalho.

Quanto à disponibilização dos recursos orçamentários em seus grupos de despesa, no orçamento da Secretaria do Trabalho (SET), estes foram subdivididos em: pessoal e encargos sociais, outras despesas correntes e despesas de capital, conforme tabela 5.

Tabela 5. Orçamento dos Órgãos SET, FET e FIMPCE por Grupo de Despesa e seus respectivos valores orçamentários até dezembro de 2025 (Lei + Créditos) - Fonte Tesouro do Estado.

Órgão	Grupo de Despesa	Lei R$	Lei+Créditos R$	%
SET	31 - Desp. Pessoal e Encargos Sociais	1.894.146,00	2.118.305,00	12
	33 - Outras Despesas Correntes	51.383.752,00	51.809.197,09	1
	44 - Despesas de Capital	800.000,00	140.945,00	82
	Total (SET)	54.077.898,00	54.068.447,09	0
FIMPCE	33 - Outras Despesas Correntes	18.420.000,00	46.497.209,83	152
	44 - Despesas de Capital	20.000,00	20.000,00	0
	45 - Inversões Financeiras	47.050.000,00	62.934.991,38	34
	Total (FIMPCE)	65.490.000,00	109.452.201,21	67
FET	33 - Outras Despesas Correntes	3.980.000,00	10.784.216,78	171
	44 - Despesas de Capital	2.270.000,00	2.717.000,00	20
	Total (FET)	6.250.000,00	13.501.216,78	116
	TOTAL	**125.817.898,00**	**177.021.865,08**	**41**

Fonte: SIOF Integrado Sistema Orçamentário e Financeiro, adaptado pela CODIP/SET, em 2025.

O maior volume de despesas da SET está concentrado no grupo “outras despesas correntes” são recursos para manutenção da máquina administrativa da Secretaria do Trabalho, tais como: locação e manutenção de equipamentos, serviços diversos, pagamento de terceirização, aquisição de material de limpeza, gêneros alimentícios, bem como a manutenção de contratos administrativos de natureza contínua.

Compete à Secretaria do Trabalho do Estado do Ceará - SET a gestão orçamentária e financeira do FIMPCE, bem como a proposição de políticas e ações deste fundo, visando o fortalecimento do empreendedorismo com o Programa Ceará Credi e o Programa Dinheiro na Mão.

No Fundo de Investimentos de Microcrédito Produtivo do Ceará (FIMPCE), o orçamento foi ampliado de R$65.490.000,00 para R$109.452.201,21, representando crescimento de 67%. O principal destaque refere-se ao Grupo de Despesa 45 – Inversões Financeiras, cuja dotação

passou de R$47.050.000,00 para R$62.934.991,38, acréscimo de 34%.

Essa suplementação decorreu, principalmente, da utilização do superávit financeiro apurado em exercícios anteriores, permitindo a ampliação da capacidade operacional do fundo. Ressalta-se que as despesas classificadas nesse grupo correspondem aos recursos destinados à concessão de financiamentos e empréstimos do Programa Ceará Credi, principal instrumento de apoio ao empreendedorismo e à geração de renda executado pelo FIMPCE.

Além disso, observa-se expressiva ampliação das Outras Despesas Correntes (Grupo 33), que cresceram 152%, em função da necessidade de suporte operacional às atividades do novo Programa do Governo denominado “Dinheiro na Mão”, iniciado em dezembro de 2025.

No caso do Fundo Estadual do Trabalho (FET), o orçamento evoluiu de R$6.250.000,00 para R$13.501.216,78, representando um incremento de 116% em relação à dotação inicialmente aprovada. O crescimento mais expressivo ocorreu no Grupo de Despesa 33 – Outras Despesas Correntes, cuja dotação passou de R$3.980.000,00 para R$10.784.216,78, correspondendo a um aumento de 171%.

A referida suplementação decorreu, em grande medida, da incorporação do superávit financeiro apurado em exercícios anteriores, tornando-se necessária para viabilizar o empenho e a execução dos contratos destinados à manutenção e operacionalização do Projeto Casa do Trabalhador, gerenciado pela Coordenadoria de Trabalho e Renda. Ressalta-se que as ações, os resultados e a execução física e financeira do referido projeto serão detalhados no capítulo destinado à Execução das Atividades Finalísticas.

O FET tem como finalidade destinar recursos para execução das ações e serviços bem como para atendimento e apoio técnico e financeiro à Política Estadual do Trabalho, Emprego e Renda, em regime de financiamento compartilhado, no âmbito do Sistema Nacional de Emprego no Estado do Ceará, nos termos da legislação pertinente.

O FET está vinculado a SET pela execução da Política Estadual do Trabalho, Emprego e Renda e assegura o financiamento e as transferências automáticas de recursos no âmbito do Sistema, sendo orientado e controlado pelo Conselho Estadual do Trabalho – CET, com o apoio técnico e administrativo da SET, que é o órgão responsável pela execução da Política Estadual do Trabalho, Emprego e Renda.

9. RECURSOS FINANCEIROS

9.1 GESTÃO FINANCEIRA

A Secretaria do Trabalho integra a estrutura do Poder Executivo do Estado do Ceará e, como os demais órgãos estaduais, está submetida ao modelo de gestão orçamentária centralizada,

coordenado pelo Comitê de Gestão por Resultados e Gestão Fiscal - COGERF. Esse comitê é responsável por deliberar sobre a distribuição dos recursos financeiros ao longo do exercício fiscal, por meio da definição e implantação dos Limites Financeiros. Tais limites funcionam como diretrizes para a execução das despesas públicas, assegurando que a alocação orçamentária ocorra de forma estratégica, equilibrada e em consonância com as prioridades governamentais.

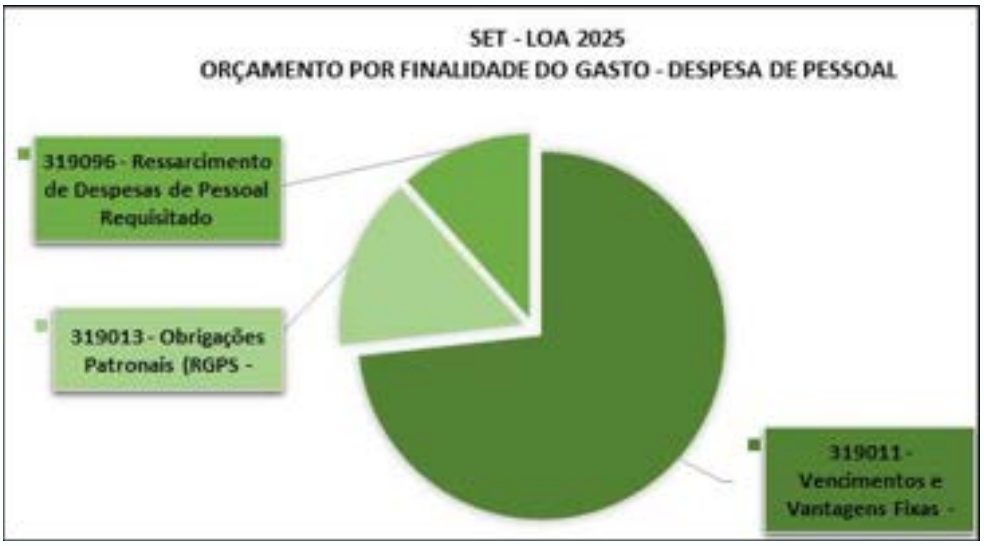
As despesas com pessoal, por sua natureza obrigatória e essencial ao funcionamento da administração pública, recebem tratamento prioritário e possuem recursos assegurados desde o início do exercício, conforme diretrizes estabelecidas pelo próprio Comitê.

Para os demais tipos de despesa, aquelas de caráter discricionário, como investimentos, custeio e ações finalísticas, a liberação dos recursos é gerenciada por meio do Monitoramento das Ações e Projetos Prioritários (MAPP). Este instrumento permite o acompanhamento sistemático da execução das políticas públicas, assegurando que os recursos sejam direcionados com efetividade e alinhamento às prioridades governamentais.

9.2 PESSOAL

As despesas com pessoal da Secretaria do Trabalho (SET), no exercício de 2025, totalizou o valor de R$2.108.305,00 (dois milhões, cento e oito mil, trezentos e cinco reais). Esse montante corresponde ao total de recursos orçamentários destinados ao pagamento das despesas de pessoal e encargos sociais, refletindo o compromisso do órgão com a manutenção e regularidade dos custos relacionados aos seus servidores.

Gráfico 01. Orçamento SET – por Finalidade de Gasto – Despesa de Pessoal - 2025.



Fonte: SIAFE/SEFAZ - SIOF adaptado pela a COAFI/SET em 07/04/2026.

Tabela 06. Orçamento SET - por Finalidade do Gasto - Despesa de Pessoal – 2025.

Ação Orçamentária e Elemento de Despesa	Orçado (A)	Empenhado (B)	(C%) =A/B
Ação 20099 - Pagamento de Despesas de Pessoal e Encargos Sociais (Folha Normal) - SET	2.108.305,00	2.040.941,94	96,80
319011 – Vencimentos e Vantagens Fixas – Pessoal Civil	1.544.159,00	1.489.114,77	96,43
319013 – Obrigações Patronais (RGPS – INSS)	319.000,00	315.706,35	98,96
319096 – Ressarcimento de Despesa de Pessoal Requisitado	245.146,00	236.120,82	96,31

Fonte: SIAFE/SEFAZ - SIOF adaptado pela a COAFI/SET em 07/04/2026. Valores em reais (R$).

No exercício de 2025, a Secretaria do Trabalho – SET alcançou um percentual de execução de 96,80% das despesas com pessoal, considerando os valores empenhados em relação ao montante autorizado em lei, acrescido de créditos adicionais. O resultado evidencia a adequada utilização dos recursos orçamentários destinados ao pagamento de pessoal e encargos sociais, refletindo eficiência na gestão orçamentária, bem como o compromisso com a responsabilidade fiscal e a regularidade no cumprimento das obrigações legais junto aos servidores.

As despesas concentraram-se no pagamento de vencimentos e vantagens fixas, bem como nos encargos patronais, especialmente aqueles relacionados ao Instituto Nacional do Seguro Social (INSS). Tal configuração decorre da composição do quadro funcional da Pasta, formado exclusivamente por servidores ocupantes de cargos comissionados, vinculados ao Regime Geral de Previdência Social (RGPS), o que implica a incidência regular de encargos previdenciários.

A execução dessas despesas ocorreu de forma contínua e regular ao longo do exercício, assegurando a pontualidade no cumprimento das obrigações remuneratórias e previdenciárias, em conformidade com a legislação vigente e os princípios da administração pública, notadamente a legalidade, a eficiência e a responsabilidade fiscal.

No tocante às demais despesas classificadas como de pessoal, destacam-se os ressarcimentos à Universidade Federal do Cariri (UFCA) – código 319096, referentes a servidores requisitados que atuam no âmbito da SET. Tais ressarcimentos visam recompor os custos assumidos pelo órgão de origem com a remuneração e encargos desses servidores, em consonância com os instrumentos legais de cessão.

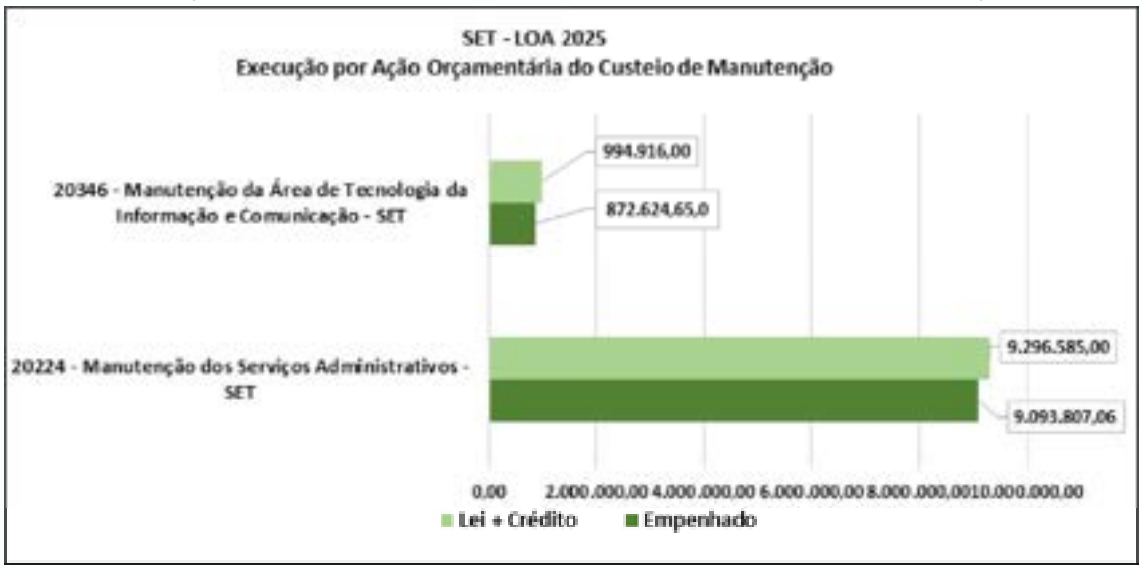
9.3. CUSTEIO DE MANUTENÇÃO

No exercício de 2025, os recursos orçamentários destinados ao custeio da manutenção e do funcionamento administrativo da Secretaria do Trabalho – SET totalizaram R$10.291.501,00 (dez milhões, duzentos e noventa e um mil, quinhentos e um reais).

Desse montante, as despesas de natureza administrativa representaram 90,33%, incluindo serviços gerais, contratos de apoio à gestão, aquisição de materiais de consumo, encargos operacionais e demais gastos, constantes na ação orçamentária 20224, indispensáveis ao pleno funcionamento da estrutura organizacional da Secretaria.

Os 9,67% restantes foram aplicados em ações de Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC), abrangendo investimentos em sistemas, equipamentos, licenças, serviços técnicos especializados e iniciativas voltadas à modernização da infraestrutura tecnológica institucional.

Gráfico 02. Orçamento SET - Finalidade de Gasto - Custeio de Manutenção – 2025.



Fonte: SIAFE/SEFAZ - SIOF adaptado pela a COAFI/SET em 08/05/2026. Valores em reais (R$).

Tabela 07. Orçamento SET - por Finalidade do Gasto - Custeio de Manutenção - 2025.

Ação Orçamentária	Orçado (A)	Empenhado (B)	Pago (C)	(B)/(A)	(C)/(B)
20224 – Manutenção dos Serviços Administrativos - SET	9.296.585,00	9.093.807,06	7.372.879,51	97,81%	81,08%
20346 – Manutenção da Área de Tecnologia da Informação e Comunicação - SET	994.916,00	872.624,65	724.561,26	87,70%	83,03%
TOTAL	**10.291.501,00**	**9.966.431,71**	**8.097.440,77**	**96,84%**	**81,25%**

Fonte: SIAFE/SEFAZ - SIOF adaptado pela a COAFI/SET em 08/05/2026. Valores em reais (R$).

Do orçamento destinado ao custeio de manutenção da Secretaria do Trabalho – SET no exercício de 2025, foram empenhados R$ 9.966.431,71 (nove milhões, novecentos e sessenta e seis mil, quatrocentos e trinta e um reais e setenta e um centavos), o que corresponde a 96,84% do total autorizado em Lei, acrescido de créditos adicionais.

Desse montante, cerca de 81,25% foram liquidados e pagos no próprio exercício, enquanto 18,75% foram inscritos em restos a pagar, referentes a despesas cuja quitação ocorrerá no exercício subsequente, conforme demonstrado nas tabelas e gráficos a seguir.

Tabela 8. Despesas Inscritas em Restos a Pagar – Custeio de Manutenção - Ano 2025.

Unidade Gestora / Natureza Despesa	Empenhado	Liquidado	Pago	Restos a Pagar
590001 - SET	**9.966.431,71**	**8.186.978,27**	**8.097.440,77**	**1.779.453,44**
339014 - Diárias - Civil	96.095,86	96.095,86	96.095,86	0,00
339030 - Material De Consumo	61.473,27	45.086,01	45.086,01	16.387,26
339033 - Passagens e Despesas com Locomoção	151.242,41	147.325,51	147.325,51	3.916,90
339035 - Serviços de Consultoria	47.760,00	14.400,00	14.400,00	33.360,00
339037 - Locação De Mão-De-Obra	6.287.804,76	5.709.042,95	5.625.428,09	578.761,81
339039 - Outros Serviços de Terceiros - PJ	2.334.564,92	1.345.639,07	1.341.419,20	988.925,85
339040 - Serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação - PJ	189.711,30	135.847,80	135.847,80	53.863,50
339046 - Auxílio-Alimentação	3.539,01	3.539,01	3.539,01	0,00
339047 - Obrigações Tributárias e Contributivas	14.655,33	14.655,33	14.655,33	0,00
339092 - Despesas De Exercícios Anteriores	2.950,82	2.950,82	2.950,82	0,00
339139 - Outros Serviços de Terceiros - PJ	93.720,68	81.979,68	81.979,68	11.741,00
339140 - Serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação - PJ	682.913,35	590.416,23	588.713,46	92.497,12

Fonte: SIAFE/SEFAZ - SIOF adaptado pela a COAFI/SET em 22/05/2026. Valores em reais (R$).

Conforme demonstrado na Tabela 8, referente às despesas inscritas em restos a pagar do custeio de manutenção da Secretaria do Trabalho do Ceará, do total de R$9.966.431,71 empenhados no exercício, foram liquidados R$8.186.978,27 e pagos R$8.097.440,77, permanecendo inscritos em restos a pagar o montante de R$1.779.453,44.

Ressalta-se que as inscrições em restos a pagar ocorreram, majoritariamente, em razão da natureza contínua dos serviços executados no mês de dezembro de 2025, especialmente aqueles relacionados à locação de mão-de-obra, serviços terceirizados, tecnologia da informação, consultorias e demais despesas de manutenção administrativa e operacional da Pasta.

Assim, os valores inscritos representam despesas devidamente constituídas, vinculadas à continuidade dos serviços públicos executados pela Secretaria, observando-se os princípios da competência, continuidade administrativa e regularidade da execução orçamentária e financeira.

Tabela 9. Percentual de Representatividade dos Valores Empenhados por Natureza de Despesa de Manutenção dos Serviços Administrativos.

Natureza de Despesa	Empenhado 2025	Representatividade%
339014 - Diárias - Civil	96.095,86	1,06
339030 - Material de Consumo	61.473,27	0,68
339033 - Passagens e Despesas com Locomoção	151.242,41	1,66
339035 - Serviços de Consultoria	47.760,00	0,53
339037 - Locação De Mão-De-Obra	6.287.804,76	69,14
339039 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	2.334.564,92	25,67
339046 - Auxílio-Alimentação	3.539,01	0,04
339047 - Obrigações Tributárias e Contributivas	14.655,33	0,16
339092 - Despesas de Exercícios Anteriores	2.950,82	0,03
339139 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	93.720,68	1,03
Total	**9.093.807,06**	**100,00**

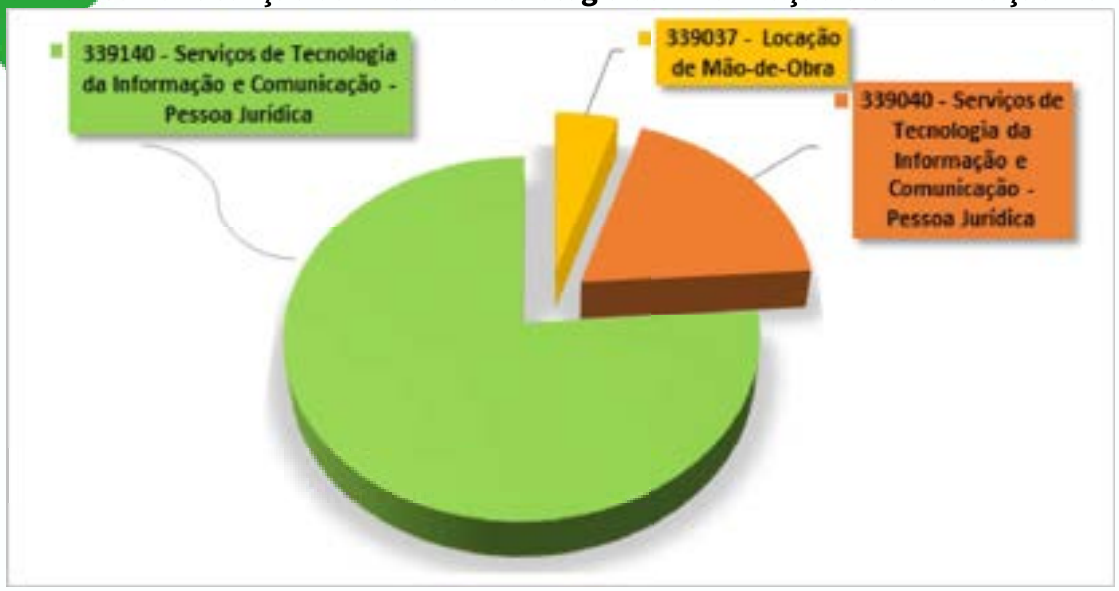
Fonte: SIAFE/SEFAZ - SIOF adaptado pela a COAFI/SET em 22/05/2026. Valores em reais (R$).

A atuação da Secretaria do Trabalho do Estado do Ceará na promoção e execução de políticas públicas reflete-se diretamente na composição das despesas de custeio de manutenção, majoritariamente direcionadas a naturezas de caráter administrativo. Nesse contexto, a estrutura de gastos evidencia a relevância da manutenção de serviços contínuos e essenciais ao funcionamento institucional, especialmente aqueles voltados ao suporte operacional.

Conforme evidenciado na Tabela 9, observa-se a predominância das despesas com locação de mão de obra, que representam 69,14% do total empenhado, configurando-se como a principal despesa do custeio administrativo. Tal concentração evidencia o papel estratégico dos contratos de terceirização na garantia da continuidade das atividades, abrangendo serviços essenciais como apoio administrativo, limpeza e conservação, vigilância e transporte.

Em seguida, destacam-se os gastos com outros serviços de terceiros – pessoa jurídica, que correspondem a 25,67% do total, reforçando a relevância das contratações externas para a execução de atividades complementares à estrutura do órgão. As demais naturezas apresentam participação individual reduzida, caracterizando-se como despesas acessórias, porém necessárias ao pleno funcionamento da SET.

Gráfico 03. Manutenção da Área de Tecnologia da Informação e Comunicação – SET.



Fonte: SIAFE/SEFAZ - SIOF adaptado pela a COAFI em 28/04/2026.

O Gráfico 03 apresenta a concentração das despesas de custeio da natureza de despesa 339140 - Manutenção da área de Tecnologia da Informação e Comunicação na natureza Serviços de Tecnologia da Informação – Pessoa Jurídica, que representa 78,27% do total empenhado.

Em seguida, destacam-se os gastos na natureza 339040 – Serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação – Pessoa Jurídica, com 21,73%. Ressalta-se que não houve execução na natureza locação de mão de obra, indicando que os dispêndios da área estão integralmente direcionados à contratação de serviços especializados e soluções tecnológicas.

Tabela 10. Percentual de Representatividade dos Valores Empenhados por Natureza de Despesa da Área de Tecnologia da Informação e Comunicação – SET.

Natureza de Despesa	Empenhado 2025	Representatividade %
339037 – Locação de Mão-de-Obra	0,00	0
339040 – Serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação – PJ	189.711,30	21,73
339140 – Serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação – PJ	682.913,35	78,27
Total	**872.624,65**	**100,00**

Fonte: SIAFE/SEFAZ - SIOF adaptado pela a COAFI em 28/04/2026.

A composição das despesas evidencia que os recursos da ação estão majoritariamente direcionados à contratação de serviços especializados de tecnologia da informação, com forte predominância da natureza Serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação – Pessoa Jurídica (339140). Destaca-se que essa concentração decorre, em grande medida, dos contratos firmados com a Empresa de Tecnologia da Informação do Ceará (ETICE), responsável pela provisão de soluções, infraestrutura e serviços tecnológicos no âmbito do Estado. Esse comportamento demonstra que a execução da ação está diretamente

vinculada à sustentação de sistemas institucionais, infraestrutura tecnológica e suporte técnico especializado, essenciais para a continuidade dos serviços digitais. Ressalta-se, ainda, a ausência de execução na natureza locação de mão de obra, evidenciando que a estratégia adotada prioriza a contratação de serviços especializados em detrimento da alocação direta de pessoal.

Após a análise das ações que compõem o custeio de manutenção, apresenta-se, a seguir, demonstrativo consolidado contendo os valores autorizados (Lei acrescida de Créditos), empenhados e pagos, bem como os respectivos percentuais de execução. O referido demonstrativo contempla, de forma integrada, as ações de Manutenção dos Serviços Administrativos e de Manutenção da Área de Tecnologia da Informação e Comunicação, as quais, em conjunto, compõem a base das despesas destinadas à sustentação operacional e tecnológica do órgão, essenciais à continuidade das atividades institucionais.

Tabela 11. Percentual Executado e Pago por Natureza de Despesa do Custeio de Manutenção – ano 2025.

Natureza da Despesa	Orçado (A)	Empenhado (B)	Pago (C)	(B)/(A)%	(C)/(B) %
339014 - Diárias - Civil	130.000,00	96.095,86	96.095,86	73,91	100,00
339030 - Material de Consumo	134.500,00	61.473,27	45.086,01	45,70	73,34
339033 - Passagens e Despesas com Locomoção	171.000,00	151.242,41	147.325,51	88,44	97,41
339035 - Serviços de Consultoria	48.000,00	47.760,00	14.400,00	99,50	30,15
339037 - Locação De Mão-De-Obra	6.292.520,00	6.287.804,76	5.625.428,09	99,93	89,47
339039 - Outros Serviços de Terceiros - PJ	2.354.000,00	2.334.564,92	1.341.419,20	99,17	57,46
339046 - Auxílio-Alimentação	6.000,00	3.539,01	3.539,01	100	100,00
339047 - Obrigações Tributárias e Contributivas	20.000,00	14.655,33	14.655,33	73,28	100,00
339092 - Despesas de Exercícios Anteriores	10.000,00	2.950,82	2.950,82	29,51	100,00
339130 - Material De Consumo	31.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00
339139 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	100.000,00	93.720,68	81.979,68	93,72	87,470
339140 - Serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação -PJ	757.945,00	682.913,35	588.713,46	90,10	86,21
339040 - Serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação -PJ	190.000,00	189.711,30	135.847,80	99,84	71,61
339037 -Locação De Mão-De-Obra	46.971,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL	**10.291.936,00**	**9.966.431,71**	**8.097.440,77**	**96,84**	**81,25**

Fonte: SIAFE/SEFAZ - SIOF adaptado pela a COAFI/SET em 08/05/2026.

Conforme os dados apresentados na Tabela 11, as despesas com diárias foram concedidas ao Secretário e aos demais Servidores da SET, destinadas à participação em reuniões, cursos e eventos institucionais. No exercício, foram empenhados 73,91% do valor autorizado, com 100% de pagamento do valor empenhado, demonstrando regularidade na execução dessa despesa.

As despesas com Passagens e Deslocamentos seguem a mesma finalidade, viabilizando o deslocamento de servidores para o desempenho de atividades institucionais, tendo sido empenhados 88,44% do orçamento previsto e pagos 97,41% desse montante, evidenciando elevado nível de execução financeira.

No que se refere às Obrigações Tributárias e Contributivas, relacionadas principalmente ao pagamento de encargos como IPTU e taxas incidentes sobre o imóvel sede da Secretaria, observa-se a execução de 73,28% do orçamento autorizado, com 100% de quitação dos valores empenhados, demonstrando o cumprimento regular dessas obrigações.

As despesas com Material de Consumo, destinadas à aquisição de insumos necessários ao funcionamento cotidiano da Secretaria, apresentaram execução de 45,70% do orçamento previsto, com pagamento correspondente a 73,34% do valor empenhado, indicando utilização moderada dos recursos e controle na aquisição de materiais.

No tocante aos Serviços de Consultoria, verifica-se empenho de 99,50% do valor autorizado, porém com pagamento de apenas 30,15%, o que indica a existência de valores inscritos em restos a pagar, possivelmente relacionados à execução contratual não concluída integralmente no exercício.

As despesas com Locação de Mão de Obra apresentaram elevada execução, com empenho de 99,93% do orçamento previsto e pagamento de 89,47%, evidenciando a relevância da categoria de terceirização para a manutenção das atividades operacionais da Secretaria.

No grupo Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica, observa-se empenho de 99,17% dos recursos autorizados, com pagamento de 57,46%, indicando significativa contratação de serviços especializados e a existência de compromissos financeiros a serem quitados em exercício subsequente.

As despesas com Auxílio-Alimentação foram integralmente executadas, com 100% de empenho e pagamento, enquanto as Despesas de Exercícios Anteriores também apresentaram 100% de quitação dos valores empenhados, evidenciando a regularização de obrigações remanescentes.

No âmbito das despesas de Tecnologia da Informação, destaca-se a execução de 90,10% na natureza 339140 – Serviços de Tecnologia da Informação – Pessoa Jurídica, com pagamento de 86,21%, bem como a natureza 339040, com empenho de 99,84% e

pagamento de 71,61%, demonstrando investimentos relevantes na manutenção da infraestrutura tecnológica.

De forma geral, a execução das despesas de custeio de manutenção demonstra elevado grau de comprometimento do orçamento autorizado (96,84% empenhado) e significativa realização financeira (81,25% pago).

Gráfico 04. Execução de Valores de Empenho – Outros Serviços de Terceiros de Pessoa Jurídica.



Fonte: SIAFE/SEFAZ - SIOF adaptado pela a COAFI/SET em 08/05/2026.

Tabela 12. Percentual por Item Patrimonial – Outros Serviços de Terceiros Pessoa Jurídica.

Item Patrimonial	Valor Empenhado	Representatividade %
2151 - Cursos, Seminários, Simpósios e Congressos	14.300,00	0,61
2157 - Manutenção e Conservação de Bens Móveis e Outras Naturezas	10.763,07	0,46
2159 - Locação de Imóveis	639.147,42	27,38
2161 - Locação de Veículos	357.540,90	15,32
2166 - Manutenção e Conservação de Bens Imóveis	859.240,00	36,81
2183 - Serviços de Energia Elétrica	143.893,83	6,16
2184 - Serviços de Água e Esgoto	50.930,12	2,18
2185 - Fornecimento de Alimentação	84.015,00	3,60
2229 - Gerenciamento da Frota de Veículos	154.734,58	6,63
2234 - Anuidades Associativas	20.000,00	0,86
Total	**2.334.564,92**	**100,00**

Fonte: SIAFE/SEFAZ - SIOF adaptado pela a COAFI/SET em 08/05/2026. Valores em reais (R$).

É possível observar que os gastos mais expressivos dentro da categoria Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica concentram-se na manutenção e conservação de bens imóveis, que representam 36,81% do valor total empenhado. Em seguida, destacam-se as despesas

com locação de imóveis, com 27,38%, evidenciando a relevância dos custos relacionados à estrutura física e funcionamento da sede administrativa da Secretaria do Trabalho.

Também possuem participação significativa as despesas com locação de veículos, que correspondem a 15,32% do total, destinadas ao atendimento das demandas operacionais do órgão. Complementarmente, observam-se gastos com gerenciamento de frota de veículos (6,63%) e serviços de energia elétrica (6,16%), que contribuem para a manutenção das atividades administrativas.

As demais naturezas de despesa apresentam menor representatividade, incluindo fornecimento de alimentação (3,60%), serviços de água e esgoto (2,18%), anuidades associativas (0,86%), cursos e eventos (0,61%) e manutenção de bens móveis (0,46%), caracterizando-se como despesas de apoio ao funcionamento institucional.

10. RECURSOS PATRIMONIAIS

O Balanço Patrimonial evidencia, no Ativo, o conjunto de bens, direitos e aplicações de recursos sob a gestão do órgão, representando os benefícios econômicos futuros esperados.

Ao final do exercício de 2025, a Secretaria do Trabalho – SET registrou um Ativo total de R$3.748.628,04 (três milhões, setecentos e quarenta e oito mil, seiscentos e vinte e oito reais e quatro centavos).

Tabela 13. Valores dos Ativos Circulante e Não Circulante.

Ativo	Valor	Representatividade %
Ativo Circulante	2.642.894,11	70,50
Ativo Não Circulante	1.105.733,93	29,50
Total do Ativo	**3.748.628,04**	**100,00**

Fonte: SIAFE/SEFAZ – Balanço Patrimonial 2025. Valores em reais (R$).

No âmbito do Ativo Circulante, verifica-se que sua composição está integralmente concentrada nas contas “Caixa e Equivalentes de Caixa” e “Estoques”. A primeira representa 97,87% do total, evidenciando elevada liquidez dos recursos disponíveis, enquanto a conta “Estoques”, correspondente a 2,13%, refere-se aos materiais de consumo armazenados no almoxarifado da Secretaria do Trabalho – SET.

Essa estrutura demonstra a predominância de ativos financeiros de alta disponibilidade, com participação residual de bens destinados ao consumo operacional. As informações detalhadas encontram-se apresentadas, conforme a seguir:

Tabela 14. Balanço Patrimonial Ativo Circulante.

Ativo Circulante	Valor	Representatividade %
Caixa e Equivalente de Caixa	2.586.518,72	97,87
Estoques	56.375,39	2,13
Total do Ativo Circulante	**2.642.894,11**	**100,00**

Fonte: SIAFE/SEFAZ – Balanço Patrimonial 2025. Valores em reais (R$).

No que se refere aos bens de natureza permanente, destinados à manutenção das atividades do órgão e classificados no Ativo Não Circulante, a Secretaria do Trabalho – SET registrou, em 31/12/2025, o montante de R$ 1.105.733,93 (um milhão, cento e cinco mil, setecentos e trinta e três reais e noventa e três centavos).

Ressalta-se que a totalidade desse valor concentra-se no grupo do imobilizado, evidenciando que os ativos de longo prazo do órgão são integralmente compostos por bens utilizados em sua operação. A composição detalhada encontra-se apresentada na tabela a seguir:

Tabela 15. Balanço Patrimonial Ativo Não Circulante.

Ativo Não Circulante	Valor	Representatividade %
Imobilizado	1.105.733,93	100
Total do Ativo Não Circulante	**1.105.733,93**	**100**

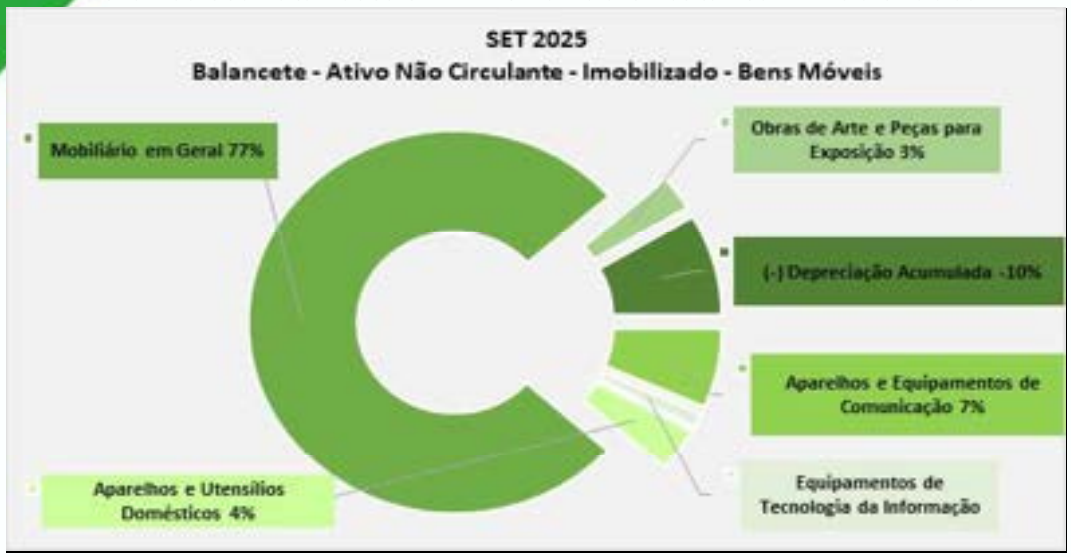
Fonte: SIAFE/SEFAZ – Balanço Patrimonial 2025

No que se refere aos bens móveis do órgão, destaca-se que estes são compostos, majoritariamente, por equipamentos e mobiliários destinados tanto à implantação quanto à melhoria da estrutura física e operacional da Secretaria do Trabalho – SET.

Dentre os itens registrados, os mobiliários em geral correspondem à maior parcela dos bens móveis, com aproximadamente 77% do total. Em seguida, destacam-se os aparelhos e equipamentos de comunicação, com cerca de 7%, e as obras de arte e peças para exposição, com aproximadamente 3%.

Os aparelhos e utensílios domésticos representam cerca de 4%, enquanto os equipamentos de tecnologia da informação possuem participação menos expressiva no conjunto dos bens. Registra-se, ainda, a incidência de depreciação acumulada de aproximadamente 10%, refletindo o desgaste natural dos bens ao longo do tempo.

Gráfico 05. Balancete SET – Ativo não Circulante – Imobilizado.



Fonte: SIAFE/SEFAZ – Balancete SET 2025.

Tabela 16. Balanço Patrimonial – Bens Móveis.

	Conta Contábil	Valor (R$)
BENS MÓVEIS	Aparelhos e Equipamentos de Comunicação	89.031,75
	Equipamentos de Tecnologia da Informação	16.429,00
	Aparelhos e Utensílios Domésticos	50.005,65
	Mobiliário em Geral	1.025.972,96
	(-) Depreciação Acumulada	(114.352,55)
	Total	**1.105.733,93**

Fonte: SIAFE/SEFAZ – Balancete SET 2025.

11. TRANSFERÊNCIAS VOLUNTÁRIAS

No exercício de 2025, a Secretaria do Trabalho firmou uma parceria no âmbito de transferências voluntárias, por meio de convênio. Os detalhes dessa parceria estão apresentados a seguir:

- Nº sistema SACC 1345500
- Nº Convênio 01/2024
- Convenente SEBRAE CE
- Vigência 31/12/2026
- Valor Inicial R$ 4.607.100,00
- Situação Adimplente
- Data Publicação DOE 25/11/2024
- Data Publicação Portal Transparência 25/10/2024
- Data Assinatura 10/10/2024

Fonte: Portal Ceará Transparente, adaptado pela COAFI/SET.

O Convênio nº 01/2024, firmado entre a Secretaria do Trabalho do Ceará e o SEBRAE Ceará, tem por objeto a execução do Projeto "Ceará Sem Fome + Qualificação e Renda", voltado à promoção da inclusão socioprodutiva, fortalecimento dos pequenos negócios e incentivo ao empreendedorismo no Estado do Ceará.

A parceria contempla a realização de capacitações, consultorias gerenciais, seminários e demais ações de qualificação e geração de renda, buscando fomentar o desenvolvimento econômico territorial, com foco no atendimento de potenciais empreendedores, microempreendedores individuais e organizações da sociedade civil.

Ressalta-se que a operacionalização, acompanhamento e monitoramento técnico das ações vinculadas ao convênio são realizados pela Coordenadoria de Economia Popular e Solidária e de Arranjos Produtivos Locais – COESA, unidade finalística responsável pela articulação e execução das atividades previstas no instrumento de parceria.

12. EXECUÇÃO DOS PROGRAMAS FINALÍSTICOS - ÁREA COEMP / SET

PROJETOS / ENTREGAS / CONTRATOS / EVENTOS E COMISSÕES

COORDENADORIA DE EMPREENDEDORISMO E EDUCAÇÃO PROFISSIONAL – COEMP

12.1 ACOMPANHAMENTO DE PROJETOS E PROGRAMAS - COEMP

12.1.1. PROGRAMA MICROCRÉDITO PRODUTIVO DO CEARÁ – CEARÁ CREDI

O Programa Microcrédito Produtivo do Ceará – Ceará Credi faz parte da política de apoio à economia popular e solidária, e tem por objetivo ampliar oportunidades de trabalho e renda para empreendedores e trabalhadores autônomos, formais e informais e agricultores familiares, por meio da disponibilização de microcrédito Produtivo orientado, capacitação empreendedora e educação financeira em comunidades urbanas e rurais do Estado do Ceará.

O Programa Microcrédito Produtivo do Ceará – Ceará Credi, criado em 2021, por meio da Lei Complementar Nº230, de 07/01/2021, posteriormente alterada pela Lei Complementar Nº239, de 09/04/2021, foi implementado no contexto de pandemia da Covid-19, período que se evidenciou uma crise econômica, gerando a necessidade da implementação de políticas públicas, dentre outros públicos, aos trabalhadores informais e aos microempreendedores.

Contudo cabe destacar, que em 27 de novembro de 2025, foi publicada a Lei Complementar Nº366, onde ficam revogadas as disposições em contrário, em especial a Lei Complementar Nº230, de 7 de janeiro de 2021.

O programa em questão fundamenta-se no Regulamento Geral do Fundo de Investimentos de Microcrédito Produtivo do Ceará – FIMPCE[1] bem como nas Normas Operacionais Específicas do Programa de Microcrédito Produtivo do Ceará, conforme disposto na Resolução Nº 006/2022, de 24 de fevereiro de 2022, expedida pelo Conselho Diretor do FIMPCE.

Público Alvo: microempreendedor, trabalhador autônomo informal, microempreendedor individual (MEI), agricultor familiar, que desenvolva seu trabalho e seus negócios em qualquer ramo da atividade econômica (segmentos de produção, artesanato, comércio e serviços, inclusive empreendedorismo social e cultural, no meio urbano e rural, sendo que no meio rural somente para atividades não agrícolas).

Valor total do projeto e período de execução: Para viabilizar a operacionalização do programa foram celebrados os seguintes instrumentos legais:

O Termo de Cooperação Nº001/2023 firmado entre a SET e a ADECE, considerando os aditivos efetuados, possui vigência global de 32 (trinta e dois) meses, ou seja, de agosto de 2023 a março de 2026, e valor global de R$ 213.994.067,85 (duzentos e treze milhões novecentos e noventa e quatro mil e sessenta e sete reais e oitenta centavos).

O Contrato de Prestação de Serviços Nº18/2023 – SET/ADECE, levando em conta os aditivos realizados, contempla a vigência total de 27 meses, ou seja, de 28 dezembro de 2023 a 30 de março de 2026, e o valor global de R$ 2.862.857,64 (dois milhões, oitocentos e sessenta e dois mil oitocentos e cinquenta e sete reais e sessenta e quatro centavos).

Metas Físicas:

Tabela 17. Lista dos Indicadores, Metas e Resultados de acordo com o Plano de Trabalho do Termo de Cooperação Nº001/2023 – SET/ADECE, em 2025.

Indicador(es)	Meta Planejada	Resultado Alcançado	%
Nº Microempreendedores Financiados	30.000	29.729	99
Nº de Microempreendedores Atendidos	38.490	55.493	144

Fonte: COEMP/SET, 2025.

[1] Destaca-se que, a partir de 27 de novembro de 2025, com a entrada em vigor da Lei Nº 366/2025, a sigla do referido fundo foi alterada de FIMPC para FIMPCE. Assim, neste documento, adotou-se essa nomenclatura.

Análise dos Resultados

- **Impacto na Comunidade e Público Beneficiado:** os resultados demonstram o impacto positivo das políticas públicas de acesso ao crédito no fortalecimento da economia local e na inclusão produtiva da população em situação de vulnerabilidade social. No período, foram realizados 13.263 cursos no Estado do Ceará e beneficiadas 29.729 pessoas com a disponibilização de microcrédito produtivo orientado. Deste total, 22.979 são mulheres, correspondendo a 77,03% do público financiado, das quais 45% são chefes de família, evidenciando o protagonismo feminino como pilar estratégico da política pública e reforçando o crédito direcionado às mulheres como instrumento de fortalecimento da renda familiar e da sustentabilidade dos negócios.

12.1.2. PROGRAMA ESTADUAL DINHEIRO NA MÃO

O programa Dinheiro na Mão2, lançado oficialmente pelo Governo do Estado do Ceará em dezembro de 2025, configura-se como uma política de microcrédito produtivo voltada ao atendimento de empreendedores em situação de vulnerabilidade. A iniciativa tem como objetivo democratizar o acesso ao crédito e fomentar a economia local, por meio do subsídio integral dos juros para beneficiários que cumprem pontualmente suas obrigações financeiras.

O referido programa subsidia integralmente o valor dos juros remuneratórios de operações de crédito fornecidas por instituições financeiras credenciadas na Secretaria do Trabalho do Estado do Ceará - SET, ao Microempreendedor Individual (MEI), Microempreendedor Informal e Trabalhador Informal.

Conforme disposto no Art. 1º do Decreto Nº36.984, de 09 de dezembro de 2025, §5º as instituições financeiras credenciadas poderão firmar com a SET termo de adesão, no qual serão estabelecidas as condições para operação do Programa.

Neste contexto, em 09 de dezembro de 2025, foi publicado o Edital nº01/2025 - Programa Estadual Dinheiro Na Mão, voltado para o credenciamento de Instituições Financeiras, no qual o Banco do Nordeste do Brasil S.A submeteu a documentação e foi credenciado junto a Secretaria do Trabalho – SET, assinando o Termo de Adesão da Instituição Financeira n°01/2025, Programa Estadual Dinheiro Na Mão, em 17 de dezembro de 2025.

Tabela 18. Termo de Adesão e Vigência de Instituição Financeira Credenciada - Programa Dinheiro na Mão.

Instrumento	Instituição	Vigência
Termo de Adesão da Instituição Financeira n°01/2025.	Banco do Nordeste do Brasil S/A.	12 (doze) meses, a partir de dezembro de 2025.

Fonte: COEMP/SET, 2025.

[2] O programa Dinheiro na Mão pode ser acessado em: https://dinheironamao.trabalho.ce.gov.br/.

Público Alvo: microempreendedor Individual (MEI), microempreendedores informais e trabalhadores informais, com prioridade para pessoas com negócios chefiados por mulheres e pessoas beneficiárias de programas sociais de transferência de renda.

Impacto na Comunidade e Público Beneficiado: O Programa iniciou sua execução no final do exercício de 2025, neste sentido, seus impactos ainda não podem ser plenamente mensurados, demandando acompanhamento contínuo e avaliações futuras para aferição de seus resultados e efetividade. Contudo, até 31 de dezembro de 2025, foram beneficiadas 74 pessoas com a restituição dos juros remuneratórios, correspondendo ao valor de R$5.490,92 (cinco mil, quatrocentos e noventa reais e noventa e dois centavos).

12.1.3. PROJETO QUALIFICAR MAIS

O Projeto Qualificar Mais é uma iniciativa do Governo do Estado do Ceará, executada por meio do Contrato de Gestão nº 08/2023, firmado entre a Secretaria do Trabalho - SET e o Instituto Centro de Ensino Tecnológico - Centec. O projeto visa promover a qualificação profissional em áreas estratégicas, ampliando as oportunidades de inserção produtiva e geração de renda para a população cearense.

O projeto compreende a oferta de cursos de formação inicial e continuada voltados à educação profissional, com foco na inclusão de pessoas em situação de vulnerabilidade social.

As ações buscam desenvolver competências técnicas e comportamentais que favoreçam o ingresso no mercado de trabalho e o fortalecimento da economia local. As capacitações são realizadas em locais estratégicos, como associações comunitárias, sindicatos e cooperativas, organizações sociais, espaços religiosos, escolas públicas e privadas, instalações da iniciativa privada e unidades da rede Centec.

Público-Alvo: grupos em situação de vulnerabilidade social, incluindo mulheres em situação de violência, negros e negras, pessoas LGBTQIAP+, povos indígenas, quilombolas e pessoas com deficiência.

Valor total do Projeto e Período de execução: R$21.318.497,13 (vinte e um milhões, trezentos e dezoito mil, quatrocentos e noventa e sete reais e treze centavos). Período de execução de dezembro de 2023 a junho de 2025.

Tabela 19. Lista dos Indicadores, Metas e Resultados do Projeto Qualificar Mais, de janeiro a junho de 2025.

Indicador(es)	Meta Planejada	Resultado Alcançado	%
Turmas de Qualificação Social e Profissional	351	351	100
úmero de vagas ofertadas	7.020	7.020	100
Número de concluintes nos cursos de qualificação profissional	5.616	5.283	94

Fonte: COEMP/SET, 2025.

Análise dos Resultados

- **Impacto na Comunidade:** as atividades realizadas desempenharam um papel fundamental na formação inicial e aperfeiçoamento no exercício das atividades. No período em análise, foram disponibilizadas 351 turmas, com a oferta de 7.020 vagas, das quais 5.283 pessoas foram certificadas. Ao considerar os resultados de todo o projeto, foram criadas 800 turmas, com um total de 16 mil vagas disponibilizadas, beneficiando 15.072 pessoas, das quais 12.019 foram certificadas.

As ações foram realizadas nos municípios de Fortaleza, Maracanaú, Caucaia, Maranguape, Guaiúba, Itaitinga, São Gonçalo do Amarante, Eusébio, Aquiraz, Pacajus, Pindoretama, Pacatuba e Horizonte. Dos municípios atendidos, os que mais receberam cursos foram Fortaleza, Maracanaú, Caucaia, Maranguape e Guaiúba.

- **Impacto no Público-Alvo:** o projeto teve como prioridade as mulheres em situação de violência, negros e negras, pessoas LGBTQIAP+, povos indígenas, quilombolas e pessoas com deficiência. No entanto, atendeu o público de forma ampla, jovens, adultos, idosos, com participação expressiva de mulheres, sendo 8.305 mulheres certificadas.

Além dos grupos prioritários, o projeto integrou os beneficiários do programa Ceará sem fome, nessa perspectiva os cursos do eixo de hospitalidade, voltados para as áreas de alimentos, contemplaram 138 turmas com cursos de (Fabricação de pães, confeiteiro, boas práticas em manipulação de alimentos, auxiliar de panificação e auxiliar de confeitaria).

12.1.4. PROJETO DE QUALIFICAÇÃO PARA PROFISSIONAIS AUTÔNOMOS

O projeto de qualificação para profissionais autônomos é uma iniciativa do Governo do Estado do Ceará, executada por meio do Contrato de Gestão nº 07/2024, firmado entre a Secretaria do Trabalho (SET) e o Instituto de Desenvolvimento do Trabalho (IDT).

O projeto visa promover a inclusão pelo trabalho e a geração de renda por meio de qualificação profissional de trabalhadores autônomos, desempregados e aqueles em busca do primeiro emprego. As formações compreendem tanto a reciclagem na área de atuação profissional ou a aprendizagem de novas ocupações, com o desenvolvimento de competências comportamentais e atitudinais, com foco na prestação de serviço de qualidade e competitividade no mercado.

Dentro das tipologias estabelecidas para a oferta de cursos pelo projeto estão: Cuidador de idoso, faxineiro, pedreiro, jardineiro, bombeiro hidráulico, auxiliar de cozinha, eletricista, podador de árvore, confeiteiro, cozinheiro, garçom, costura básica e auxiliar de serviços gerais. As ações buscam desenvolver competências técnicas e comportamentais que favoreçam o ingresso no mercado de trabalho. As capacitações são realizadas em

ambientes acessíveis como escolas e espaços de centros comunitários, associações e cooperativas.

Público-Alvo: trabalhadores autônomos, desempregados e pessoas em busca do primeiro emprego.

Valor total do Projeto e Período de execução: R$1.500.000,00 (um milhão e quinhentos mil reais). Período de execução de junho de 2024 a setembro de 2025.

Metas Físicas:

Tabela 20. Lista dos Indicadores, Metas e Resultados do Projeto Profissional Autônomos, de janeiro a setembro de 2025.

Indicador(es)	Meta Planejada	Resultado Alcançado	%
Número de Matriculados nos Cursos	625	798	127,68
Número de Concludentes (75% dos Matriculados)	551	650	117,96
Número de Concludentes Cadastrados no Sistema de Intermediação dos Autônomos do IDT	600	874	145,66

Fonte: COEMP/SET, 2025.

Análise dos Resultados

- **Impacto na Comunidade:** as atividades realizadas desempenharam um papel fundamental na formação inicial e aperfeiçoamento no exercício das atividades. No período em análise, foram beneficiadas 798 pessoas e 650 foram certificadas. As ações foram realizadas nos municípios de Caucaia, Crateús, Eusébio, Fortaleza, Horizonte, Itapipoca, Juazeiro do Norte, Limoeiro do Norte, Pacatuba, Pindoretama, Quixadá, Sobral, Tianguá, Iguatu e Aracati. Ao considerar os resultados acumulados, foram beneficiadas 1.170 pessoas, das quais 817 foram certificadas.

- **Impacto no Público-Alvo:** Os cursos com maior destaque são: Cuidador de Idoso, Eletricista, Faxineiro e Costura. As atividades contempladas no projeto respondem diretamente às necessidades do mercado, contribuindo para o fortalecimento da economia local e a melhoria da qualidade dos serviços prestados.

12.1.5. PROJETO QUALIFICAR MAIS 2ª EDIÇÃO

O Projeto Qualificar Mais - 2ª edição é uma iniciativa do Governo do Estado do Ceará, executada por meio do Contrato de Gestão nº 19/2025, firmado entre a Secretaria do Trabalho - SET e o Instituto Centro de Ensino Tecnológico - Centec. O projeto visa promover a qualificação profissional em áreas estratégicas, ampliando as oportunidades de inserção produtiva e geração de renda para a população cearense.

A execução do projeto compreende a oferta de cursos de formação inicial e continuada voltados à educação profissional, com foco na inclusão de pessoas em situação de vulnerabilidade social. Na nova edição os cursos abrangem os eixos de Indústria 4.0, Tecnologias Emergentes, Agroecologia, Agroindústria e Produção Industrial, Hospitalidade e Sustentabilidade e Empreendedorismo. As capacitações são realizadas em locais estratégicos, como associações comunitárias, sindicatos e cooperativas, organizações sociais, espaços religiosos, escolas públicas e privadas, instalações da iniciativa privada e unidades da rede Centec.

Público-Alvo: grupos em situação de vulnerabilidade social, incluindo mulheres chefes de família, negros e negras, povos indígenas, quilombolas e pessoas com deficiência. Além do foco na população jovem, de 16 a 29 anos de idade.

Valor total do Projeto e Período de execução: R$23.087.803,62 (vinte e três milhões, oitenta e sete mil, oitocentos e três reais e sessenta e dois centavos). Período de execução de setembro de 2025 a fevereiro de 2027 (18 meses).

Tabela 21. Lista dos Indicadores, Metas e Resultados do Projeto Qualificar + 2ª edição, de setembro a dezembro de 2025.

Indicador(es)	Meta Planejada	Resultado Alcançado	%
Turmas de Qualificação Social e Profissional	271	28	10,33
Número de vagas ofertadas	5.420	560	10,33
Número de concluintes nos cursos de qualificação profissional	4.336	471	10,86
Percentual de egressos inseridos no mercado de trabalho(10% dos concluintes)	432	12[3]	2,77

Fonte: COEMP/SET, 2025.

Análise dos Resultados

- **Impacto na Comunidade:** no período em análise, foram disponibilizadas 28 turmas beneficiando 623 pessoas e 471 foram certificadas. As ações foram realizadas nos municípios de Fortaleza, Maracanaú, Maranguape, São Gonçalo do Amarante, Horizonte, Aratuba, Apuiarés e Canindé.

Dos 08 municípios atendidos, os que mais receberam cursos foram Fortaleza e Canindé. Os cursos foram organizados em 5 eixos, destacando-se os seguintes: Indústria 4.0 (norma regulamentadora nº 10 (nr-10),segurança do trabalho, manutenção de eletrodomésticos portáteis); Tecnologias Emergentes (gestão de mídias sociais para negócios locais,

[3] Resultado obtido por meio de cruzamento de dados com a base de dados do Caged 2025. Correlação entre os concluintes e admissões para o período de novembro e dezembro de 2025.

atendimento online e vendas por whatsapp); Agroecologia, Agroindústria, Alimentos e Bebidas (introdução à agroecologia e à produção orgânica); Hospitalidade (gestão de pequenos negócios em alimentação); e Sustentabilidade e Empreendedorismo (empreendedorismo popular e gestão financeira de mei, tecnologias sociais e organização comunitária);

- **Impacto no Público-Alvo:** do total de participantes, 328 eram mulheres (52,64%), 30 pessoas LGBTQIAPN+ (4,81%), 16 pertencentes a povos originários, 15 pessoas com deficiência (2,40%), 8 pessoas pretas (1,28%) e 6 egressos do sistema prisional (0,96%), evidenciando o alcance social e inclusivo das ações desenvolvidas.

12.1.6 PROJETO DE FORMAÇÃO PROFISSIONAL E INCLUSÃO SOCIOPRODUTIVA - PROJETO INCLUIR MAIS

O Projeto Incluir Mais, ora denominado Projeto de formação profissional e inclusão socioprodutiva, é uma iniciativa do Governo do Estado do Ceará, executada por meio do Contrato de Gestão nº 09/2025, firmado entre a Secretaria do Trabalho (SET) e o Instituto de Desenvolvimento do Trabalho (IDT).

O projeto visa oportunizar à população cearense, mediante cursos de formação profissional, a inclusão socioprodutiva dos trabalhadores em geral, com foco na geração de renda, sustentabilidade e a preservação ambiental. As formações compreendem o acesso ao conhecimento e o desenvolvimento de habilidades, comportamentos e atitudes, que possibilitem aos treinandos exercer uma ocupação, devidamente reconhecida e descrita na Classificação Brasileira de Ocupações (CBO).

As ações deste projeto são voltadas para a inserção no mercado de trabalho formal, com o apoio do sistema de intermediação de mão-de-obra operado pela Rede de Atendimento IDT/SINE ou; o engajamento destes como profissionais autônomos, prestadores de serviços, por conta própria, ou ainda; o direcionamento dos treinandos para o desenvolvimento de atividades empreendedoras, com foco na geração de trabalho e renda, via criação ou expansão de pequenos negócios já existentes.

A execução do projeto compreende a oferta de cursos de formação inicial e continuada e contemplam nove eixos tecnológicos, a saber: Desenvolvimento Educacional e Social; Ambiente, Saúde e Segurança; Turismo, Hospitalidade e Lazer; Infraestrutura; Controle e Processos Industriais; Produção Alimentícia; Gestão e Negócios; Informação e Comunicação, e; Produção Cultural e Design. Esses eixos abrangem um conjunto de tipologias de cursos, todas com duração de 100 h/a.

Dentro das tipologias estabelecidas para a oferta de cursos pelo projeto estão: Assistente Administrativo, Consultor de Vendas, Eletricidade Básica, Manicure e Pedicure e Operador

de Caixa, Noções Básicas de Costura. Os cursos são realizados em ambientes acessíveis como escolas e espaços de centros comunitários, associações e cooperativas.

Público-Alvo: trabalhadores com carteira assinada, autônomos, empreendedores, pessoas desempregadas ou em busca do primeiro emprego.

Valor total do Projeto e Período de execução: R$4.870.000,00 (quatro milhões oitocentos e setenta mil reais). Período de execução de outubro de 2025 a setembro de 2026.

Tabela 22. Lista dos Indicadores, Metas e Resultados do Projeto Incluir Mais - ano 2025.

Indicador(es)	Meta Planejada	Resultado Alcançado	%
Número de Trabalhadores Matriculados	1.141	404	35,40
Número de Trabalhadores Concluintes	856	222	25,93
Número de Concluintes Cadastrado no Sistema SINE/IDT	642	194	30,21
Número de encaminhados para geração de emprego ou renda	642	4	0,62

Fonte: COEMP/SET, 2025.

Análise dos Resultados

- **Impacto na Comunidade:** considerando a fase inicial de execução do projeto, as atividades realizadas desempenharam um papel fundamental na formação inicial e aperfeiçoamento no exercício das atividades. No período em análise, foram beneficiadas 404 pessoas e 221 foram certificadas. As ações foram realizadas nos municípios de Fortaleza, Caucaia, Barbalha e Mauriti.

- **Impacto no Público-Alvo:** a partir das demandas estabelecidas, no universo dos trabalhadores formais, autônomos, desempregados e pessoas em busca do primeiro emprego, os cursos ofertados até o momento são: Eletricidade Básica, Consultor de Vendas, Manicure e Pedicure, e Noções Básicas de Costura. As atividades contempladas no projeto respondem diretamente às necessidades identificadas nas localidades, contribuindo para o fortalecimento da economia local e a melhoria da qualidade dos serviços prestados.

12.2. MONITORAMENTO ENTREGAS PPA (2024-2027)

No que diz respeito ao Plano Plurianual (2024-2027) do Governo do Estado do Ceará, os programas, projetos e iniciativas da Coordenadoria de Empreendedorismo e Educação Profissional – COEMP estão contemplados nas entregas do Programa 274 - Empreende Ceará.

Tabela 23. Programa, Código, Entregas, Metas e Resultados do PPA (2024-2027).

Programa	Código	Entregas	Meta	Resultado	%
274	1892	Evento Realizado	6	6	100
		Capacitação Realizada QSP	9.360	6.626	70,79
	1917	Capacitação Realizada Adece	9.360	13.263	141,69
	1897	Pessoa Beneficiada (SET/COEMP/QSP/OUTRO)	7.000	8.486	121,22
	1949	Registro Realizado	116.460	142.162	122,06
	2279	Ambiente Estruturado JUCEC	1	1	100
	1897	Pessoa Beneficiada	31.200	29.729	95,29
	1958	Empreendimento Beneficiado	1	0	0
	2274	Unidade Produtiva Beneficiada	6	5	83,33
	2275	Instituição Estruturada	1	0	0
	2276	Instituição Implantada	1	0	0
	2277	Instituição Mantida	1	0	0
	2278	Mulher Beneficiada	18.720	22.979	122,75
	2300	Pessoa Indígena Beneficiada	122	142	116,39
	1897	Pessoa Negra Beneficiada	1.560	1.487	95,32
	2302	Pessoa LGBTQIA+ Beneficiada	312	297	95,19

Fonte: COEMP/SET, 2025.

Em relação a entrega “Evento Realizado” trata-se da realização de eventos, como: seminários, palestras, fóruns, feiras e outros, no modo presencial e/ou virtual a partir de 4 horas, voltados para os temas do empreendedorismo, que se destinam ao estímulo dos potenciais empreendedores e ao fortalecimento dos microempreendedores individuais (MEI), Microempresas (ME) e Empresas de Pequeno Porte (EPP). No período em análise foram realizados 06 (seis) eventos que referem-se às reuniões do Fórum Estadual das Microempresas e Empresas de Pequeno Porte do Ceará.

A entrega “Pessoa Beneficiada” refere-se aos potenciais empreendedores e empreendedoras apoiados, inscritos nos cursos de qualificação ofertados. No período analisado, foram beneficiadas 6.661 pessoas pelo Projeto Qualificar Mais, 798 pelo Projeto Autônomos, 623 pelo Projeto Qualificar Mais (2ª edição) e 404 pelo Projeto Incluir Mais.

No que se refere a entrega “Capacitação realizada”, trata-se da realização de capacitações para empreendedores dos pequenos negócios (formais e informais), na forma presencial e Educação a Distância, com foco no empreendedorismo (Gestão financeira, Gestão administrativa, Planos de negócios, etc) a partir de 2 horas aula. No período analisado, foram 19.889 capacitações realizadas. Para mensurar essa entrega, considerou-se os cursos EAD oferecidos aos beneficiários do Programa Microcrédito Produtivo do Ceará - Ceará Credi, pela Aliança Empreendedora, na modalidade virtual, com acesso pela plataforma do programa, totalizando 13.263 capacitações. Adicionalmente, registraram-se 6.626 pessoas capacitadas por meio de projetos de Qualificação Social e Profissional, nas áreas de tecnologia, indústria, agroindústria e serviços. As capacitações presenciais foram executadas pelo Projeto Qualificar Mais, com 5.283 pessoas capacitadas, além de

650 pessoas pelo Projeto Autônomos, 471 pelo Projeto Qualificar Mais (2ª edição) e 222 pelo Projeto Incluir Mais.

Em relação a entrega "Registro Realizado" que é cada registro de novo Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica - CNPJ no ano adquirido por empresas que se formalizaram, ou seja, trata-se daquela empresa que saiu da informalidade, e efetivou o registro (CNPJ), foram 142.162 registros realizados. Destaca-se que esta entrega é executada pela Junta Comercial do Estado do Ceará – JUCEC, e foram consideradas as categorias: Microempreendedor Individual (MEI), Empresa de Pequeno Porte (EPP) e Microempresa (ME).

A entrega "Ambiente Estruturado", também operacionalizada pela JUCEC, refere-se à qualificação de um ambiente que pode ocorrer por meio de estruturação, articulação, e modernização dos procedimentos relacionados ao ambiente de registro de empresas, com simplificação e integração dos órgãos de formalização, no âmbito de tributação, licenciamento e fiscalização na totalidade dos municípios cearenses, e/ou com a criação de plataformas, softwares ou outros métodos necessários a qualificação do ambiente. No período em análise foi disponibilizado uma funcionalidade no ambiente de registro digital. A nova função permite que o usuário possa fazer o envio do processo para análise da Junta Comercial sem a coleta prévia de assinatura de documentos. A funcionalidade permite que os documentos sejam analisados, e após o deferimento do processo realizado pela Jucec o usuário colete as assinaturas necessárias.

No que concerne à entrega "Pessoa Beneficiada", contida no objetivo específico 274.2, refere-se ao microempreendedor que obteve a aprovação do crédito e efetuou a contratação do empréstimo. Neste sentido, foram 29.729 pessoas beneficiadas com acesso ao crédito do Programa Microcrédito Produtivo do Ceará - Ceará Credi, correspondendo a 95,29 % do alcance da meta.

Já a entrega "Empreendimento Beneficiado" refere-se à Microempresa que obteve aprovação de crédito e formalizou a contratação do respectivo empréstimo. A meta estabelecida para o exercício de 2025 corresponde à concessão de crédito a um empreendimento beneficiado. Entretanto, essa meta não foi alcançada, uma vez que, para a efetiva concessão de crédito a microempresas, é necessária a implantação e operacionalização da Agência de Fomento do Estado do Ceará, ou, alternativamente, a alteração da Lei que instituiu o Programa de Microcrédito Produtivo do Ceará – Ceará Credi (Leis Nº 230/2021 e Nº 239/2021).

No que se refere à entrega "Unidade Produtiva Beneficiada", esta compreende as cooperativas atendidas por meio do Programa de Microcrédito Produtivo do Ceará – Ceará Credi. No período em análise, foram beneficiadas cinco cooperativas, das quais três acessaram crédito e duas passaram por processo de renegociação.

No âmbito do acesso ao crédito, destacam-se: a Cooperativa dos Agricultores Familiares do Vale do Forquilha (COOPVALE), a Cooperativa Agropecuária dos Agricultores Familiares de Santana do Acaraú (COOPASA) e a Cooperativa de Agricultura Familiar e Sustentabilidade do Sertão Central (COOPAF).

Quanto às cooperativas que passaram por renegociação, incluem-se: a Cooperativa Regional dos Assentamentos de Reforma Agrária do Sertão Central do Ceará COOPERASC LTDA – (COOPERASC) e a Cooperativa Regional dos Trabalhadores Apícolas Assentados e Assentadas da Reforma Agrária (COOPERAMEL).

As entregas, "Instituição Estruturada", "Instituição Implantada" e "Instituição Mantida", são entregas que correspondem a estruturação, implantação e manutenção da Agência de Fomento do Estado do Ceará.

A Lei que autoriza a constituição da Agência de Fomento do Estado foi publicada no DOE em 1º de dezembro de 2023 (Lei Nº 18.596, de 29/11/2023). Em 2025, a SET elaborou os documentos técnicos necessários à submissão do pedido de autorização ao Banco Central; permanecem, contudo, pendentes as providências institucionais que viabilizam o avanço do processo regulatório. No período em análise, não houve a definição e a nomeação do corpo técnico responsável pelos cargos de direção e assessoramento, condição indispensável para a constituição da governança e para o prosseguimento das etapas de implantação. O pedido de autorização de funcionamento submetido ao Banco Central do Brasil permanece sobrestado em razão da ausência das nomeações exigidas pela Instrução Normativa BCB nº 299, de 30/08/2022.

Instituição mantida, refere-se à manutenção da Agência de Fomento do Estado do Ceará, ou seja, compreende ao funcionamento da Agência nos três primeiros anos de funcionamento, com relatórios monitorados e aprovados pelo Banco Central, visando a sua sustentabilidade e consolidação. Esta entrega só pode ser realizada após a execução da Instituição Implantada (2276), desse modo, a previsão é para 2026.

A entrega "Mulher Beneficiada" refere-se à microempreendedora que obteve a aprovação do crédito e efetuou a contratação do empréstimo. No período em análise, o Programa de Microcrédito Produtivo do Ceará – Ceará Credi beneficiou 22.979 mulheres, por meio da concessão de microcrédito produtivo orientado, reafirmando a efetividade dessa política pública no fomento ao empreendedorismo feminino, o que corresponde ao alcance de 122,75%. Tal resultado evidencia o compromisso do Programa com a promoção da inclusão produtiva e o fortalecimento do papel da mulher no âmbito familiar, comunitário e, consequentemente, no desenvolvimento socioeconômico do Estado do Ceará.

A entrega "Pessoa Indígena Beneficiada" refere-se ao percentual de 0,05% do total dos microempreendedores que obtiveram a aprovação do crédito e efetuaram a contratação

do empréstimo. Esta estimativa leva em consideração o Censo do IBGE de 2022, o qual a população indígena é de 0,05% da população do Brasil. Neste sentido, no período em análise, o Programa Microcrédito Produtivo do Ceará - Ceará Credi beneficiou 142 pessoas indígenas.

Pessoa negra beneficiada refere-se ao percentual de 5% do total dos microempreendedores que obtiveram a aprovação do crédito e efetuaram a contratação do empréstimo. Este percentual, levou em conta que as pessoas autodeclaradas pertencentes à etnia de pretos e descendentes diretos, alcançam no Ceará a proporção de 5% da população, conforme Censo do IBGE de 2022.

Assim, estima-se que, no período em análise, 1.487 pessoas negras tenham sido contempladas com a aprovação de crédito, fortalecendo a dimensão de equidade racial nas políticas públicas de fomento ao empreendedorismo e à geração de renda no Ceará. Esse resultado condiz a 95,32% do alcance da meta.

E por fim a entrega “Pessoa LGBTQIA+ beneficiada” refere-se ao percentual de 1% do total dos microempreendedores que obtiveram a aprovação do crédito e efetuaram a contratação do empréstimo. De acordo com o Censo 2022 do IBGE, o percentual de pessoas LGBTQIA+ residentes no estado do Ceará alcança 1% da população.

Neste contexto, considerando que o Programa Microcrédito Produtivo do Ceará - Ceará Credi atua em todo o território cearense, e atende aos cadastrados no programa independente de sua orientação sexual, pode-se inferir que, estima-se que foram beneficiadas com crédito cerca de 297 pessoas LGBTQIA+ no ano de 2025, equivalente a 95,19% meta planejada.

12.3. ACOMPANHAMENTO DE CONTRATOS, CONVENIOS E CONGENERES

A Coordenadoria de Empreendedorismo e Educação Profissional - COEMP, no período em análise faz o acompanhamento de 06 (seis) instrumentos jurídicos. Sendo: um Termo de Cooperação, um Contrato de Prestação de Serviços e 4 (quatro) Contratos de Gestão. A seguir o detalhamento dos instrumentos.

Tabela 24. Termo de Cooperação nº001/2023 – SET/ADECE.

Instrumento	Valor (R$)	Vigência
Termo de Cooperação nº001/2023 – SET/ADECE, de 31/07/2023	83.500.000,00	11 (onze) meses, ou seja, agosto de 2023 a junho de 2024.
Terceiro Aditivo ao TC nº001/2023 – SET/ADECE, de 19/06/2024	(+) 4.181.818,00	4 (quatro) meses, ou seja, até 31 de outubro de 2024
Quarto Aditivo ao nº001/2023 – SET/ADECE, de 24/10/2024	(+) 94.260.013,00	Acréscimo de valor e de prazo: 11 (onze) meses, ou seja, até 30 de setembro de 2025.
Quinto Aditivo ao nº001/2023 – SET/ADECE, 26/09/2025	(+) 44.168.654,00	Acréscimo de valor e de prazo: 6 (seis) meses, ou seja, até 31 de março de 2026.
Sexto Aditivo ao nº001/2023 – SET/ADECE, 09/12/2025	(-) 12.116.417,15	Redução de valor da meta 1, meta 2 e motivado pelo contingenciamento de recursos financeiros.
Total	**213.994.067,85**	**32 (trinta e dois) meses, ou seja, de agosto de 2023 a março de 2026.**

Fonte: COEMP/SET, 2026.

Cabe destacar que, o Primeiro Aditivo, de 17/10/2023 teve como objeto realizar os ajustes necessários no instrumento original, com adequação ao Plano de Trabalho em anexo, com o propósito de que seja possível o cadastro e a execução do Programa Microcrédito Produtivo do Ceará – Ceará Credi, por meio do sistema E-Parcerias. Altera as cláusulas quinta e décima primeira do Termo de Cooperação nº 001/2023.

Além disso, salienta-se que o Segundo Aditivo ao TC nº001/2023 – SET/ADECE, de 06/02/2024 teve como objeto realizar os ajustes necessários no instrumento original. Teve como objeto alterar as cláusulas: Terceira, Quarta, Quinta, Sétima, Décima Primeira, Décima Terceira do Termo de Cooperação nº 001/2023.

Tabela 25. Contrato de Prestação de Serviços nº 18/2023– SET/ADECE.

Instrumento	Valor (R$)	Vigência
Contrato de Prestação de Serviços nº 18/2023– SET/ADECE	1.252.500,00	8 (oito) meses, ou seja, janeiro de 2024 a agosto de 2024
Primeiro Aditivo ao Contrato de Prestação de Serviços nº 18/2023– SET/ADECE, de 23/07/2024	0,00	Dois messes, ou seja, 30 de outubro de 2024
Segundo Aditivo ao Contrato de Prestação de Serviços nº 18/2023– SET/ADECE, de 18/10/2024	1.252.500,00	8 (oito) meses, ou seja, até 30 de junho de 2025
Terceiro Aditivo ao Contrato de Prestação de Serviços nº 18/2023– SET/ADECE, de 13/05/2025	0,00	Acréscimo de prazo: 3 (três) meses, ou seja, até 30 de setembro de 2025.
Quarto Aditivo ao Contrato de Prestação de Serviços nº 18/2023– SET/ADECE, de 24/09/2025	(+) 357.857,64	Acréscimo de valor e de prazo: 6 (seis), ou seja, até 31 de março de 2026.
Total	**2.862.857,64**	**27 meses, ou seja, de janeiro de 2024 a 30 de março de 2026.**

Fonte: COEMP/SET, 2025.

O Contrato de Prestação de Serviços n °18/2023 – SET/ADECE tem como objeto a prestação dos serviços pela ADECE à SET, fazendo jus à remuneração, estabelecida pela Lei

Complementar Nº 230, de 07 de janeiro de 2021, e Resolução Nº 008/2022, de 28 de junho de 2022, no percentual de 1,5% (um e meio por cento) do montante total dos recursos financeiros do Fundo de Investimentos de Microcrédito Produtivo do Ceará pela prestação dos serviços, o valor total de R$ 2.862.857,64 (dois milhões, oitocentos e sessenta e dois mil, oitocentos e cinquenta e sete reais e sessenta e quatro centavos) e a vigência de 27 meses.

Em relação aos Contratos de Gestão, na Tabela 26 estão resumidamente o número, a vigência do instrumento e a que se destina.

Tabela 26. Lista dos Contratos de Gestão acompanhados pela COEMP.

Nº Contrato	Objeto (resumido)	Valor Total (R$)	Data Início	Data Fim	Situação Atual
08/2023	Qualificação Social e Profissional para grupos em situação de maior vulnerabilidade social.	21.300.000,00	11.12.2023	11.06.2025	Finalizado[4]
07/2024	Promoção da inclusão de trabalhadores desempregados, por meio de cursos de qualificação profissional para trabalhadores autônomos.	1.500.000,00	13.06.2024	15.09.2025	Finalizado[5]
09/2025	Cursos de formação profissional, a inclusão socioprodutiva dos trabalhadores, visando à geração de renda, à sustentabilidade e à preservação ambiental.	4.870.000,00	26.08.2025	26.08.2026	Em execução
19/2025	Cursos de qualificação profissional de formação inicial e continuada (FIC).	23.087.803,62	10.09.2025	10.03.2027	Em execução

Fonte: COEMP/SET, 2025.

O Contrato de Gestão nº 08/2023, passou por 1 (um) aditivo e 4 (quatro) apostilamentos.

Tabela 27. Aditivos e Apostilamentos pertinentes ao Contrato de Gestão nº 08/2023 – SET/CENTEC.

Aditivo/ Apostilamento	Data DOE	NUP	Objeto/Finalidade
Primeiro Apostilamento, de 03.04.2024	Não se aplica	59000.000184/2024-36	Alteração da execução orçamentária/2024 da Secretaria do Trabalho - SET, para incluir nova dotação orçamentária ao contrato, que a partir desta data passará a ser: 59100001.11.334.273.10593.15.335085.2.5009100000.0 - Cód. Red. 500743
Primeiro Aditivo, de 13.11.2024	25.11.2024	59000.000791/2024-04	Prorrogar a vigência do Contrato de Gestão n° 08/2023, em mais 06 (seis) meses, para conclusão e alcance das metas pactuadas. Sem alteração no valor global do contrato de gestão.
Segundo Apostilamento, de 09.12.2024	Não se aplica.	59000.000781/2024-61	Apostila o Contrato de Gestão nº 08/2023, tendo em vista a substituição do gestor do contrato, o Sr. Alan Cesar de Sousa Sampaio, que a partir desta data passará a ser o Sr. José Welington Ribeiro Silva.

[4] Execução física concluída, em fase de prestação de contas.
[5] Execução física concluída, em fase de prestação de contas.

Terceiro Apostilamento, de 24.01.2025	Não se aplica.	59000.000085/2025-35	Apostila o Contrato nº 08/2023, tendo em vista alteração da execução orçamentária da Secretaria do Trabalho - SET, para incluir nova dotação orçamentária ao contrato, que a partir desta data passará a ser: 59100004.11.334.273.10593.15.335085.01.5009100000.0.4.01.
Quarto Apostilamento, de 06.06.2025	Não se aplica.	59000.000429/2025-14	Apostila o Contrato nº 008/2023, tendo em vista alteração em rubricas quanto ao orçamento no Plano de Trabalho, conforme colocadas nos seguintes itens: Anexos II,III, VII, IX e anexos de Memória de Cálculo.

Fonte: Informações sistematizadas pela COEMP/SET, 2025.

O Contrato de Gestão nº 07/2024, passou por 2 (dois) aditivos e 2 (dois) apostilamentos.

Tabela 28. Aditivos e Apostilamentos pertinentes ao Contrato de Gestão nº 07/2024 – SET/IDT.

Aditivo/ Apostilamento	Data DOE	NUP	Objeto/Finalidade
Primeiro Aditivo, de 23.10.2024	29.10.2024	59000.000764/2024-23	Repactuação do contrato com a finalidade de proceder o ajuste de recursos, a fim de viabilizar a inserção da rubrica: "Lanche para os participantes, aquisições de alimentos para as pessoas que frequentarem os cursos".
Primeiro Apostilamento, de 28.10.2024	Não se aplica.	59000.000782/2024-13	Apostila o contrato de gestão nº 007/2024, tendo em vista a substituição do GESTOR do contrato, o Sr. Alan Cesar De Sousa Sampaio, que a partir desta data passará a ser o Sr. JOSE WELINGTON RIBEIRO SILVA, Coordenador de Empreendedorismo e Educação Profissional – COEMP.
Segundo Apostilamento, de 24.01.2025	Não se aplica.	59000.000084/2025-91	Apostila o Contrato nº 07/2024, tendo em vista alteração da execução orçamentária da Secretaria do Trabalho - SET, para incluir nova dotação orçamentária ao contrato, que a partir desta data passará a ser: 59100004.11.334.273.10593.15.335085.01.5009100000.0.4.01.
Segundo Aditivo, de 30.05.2025	05.06.2025	59000.000562/2025-62	Prorrogar a vigência do contrato de gestão em mais 03 (três) meses. Sem alteração no valor do contrato.

Fonte: Informações sistematizadas pela COEMP/SET, 2025.

O Contrato de Gestão nº 08/2023, celebrado entre a Secretaria do Trabalho (SET) e o Instituto Centro de Ensino Tecnológico (CENTEC) de 11 de dezembro de 2023 (DOE Nº 237 de 19 de dezembro de 2023), tem como objeto promover, executar, realizar e apoiar ações no âmbito da educação profissional, com o foco na qualificação em cursos de formação inicial e continuada para trabalhadores jovens e adultos, promovendo a inserção produtiva com foco no emprego e na renda, com atenção aos seguintes eixos: a) Indústria 4.0 (Eixo 1); b) Tecnologias emergentes (Eixo 2); c) Agroecologia, agroindústria e produção industrial (Eixo 3); d) Hospitalidade (Eixo 4).

Foi estabelecido um aditivo de prazo para conclusão e alcance das metas pactuadas, sem alteração no valor do contrato. De acordo com as metas estabelecidas, das 15.900 pessoas a serem beneficiadas, 15.072 fizeram os cursos, o que correspondeu a 94,8% da taxa de

execução. Quanto à certificação a meta era de 11.170 e foram certificadas 12.019 pessoas, perfazendo um total de 107,6% da meta.

O Contrato de Gestão nº 07/2024, celebrado entre a SET e o Instituto de Desenvolvimento do Trabalho (IDT) de 13 de junho de 2024 (DOE Nº118 de 26 de junho de 2024), tem como objeto a promoção da inclusão de trabalhadores desempregados, por meio de cursos de qualificação profissional para trabalhadores autônomos nas seguintes ocupações: faxineira, cuidador de idosos, pedreiro, jardineiro, bombeiro hidráulico, auxiliar de cozinha, eletricista, podador de árvores, confeiteiro, cozinheiro, garçom, costura e auxiliar de serviços gerais, a serem administrados nos municípios de Capistrano, Caucaia, Coreaú, Crateús, Eusébio, Fortaleza, Guaraciaba do Norte, Horizonte, Icó, Juazeiro do Norte, Limoeiro do Norte, Maracanaú, Pacatuba, Paramoti, Sobral e Umirim.

Tem-se como referência os desafios enfrentados no primeiro semestre da execução contratual, como o atraso para o início da efetivação das turmas e o número de cadastramento dos concludentes no sistema de intermediação. Ainda assim, o desempenho no cumprimento de pessoas matriculadas e certificadas atingiu de forma satisfatória as metas estabelecidas. Para o período de janeiro a maio de 2025 os indicadores atingiram plenamente o desempenho esperado, com os números de matriculados, certificados e cadastrados no sistema de intermediação. Ao considerar o acumulado que corresponde ao período de junho de 2024 a maio de 2025 o contrato cumpriu de forma satisfatória às metas estabelecidas.

Foi estabelecido dois aditivos, o primeiro termo aditivo ao contrato de gestão nº 07/2024 (DOE Nº 205 de 29 de outubro de 2024) corresponde ao remanejamento de verbas entre as rubricas, sem alteração no valor do contrato. O segundo aditivo (DOE Nº 104 de 05 de junho de 2025) com a prorrogação de vigência do contrato de gestão em mais 03 (três) meses. Sem alteração no valor do contrato.

12.4. FÓRUM ESTADUAL DAS MICROEMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE DO CEARÁ

O Fórum Estadual das Microempresas e Empresas de Pequeno Porte do Ceará foi instituído por meio do Decreto Estadual Nº 30.465, de 14 de março de 2011.

A partir de 2023, com a alteração da estrutura da Administração Estadual, por meio da Lei Nº 18.310, de 17 de fevereiro de 2023, e com a publicação do Decreto Nº35.466, de 19 de março de 2023, o Fórum Estadual das Microempresas e Empresas de Pequeno Porte do Ceará passa a ser presidido pela Secretaria do Trabalho – SET.

O referido Fórum realiza articulação entre os agentes públicos e privados de forma a estimular o desenvolvimento sustentável dos pequenos negócios no Ceará, atualmente são 27 instituições participantes.

No período de janeiro a dezembro ocorreram 06 (seis) reuniões ordinárias, a 56ª, 57ª, 58ª, 59ª, 60ª e 61ª.

A 56ª Reunião Ordinária ocorreu de forma híbrida na SET no dia 20 de fevereiro de 2025 com o intuito de apresentar o Programa Empresa Mais Simples (JUCEC), com destaque para a agilidade no processo de formalização de empresas, e a expansão do programa para atender todos os municípios do Ceará em 2025.

A 57ª Reunião Ordinária ocorreu de forma híbrida na SET no dia 24 de abril de 2025 com o intuito de reforçar a necessidade de fortalecer a participação dos comitês e de ampliar o debate sobre temas relevantes ao setor. Com destaque para a composição dos comitês temáticos, a importância da ampliação ao envolver outros interessados e a formação de equipes de trabalho nos comitês.

A 58ª Reunião Ordinária ocorreu de forma híbrida na SET no dia 27 de junho de 2025 com o intuito de apresentar o resultado da participação no "XIII Seminário de gestores públicos - prefeitos 2025". O seminário marcou o início da criação do Fórum Estadual de Secretários e Secretárias do Trabalho da Política do Trabalho no Estado do Ceará com foco em uma política do trabalho voltada à micro e pequena empresa.

A 59ª Reunião Ordinária ocorreu de forma híbrida na SET no dia 2 de setembro de 2025, com o intuito de apresentar programas e iniciativas da Secretaria de Desenvolvimento Econômico (SDE) e Secretaria da Ciência, Tecnologia e Educação Superior (Secitece). A SDE apresentou a proposta do Ceará Valley, um programa de inovação tecnológica do Estado voltado para a Indústria 4.0 e do Conhecimento. Já a Secitece apresentou 3 iniciativas em execução: o programa Corredores Digitais voltado ao apoio de negócios inovadores e à aceleração de startups.

A 60ª Reunião Ordinária ocorreu de forma híbrida na SET no dia 13 de novembro de 2025. Na qual foram apresentados aspectos da reforma tributária, a criação do IVA Dual brasileiro, que unifica os atuais tributos sobre consumo (PIS, COFINS, ICMS, ISS e parte do IPI) em dois novos impostos: a CBS (Contribuição sobre Bens e Serviços) e o IBS (Imposto sobre Bens e Serviços) dentre outros assuntos.

A 61ª Reunião Ordinária ocorreu de forma híbrida, na sede do Conselho Regional de Administração do Ceará (CRA-CE), em Fortaleza/CE, no dia 19 de dezembro de 2025. O encontro teve como principal pauta a discussão sobre crédito, investimentos e financiamento para microempreendedores e empresas de pequeno porte, contando com apresentações de instituições financeiras, além de debates acerca dos desafios relacionados ao acesso ao crédito e à formalização.

Durante a reunião, também foram abordadas propostas de aprimoramento do Fórum, com ênfase na realização de pesquisa de avaliação junto aos membros e no fortalecimento de seu caráter propositivo. Ademais, ressaltou-se a importância de ampliar políticas públicas mais adequadas à realidade dos empreendedores, especialmente no que se refere à redução da informalidade e à simplificação da legislação.

Além das reuniões ordinárias do Fórum, foram instituídos os Comitês Temáticos (CTs), instâncias de caráter técnico e consultivo responsáveis por aprofundar a análise de temas estratégicos e propor soluções voltadas ao fortalecimento do ambiente de negócios. Os Comitês têm como finalidade abordar assuntos de interesse do segmento de Micro e Pequenas Empresas, discutir ações e políticas públicas voltadas ao desenvolvimento do setor e subsidiar a formulação das pautas das reuniões do Fórum Estadual. No período de janeiro a dezembro de 2025, foram realizadas quatro reuniões.

A 1ª reunião ocorreu de forma conjunta dos Comitês Temáticos nº 5 e nº 6. A reunião foi realizada no dia 15 de maio de 2025, na modalidade online, e a principal discussão foi a necessidade de estabelecer o alinhamento das pautas dos Comitês Estaduais com o Fórum Nacional das ME&EPPs.

A 2ª reunião ocorreu de forma conjunta dos Comitês Temáticos nº 2 e nº 3. A reunião foi realizada no dia 17 de julho de 2025, na modalidade online. Com destaque para a realização de apresentações de programas e projetos com a finalidade de gerar visibilidade e oportunizar parcerias. Durante esta reunião foi ressaltado a iniciativa de uma plataforma da SECITECE que quer mapear todo o ecossistema de inovação do Ceará.

A 3ª reunião ocorreu no âmbito do Comitê Temático nº 1 – Regulamentação e Simplificação. A reunião foi realizada no dia 23 de outubro de 2025, na modalidade online, com o objetivo de definir os temas e pautas a serem apresentados na Reunião Ordinária do Fórum Estadual das ME&EPPs de novembro.

A 4ª reunião ocorreu no âmbito do Comitê Temático nº 4 – Investimento, Financiamento e Crédito. A reunião foi realizada no dia 27 de novembro de 2025, na modalidade online, com o objetivo de alinhar e definir os encaminhamentos para a Reunião Ordinária do Fórum Estadual das ME&EPPs de dezembro.

12.5. CONSELHO DIRETOR DO FUNDO DE INVESTIMENTOS DE MICROCRÉDITO PRODUTIVO DO CEARÁ – CDFIMPCE

O CDFIMPCE foi instituído pela Lei Complementar Nº 230, 07 de janeiro de 2021, alterada pela Lei Complementar Nº 239, 09 de abril de 2021, e é presidido pelo secretário da Secretaria do Trabalho – SET e tem como vice-presidente o presidente da Agência de Desenvolvimento do Estado do Ceará S.A –ADECE.

Em 27 de novembro de 2025, foi publicada a Lei Complementar Nº 366, que dispõe sobre o Fundo de Investimentos de Microcrédito Produtivo do Ceará – FIMPCE e o Programa Microcrédito Produtivo do Ceará – Ceará Credi, revogando a Lei Complementar Estadual Nº 230, de 07 de janeiro de 2021.

O referido colegiado tem como membros[6]: Secretaria do Planejamento e Gestão – SEPLAG, Secretaria Executiva de Trabalho e Empreendedorismo – SET, Diretoria de Economia Popular e Solidária – ADECE, Casa Civil, Federação Cearense das Micro e Pequenas Empresas do Estado do Ceará – Fampec, Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas do Ceará – Sebrae/CE, Federação do Comércio de Bens, Serviços e Turismo do Estado do Ceará – Fecomércio/CE, Rede Cearense de Bancos Comunitários, e Assembleia Legislativa do Estado do Ceará.

No período em análise, foram realizadas duas reuniões do Conselho Diretor do Fundo de Investimentos de Microcrédito Produtivo do Ceará – CDFIMPCE, tendo sido emitidas resoluções que foram publicadas que estão descritas no relatório de gestão do órgão FIMPCE.

12.6. PARTICIPAÇÃO EM EVENTOS E COMISSÕES

Tabela 29. Listagem dos Eventos / Comissões que a COEMP participou no ano de 2025.

Evento/Comissão	Data	Participação da Área
1ª Jornada das Mulheres Empreendedoras de Caucaia	17.01.2025	O evento ocorreu no Grêmio de Recreio e Estudos de Caucaia, com o objetivo de debater desafios, trocar experiências e fortalecer o empreendedorismo feminino na cidade de Caucaia.
1ª Oficina de letramento LGBTQIA+	27.02.2025	A Secretaria do Trabalho (SET), em parceria com a Secretaria da Diversidade (Sediv), promoveu capacitação para a disseminação das conceituações sobre identidade de gênero e orientação sexual e o desenvolvimento de uma abordagem mais inclusiva e respeitosa.
127ª Reunião Ordinária do Conselho Fiscal do IDT	15.07.2025	A reunião ocorreu de forma virtual com destaque para a apresentação do relatório da auditoria externa referente aos meses de janeiro a março de 2025.
Solenidade de Posse do Fórum Intersetorial de Saúde do Trabalhador e da Trabalhadora	22.10.2025	Solenidade organizada pelo Centro Estadual de Referência em Saúde do Trabalhador e da Trabalhadora – CEREST/CE.
Encontro de Intersetorialização da Política Estadual de Prevenção à Violência	30.10.2025	O evento teve como objetivo fortalecer a articulação entre diferentes políticas públicas, visando à construção de uma abordagem integrada de prevenção à violência.

[6] Com a publicação da Lei Nº366, de 27 de novembro de 2025, a composição do CDFIMPCE foi alterada. Ainda em 10 de dezembro de 2025 foi publicada a PORTARIA Nº35/2025 – SET, nomeando representantes da Casa Civil, da Procuradoria Geral do Estado do Ceará – PGE, da Controladoria Geral Ouvidoria do Estado – CGE, da Assembleia Legislativa do Estado do Ceará – ALECE, da Federação do Comércio de Bens, Serviços e Turismo do Estado do Ceará – FECOMÉRCIO/CE.

2ª Reunião ordinária do Conselho Estadual de Juventude (Conjuce).	10.11.2025	A Reunião ordinária objetivou a aprovação das mudanças de membros da diretoria e informes sobre mudança de titulares e suplentes. Foi feita a divisão dos membros nas Comissões Permanentes.
Lançamento do programa Dinheiro na Mão.	12.11.2025	Programa de apoio ao microcrédito produtivo para pequenos empreendimentos denominado Dinheiro na Mão, a iniciativa objetiva incentivar o empreendedorismo e a economia solidária.
61ª Reunião Ordinária do Fórum Estadual das Microempresas e Empresas de Pequeno Porte do Ceará	19.12.2025	A 61ª Reunião Ordinária teve como principal pauta a discussão sobre crédito, investimentos e financiamento para microempreendedores e empresas de pequeno porte, contando com apresentações de instituições financeiras, além de debates acerca dos desafios relacionados ao acesso ao crédito e à formalização.

Fonte: Coordenadoria de Empreendedorismo, COEMP/SET, 2025.

12.7. REGISTRO FOTOGRÁFICO DAS AÇÕES E PARTICIPAÇÃO EM EVENTOS

Imagem 1. 1ª Jornada das Mulheres Empreendedoras de Caucaia.



Fonte: Coemp (2025).

Imagem 2. 1ª Oficina de letramento LGBTQIA+.



Fonte: ASCOM/SET (2025).

Imagem 3. 2ª Reunião ordinária do Conselho Estadual de Juventude (Conjuce).



Fonte: Coemp (2025).

Imagem 4. Lançamento do programa Dinheiro na Mão.



Fonte: ASCOM/SET (2025).

Imagem 5. 61ª Reunião Ordinária do Fórum Estadual das Microempresas e Empresas de Pequeno Porte do Ceará.



Fonte: ASCOM/SET (2025).

13. 13. EXECUÇÃO DOS PROGRAMAS FINALÍSTICOS - ÁREA COESA / SET

PROJETOS / ENTREGAS / CONTRATOS / EVENTOS E COMISSÕES

COORDENADORIA DE ECONOMIA SOLIDÁRIA E ARRANJOS PRODUTIVOS LOCAIS / COESA

Considerando as linhas de atuação definidas pela COESA, seguem as ações desenvolvidas de janeiro a dezembro de 2025, bem como as justificativas para a não implementação e ações não planejadas que aconteceram, conforme a seguir:

13.1. ACOMPANHAMENTO DE PROJETOS E PROGRAMAS - COESA

13.1.1 CONSELHO ESTADUAL DE ECONOMIA POPULAR E SOLIDÁRIA

O referido Conselho consiste num dos instrumentos de implementação da Política Estadual de Economia Popular Solidária, conforme Lei Estadual 19.016/2024. Sua implantação e posse dos(as) conselheiros(as) ocorreu em 16 de janeiro de 2025, na Sede da Secretaria do Trabalho, reunindo pessoas de diversos territórios do Estado, e que foram empossados na ocasião.

Tal ato consiste num avanço na institucionalização da política, sendo um dos desdobramentos imediatos de sua criação a realização de reuniões periódicas do aludido Conselho, sendo estas realizadas a cada bimestre, na última quinta-feira de cada mês, de forma ordinária, ou em caráter extraordinário, sempre que necessário.

Foram realizadas 11 (onze) reuniões, sendo seis em caráter ordinário e cinco extraordinárias. Destaca-se que os meses de abril e maio foram dedicados aos preparativos para a 4ª Conferência Estadual de Economia Popular Solidária, não sendo viável a realização da 5ª reunião ordinária no mês de maio, conforme calendário delineado no início do ano.

As duas primeiras reuniões aconteceram em formato presencial, contudo, as demais aconteceram na modalidade híbrida, por meio de videoconferência pelo Google Meet, a fim de oportunizar maior participação dos territórios.

Imagem 6. 6ª Reunião ordinária do CEEPS - Auditório da SET - 2025.



Fonte: Ascom SET.

Escopo: as principais atividades realizadas versaram sobre diferentes pautas ligadas às demandas dos empreendimentos e suas redes, a exemplo dos processos de articulação de espaços de comercialização em feiras, a exemplo do 23º Feirão Estadual de Socioeconomia Solidária, elaboração do regimento interno, formação, participação em eventos, principalmente, as duas conferências acontecidas em maio (etapa Estadual) e agosto (etapa Nacional).

Público-Alvo: empreendimentos de Economia Popular Solidária, suas redes e entidades de apoio. Conforme legislação vigente, consideram-se empreendimentos da Economia Popular Solidária as empresas de autogestão, as cooperativas, as associações, os pequenos produtores rurais e urbanos, os grupos de produção e outros que atuem por meio de organizações e articulações locais, estaduais e nacionais.

Valor total do Projeto e Período de execução: não existe aporte financeiro para a referida ação.

Metas Físicas: conforme definido na primeira reunião do CEEPS, foi deliberada a realização de uma reunião ordinária a cada bimestre, sendo as extraordinárias agendadas conforme demanda. Para fins do presente relatório, a tabela a seguir sistematiza o quantitativo de reuniões realizadas.

Tabela 30. Lista das reuniões do Conselho Estadual de Economia Popular Solidária em 2025.

Entrega	Meta Planejada	Resultado Alcançado	%
Reuniões ordinárias	6	6	100%
Reuniões extraordinárias	-	5	100%

Fonte: Comissão organizadora Estadual.

13.1.2. REALIZAÇÃO DA 4ª CONFERÊNCIA DE ECONOMIA POPULAR E SOLIDÁRIA

A 4ª Conferência de Economia Popular Solidária do Estado do Ceará buscou recuperar o processo de construção democrática participativa da política de economia popular e

solidária no país e subsidiará a elaboração do 2º Plano Estadual e também Nacional de Economia Solidária, dando mais um passo decisivo na afirmação de uma política pública neste segmento em âmbito nacional, bem como o fortalecimento da pauta contexto cearense.

A etapa Estadual foi realizada no SESC Iparana, nos dias 19 e 20 de maio de 2025, com a participação de aproximadamente 130 pessoas, entre delegados/as, convidados/as e observadores/as. Abaixo seguem imagens de dois momentos emblemáticos do evento:

Imagem 7. Abertura da 4ª Conferência Estadual de Economia Popular Solidária.



Fonte: Ascom/SET/CE.

Os principais resultados da conferência foram a elaboração das propostas prioritárias para os territórios, considerando os seguintes temas: realidade socioambiental, cultural, política e econômica; produção, comercialização e consumo justo e responsável; financiamento: crédito e finanças solidárias; educação, formação e assessoramento técnico; e ambiente institucional: legislação, gestão e integração de políticas públicas. Além disso, ao final, foi definida a delegação que representou o Estado na etapa Nacional.

Metas físicas: a principal entrega do período foi a realização da Conferência Estadual, a qual consta do PPA. Além dela, mais adiante serão citadas as demais, que qualificaram a participação do Ceará, conforme demonstrado na tabela 31.

Tabela 31. Lista das entregas com Metas e Resultados alcançados na Conferência Estadual de Economia Popular Solidária em 2025.

Entrega	Meta Planejada	Resultado Alcançado	Valor em R$	%
4ª Conferência estadual de EPS	1	1	R$56.371,00	100%

Fonte: COESA/SET.

Importante salientar que em termos de metas constantes do PPA, a 4ª Conferência Estadual contou com os recursos aprovados no âmbito do MAPP (no valor de R$56.371,00)

e foi realizada mediante contrato firmado com o SESC Iparana, organização responsável pela realização do evento, o qual foi muito bem avaliado pelos/as participantes.

Resultados alcançados: a Conferência Estadual é a culminância da rearticulação da política no âmbito do Estado, com a mobilização dos 8 (oito) territórios participantes das etapas territoriais, durante o ano anterior 2024, com cerca de 800 participantes, distribuídos em mais de 50 municípios, tendo definido uma delegação de 141 pessoas, sendo 50% formada por empreendimentos solidários, 25% de entidades de apoio e fomento e 50% de gestores públicos. A etapa estadual definiu 52 delegados/as juntamente com 36 suplentes prioritários, conforme orientações da Comissão Organizadora Nacional.

Impactos no público alvo: entre os principais impactos gerados na comunidade e no público-alvo podem ser citados a retomada da política pública nas esferas estadual e nacional, bem como o fortalecimento da participação coletiva dos diferentes setores que integram o campo da Economia Solidária. As conferências permitem que diversos atores sociais identifiquem as potencialidades de suas realidades, exponham problemas e construam soluções em conjunto.

Impactos na comunidade: os principais impactos gerados na comunidade podem ser citados o fortalecimento da efetividade das instituições participativas, gerando mais autonomia, troca de conhecimentos, integração de políticas públicas e propostas concretas para o desenvolvimento local, resultando em ações mais inclusivas, democráticas e alinhadas às necessidades reais dos territórios. Ademais, consiste num indicador de qualidade da gestão pública no que diz respeito à elaboração da política de forma ascendente, o que tende a gerar maior sustentação no decorrer do tempo.

13.1.3. IMPLANTAÇÃO DO SISTEMA DE CADASTRO DOS EMPREENDIMENTOS ECONÔMICOS SOLIDÁRIOS DO ESTADO DO CEARÁ (CADSOL)

O CADSOL é um cadastro criado para promover o reconhecimento público dos empreendimentos econômicos solidários, facilitando o acesso às políticas públicas de economia solidária e às demais políticas a eles dirigidas. Consiste, portanto, num dos instrumentos da Política Nacional de Economia Solidária (PNES), instituída pela Lei nº 15.068/2024.

Conforme orientações da Secretaria Nacional de Economia Popular Solidária, a comissão gestora estadual foi recomposta em abril de 2025, a fim de ter a representação dos três segmentos que compõem o campo da EPS (empreendimentos, entidades de apoio e órgãos governamentais).

Nesse sentido, a nova comissão passou por três momentos de capacitação entre os meses de abril, maio e setembro, sobre o uso do sistema. Inclusive, importa salientar que o Ceará é o primeiro Estado a constituir a comissão (conforme consta na ata do Conselho Estadual

de EPS, em 26 de fevereiro) e a colocá-la em funcionamento, com termo de adesão assinado pelo Secretário do Trabalho do Estado do Ceará.

Diante dos desafios da conciliação de agendas, bem como as dificuldades para deslocamento de integrantes da comissão, a preferência na modalidade das reuniões tem sido pelo formato remoto, adotando uma divisão prévia dos cadastros e apresentação de uma apreciação prévia aos participantes da reunião.

Público-Alvo: empreendimentos de Economia Popular Solidária, suas redes e entidades de apoio. Conforme legislação vigente, consideram-se empreendimentos da Economia Popular Solidária as empresas de autogestão, as cooperativas, as associações, os pequenos produtores rurais e urbanos, os grupos de produção e outros que atuem por meio de organizações e articulações locais, estaduais e nacionais.

Valor total do Projeto: não existe aporte financeiro para a referida ação.

Metas Físicas: conforme definido na primeira reunião da comissão, busca-se realizar pelo menos uma reunião mensal. Contudo, a depender do fluxo de projetos, já aconteceram reuniões com menor espaço de tempo.

Tabela 32. Lista das reuniões do Conselho Estadual de Economia Popular Solidária em 2025.

Entrega	Meta Planejada	Resultado Alcançado	%
Reuniões Comissão Gestora	9	9	100%

Fonte: Comissão organizadora Estadual.

Resultados alcançados: durante as reuniões, de janeiro a dezembro de 2025 foram analisados 25 cadastros, sendo 15 (quinze) deferidos e os 10 (dez) restantes foram solicitadas informações complementares.

Constam da base de dados do Ceará no Power BI 5 (cinco) EES que foram analisados pela comissão nacional, no período das atividades que antecederam a 4ª Conferência, e que não foram realizadas reuniões da comissão estadual, bem como 14 EES que migraram da base anterior, cujos cadastros foram validados. Portanto, ao todo, existem 34 EES cadastrados no Ceará, envolvendo 597 trabalhadores/as das Regiões Metropolitana de Fortaleza, Cariri, Sobral e Norte.

Impactos na comunidade e no público alvo: os principais impactos gerados na comunidade e no público-alvo podem ser citados a retomada da política pública nas esferas estadual e nacional, passando a ser este público priorizado nos processos de inserção nos espaços de comercialização, capacitações, eventos e outros.

Uma observação relevante é que permanecem desafios com relação à integração do Cadsol com outras bases, a exemplo do Ceará Credi, o que daria maior escala ao referido cadastro.

13.1.4. OUTRAS AÇÕES DE FOMENTO AOS EMPREENDIMENTOS ECONÔMICOS SOLIDÁRIOS

A presente ação ocorreu principalmente por meio de apoio aos trabalhadores/as dos empreendimentos para participação em eventos e feiras, conforme expostos, na tabela seguir:

Tabela 33. Lista de eventos e feiras com empreendimentos de Economia Popular Solidária - EES, apoiados pela SET em 2025.

Entrega	EES	Nº de trabalhadores	Parcerias
I Festival Nordestino de Economia Solidária (Salvador/Bahia)	10 EES	10	Consórcio Nordeste
Feira de Economia Solidária na 77ª reunião anual da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (Recife/PE)	4 EES	8	Rede de Gestores de Políticas Públicas de Ecosol
23º Feirão Estadual de Socioeconomia Solidária (Fortaleza)	50 EES	100	Secretaria de Desenv. Agrário (SDA)
TOTAL	**63 EES**	**118**	

Fonte: Arquivos COESA.

Público-Alvo: empreendimentos de Economia Popular Solidária e suas redes (Unisol, Unicafes etc.). Conforme legislação vigente, consideram-se empreendimentos da Economia Popular Solidária as empresas de autogestão, as cooperativas, as associações, os pequenos produtores rurais e urbanos, os grupos de produção e outros que atuem por meio de organizações e articulações locais, estaduais e nacionais.

Valor total do Projeto: não houve aporte financeiro para a referida ação.

Imagem 8. Participação da COESA no Painel sobre Incubação em Economia Solidária.



Fonte: Arquivos Coesa, 2025.

De acordo com o balanço publicado pelo Governo da Bahia, durante os cinco dias do evento, mais de 500 empreendimentos da Bahia (com representação dos 27 Territórios de

Identidade) e dos outros oito estados do Nordeste, tiveram a oportunidade de comercializar produtos oriundos da economia solidária como alimentos (chocolates, sorvetes, queijos, carnes), bebidas, artesanato, vestimentas e acessórios diversos. A movimentação financeira girou em torno de 3,5 milhões de reais.

O segundo evento se refere à participação de empreendimentos solidários cearenses na Feira de Economia Solidária que integrou a programação da 77ª reunião anual da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC), acontecida na Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFRPE), em Recife**,** no período de 13 a 19 de julho.

O 23º Feirão Estadual de Socioeconomia Solidária aconteceu no período de 11 a 13 de dezembro, no Parque de Exposições Governador César Cals, em parceria com a Secretaria do Desenvolvimento Agrário (SDA), envolvendo 50 empreendimentos dos setores de agricultura familiar, artesanato e alimentação. A seguir o registro do material de divulgação e da atividade de formação realizada na abertura do evento, com a participação da Profª Nazaré Soares, docente do Mestrado em Avaliação de Políticas Públicas da Universidade Federal do Ceará, que abordou o tema "Políticas Públicas de Economia Popular Solidária no Ceará: Desafios e Oportunidades", realizada na Tenda de Saberes.

Ainda no tocante ao apoio à realização de eventos, importa destacar o acolhimento ao evento que discutiu a metodologia de implantação da Usina Solar Solidária, um empreendimento criado pelo Instituto Banco Palmas, realizado no Auditório da Secretaria do Trabalho, dia 24 de abril de 2025.

Análise dos Resultados

A inserção dos empreendimentos nos espaços de comercialização na economia solidária (como feiras, lojas coletivas e eventos) são fundamentais para o desenvolvimento dos EES, pois funcionam como meios para exposição dos produtos, bem como elo entre a produção coletiva e o consumo consciente, permitindo que os produtos cheguem diretamente ao consumidor final, sem intermediários. Ademais, eventos como o Seminário sobre Produção de Energia Solar no Conjunto Palmeiras fortalece a pauta da transição energética justa, que consiste num tema central para os governos no contexto atual, em sintonia com a agenda 2030.

Impacto no público alvo: os eventos citados valorizam a produção local, gerando trabalho, renda e inclusão, favorecendo a inserção de pequenos agricultores familiares, artesãos e cooperativas no mercado, muitas vezes constituindo a principal fonte de sustento para grupos em situação de vulnerabilidade. Mais do que a venda em si, os/as trabalhadores/as ressaltam como impactos a criação de laços de solidariedade e intercâmbio de experiências.

Impacto na Comunidade: tais ações dialogam com os princípios do Comércio Justo e Sustentável, pois sua produção respeita o meio ambiente e valorizam a ética nas relações de trabalho, portanto, são práticas efetivas de trabalho decente. Ademais, a visibilidade proporcionada nas feiras e eventos funcionam como vitrines para a economia solidária, ajudando a popularizar produtos da agricultura familiar e do artesanato.

13.2. EIXO 3 - MAIS QUALIFICAÇÃO E RENDA - PROGRAMA CEARÁ SEM FOME

Em relação ao Programa Ceará sem Fome, importa destacar que o Plano de Ação do Eixo 3 - Qualificação Profissional, Empregabilidade e Renda é uma ação conduzida no âmbito do Comitê Intersetorial do Programa Ceará Sem Fome, envolvendo diretamente a Secretaria do Trabalho (SET), como mediadora do eixo.. Seu objetivo é propiciar a inclusão socioeconômica de pessoas beneficiárias e colaboradoras das Unidades Sociais Produtoras de Refeições (UPRs), com faixa etária a partir de 16 anos, em situação de vulnerabilidade social e insegurança alimentar, na perspectiva do fortalecimento da cidadania e da ampliação das oportunidades de renda e trabalho.

Nesse sentido, o Governo do Estado e o Comitê Intersetorial do Programa Ceará Sem Fome, no âmbito do Eixo estruturante 3- “Ceará Sem Fome -Mais Qualificação e Renda” pretendem criar uma ambiência externa favorável em condições de amparar processos de empregabilidade e a sustentabilidade dos negócios por meio de políticas estruturantes, crédito e formação empreendedora. Aspectos que enaltecem a dignidade, a cidadania e o propósito – projeto pessoal de cada um, possibilitando as bases para promover um Ceará onde as pessoas possam vislumbrar com dignidade dias melhores.

Nesse sentido, a Secretaria do Trabalho no ano de 2025 continuou suas atividades no âmbito dos contratos e convênios firmados com os parceiros SEBRAE, SENAC e Instituto de Desenvolvimento do Trabalho para execução de ações no Eixo Mais Qualificação e Renda, conforme descritos a seguir:

13.2.1.ACOMPANHAMENTO DOS PROJETOS DE QUALIFICAÇÃO SOCIAL E PROFISSIONAL - PROGRAMA CEARÁ SEM FOME (PCSF).

13.2.2. PROJETO CONSTRUINDO FUTUROS

O Projeto Construindo Futuros, vinculado ao Programa Ceará Sem Fome está sendo desenvolvido por meio de um contrato de gestão assinado no dia 18 de outubro de 2024 e objetiva aumentar a participação do Estado do Ceará no total de admissões no mercado de trabalho formal, promovendo, assim, ações de Qualificação Social e Profissional alinhadas às demandas dos setores produtivos locais. Essas ações incluem cursos de iniciação profissional, voltados especialmente para os beneficiários e colaboradores do PCSF.

Para alcançar esses objetivos, o projeto estabeleceu metas específicas:, a saber: cadastrar e inscrever 3.425 pessoas entre beneficiários e colaboradores do PCSF e, desse total,

certificou até dezembro de 2025, 2.714 participantes. Observa-se que o Projeto inicialmente tinha uma meta prevista de 120 turmas e 3000 beneficiários. No entanto, em setembro de 2025, ele sofreu aditivo de prazo e de valor no conjunto de recursos oriundos de aplicações do Fundo Estadual do Trabalho.

No âmbito do projeto Construindo Futuros, foram escolhidas regiões que segundo pesquisas realizadas possuem um alto índice de violência na região metropolitana. Foram priorizados inicialmente, os municípios de Fortaleza, Caucaia, Maranguape e Maracanaú.

As tipologias selecionadas inicialmente para cada localidade oportuniza a geração de trabalho e renda, e contempla o aumento de desenvolvimento e renda para região.Os cursos ofertados pelo projeto abrange as seguintes tipologias: Cuidador de Idoso, Faxineiro, Noções Básicas de Costura, Auxiliar Administrativo, Designer de Sobrancelhas, Eletricista , Pedreiro, Operador de Caixa, Assistente Administrativo e Informática.

A análise dos resultados alcançados , para cada ação contratada, far-se-á com base na comparação entre as metas previstas, traduzindo-se em prestação de contas das obrigações pactuadas entre a SET e o IDT. Ademais, servirá de base para a supervisão, o acompanhamento e a avaliação do desempenho do Instituto, por parte da Secretaria, na execução do plano de trabalho. O projeto está diante do cenário exposto pelo Governo do Estado do Ceará, por meio da Secretaria do Trabalho.

Público-Alvo: beneficiários do cartão e do Programa Ceará Sem Fome, além de colaboradores e familiares inscritos no cad único.

Valor total do Projeto e Período de execução: o valor total do Projeto Construindo Futuros é de R$ 2.872.910,91, sendo R$ 1.419.996,00 da fonte tesouro e R$ 1.452.914,88 da fonte FAT (Fundo de Amparo ao Trabalhador). Seu período de execução é de 11/09/2024 à 30/04/2026.

Metas Físicas

Tabela 34. Lista das entregas com Metas e Resultados do Projeto Construindo Futuros.

Entrega	Meta Planejada (jan a dez/25)	Resultado Alcançado	%
Cursos de qualificação profissional	137	115	83,94
Alunos inscritos	2.950	2.701	91,55
Alunos certificados	2.225	2.714	121,97

Fonte: IDT.

Análise dos Resultados

O Projeto Construindo Futuros teve seu contrato de gestão assinado com a Secretaria do Trabalho no dia 11 de setembro de 2024, tendo sido alterado prazo e valor a partir de setembro de 2025, em função de recursos oriundos de aplicações do Fundo Estadual do Trabalho. A elevação das metas foi importante para ampliar o escopo das ações associadas

a demandas de qualificação profissional articuladas com a instalação de empresas nos municípios, e/ou necessidade de qualificação específica, identificadas pelo Instituto de Desenvolvimento do Trabalho, órgão executor da ação.

Os resultados foram atingidos parcialmente, no que tange o período compreendido, e todos os alunos foram cadastrados no sistema de intermediação de mão de obra do IDT. Obteve-se um total até agora de 117 pessoas que alcançaram mercado formal de trabalho.

Impactos na Comunidade: a qualificação profissional tem um impacto profundo em distintas dimensões, envolvendo comunidades vulneráveis. Quando implementadas de forma estratégica e inclusiva, essas ações podem transformar não apenas a vida de indivíduos, mas também a dinâmica social e econômica da comunidade como um todo, a exemplo do empoderamento econômico e da construção da autonomia social e financeira.

Por fim, há um efeito estruturante no território, com o dinamismo econômico local sendo fortalecido. A qualificação contribui para a formação de mão de obra mais preparada, estimula iniciativas produtivas e pode impulsionar arranjos econômicos locais, gerando impactos que extrapolam o indivíduo e alcançam a comunidade.

Impactos no Público-Alvo: uma ação de qualificação voltada ao fortalecimento de oportunidades de trabalho e geração de renda, especialmente quando estruturada a partir de processos integrados de qualificação social e profissional, produz impactos significativos e multidimensionais no público-alvo.

A qualificação profissional proporciona o desenvolvimento de competências técnicas alinhadas às demandas do mercado de trabalho, enquanto a qualificação social fortalece habilidades comportamentais — como comunicação, trabalho em equipe, autonomia e resolução de problemas — cada vez mais valorizadas por empregadores e essenciais para a inserção e permanência no trabalho.

Ao adquirir conhecimentos e ferramentas práticas, os participantes passam a ter melhores condições de acessar oportunidades de trabalho formal, atividades autônomas ou empreendimentos próprios. Isso contribui para a diversificação das fontes de renda e para a redução da vulnerabilidade socioeconômica e para o fortalecimento da autonomia econômica.

Além disso, observa-se um impacto na articulação com políticas públicas e redes de apoio, quando essas ações são integradas a serviços de intermediação de mão de obra, assistência social e apoio ao empreendedorismo. Essa conexão potencializa os resultados da qualificação, facilitando o encaminhamento para vagas, acesso a crédito, formalização e inserção em cadeias produtivas locais.

13.2.3. PROJETO CEARÁ SEM FOME MAIS QUALIFICAÇÃO E RENDA - EMPREENDEDORISMO E DESENVOLVIMENTO - CONVÊNIO 01/2024 CELEBRADO ENTRE SET/SEBRAE

O Projeto + Qualificação e Renda Sebrae, Empreendedorismo e Desenvolvimento tem como objetivo fortalecer beneficiários e colaboradoras do Programa Ceará Sem Fome: pessoas em situação de vulnerabilidade socioeconômica inscritas no CadÚnico, tais como: representações coletivas de mulheres, jovens, populações LGBTI+, comunidades tradicionais, pessoas negras, bem como; Organização da Sociedade Civil (OSC), e grupos organizados e/ou arranjos produtivos locais que integrem o núcleo familiar e entorno das unidades/cozinhas vinculados ao programações sociais do Estado.

A Trilha SEBRAE, chamada de “Quero empreender” segue um fluxo de atendimento para o potencial empresário que integra desenvolvimento pessoal, gestão, crédito e mercado. canais de comercialização e participar dos mercados locais e regionais e que podem através de uma ambiência favorável identificar oportunidades de inclusão social e produtiva para o desenvolvimento local ou territorial sustentável, além de promover o acesso a serviços financeiros, a exemplo do Programa “Ceará Credi”.

A proposta de intervenção do Projeto + Qualificação e Renda Sebrae é realizada por meio de trilhas estruturadas, levando em consideração as vocações territoriais das comunidades e regiões, trazendo capacitação empresarial para desenvolver competências empreendedoras numa trilha composta de 6 módulos: seminário de sensibilização, seminário de oportunidades, autoconhecimento e propósito, projeto de vida, modelagem de negócios, finanças pessoais, finanças do negócio, acesso a crédito, para empreender através de negócios individuais ou modelos de negócios coletivos para organização e fortalecimento da governança, com módulos de uma ambiência de negócios que fortaleça atividades de produção, de prestação de serviços, de crédito, de comercialização, de distribuição, cultura e de consumo.

Público-Alvo: beneficiários e colaboradoras do Programa Ceará Sem Fome: pessoas em situação de vulnerabilidade socioeconômica inscritas no CadÚnico, tais como: representações coletivas de mulheres, jovens, populações LGBTI+, comunidades tradicionais, pessoas negras, bem como; Organização da Sociedade Civil (OSC), e grupos organizados e/ou arranjos produtivos locais que integrem o entorno das unidades/cozinhas para propiciar inclusão social e produtiva.

Valor total do Projeto e Período de execução: o valor total do Projeto é de R$ 4.607.100,00 (quatro milhões, seiscentos e sete mil e cem reais) Com previsão de execução de 10 de outubro de 2024 a 31 de dezembro de 2026.

Metas Físicas: capacitar 7000 empreendedores em gestão empreendedora até 30 de dezembro de 2026.

Tabela 35. Lista de Entregas com Metas e Resultados do Projeto Sebrae - Ano 2025.

Entrega	Meta Planejada	Resultado Alcançado	%
Seminários de Sensibilização	525	425	80,95 %
Trilhas Formativas “Quero Empreender”	525	408	77,71 %
Feiras	08	01	12,5 %

Fonte: SEBRAE Relatório 2025.

Análise dos Resultados: Em relação às metas não atingidas do ano de 2025, verifica-se que o problema residiu na baixa adesão do número de pessoas às trilhas formativas. Ficou estabelecido, de acordo com decisão do SEBRAE, que as turmas em 2025, só poderiam iniciar com um número mínimo de 20 beneficiários, o que impactou na formação das turmas por parte das unidades gestoras do PCSF, responsáveis no programa, pela articulação e mobilização. Outra questão relacionada ao não atingimento das metas,deveu-se ao fator relacionado à segurança e problemas de saúde dos consultores.

Impactos na Comunidade: o Programa Ceará Sem Fome + Qualificação e Renda é um processo sistêmico de fortalecimento para a inclusão produtiva e social dos beneficiários e colaboradores do Programa Ceará Sem Fome integrantes dos micro territórios que ancoram as unidades produtivas/cozinhas, empreendimentos individuais e coletivos por necessidade, referenciados em sua maioria, como alternativas ao desemprego, que enfrentam o desafio cotidiano de acessar crédito para viabilizar os meios de produção, acesso a cursos de capacitação e a qualificação social e profissional, bem como, acessar canais de comercialização e participar dos mercados locais e regionais e que podem através de uma ambiência favorável identificar oportunidades de inclusão social e produtiva para o desenvolvimento local ou territorial sustentável.

Um projeto que prevê trilhas formativas em gestão empreendedora aliadas a mentorias especializados para pequenos negócios tende a gerar impactos profundos e estruturantes em comunidades vulneráveis, especialmente entre beneficiários do Programa Ceará Sem Fome, cujo público enfrenta restrições históricas de acesso à renda, qualificação e oportunidades produtivas.

Inicialmente, observa-se um impacto direto na superação da insegurança alimentar, ainda que de forma gradual e sustentável. Ao promover o fortalecimento de capacidades empreendedoras e a geração de renda, o projeto contribui para que as famílias ampliem sua autonomia econômica, reduzindo a dependência exclusiva de transferências ou ações assistenciais.

Destaca-se também o fortalecimento do empreendedorismo de base comunitária. Em territórios vulneráveis, é comum a existência de iniciativas produtivas informais e pouco estruturadas. O projeto contribui para a organização dessas atividades, promovendo maior eficiência, agregação de valor aos produtos e serviços e inserção em mercados mais amplos, inclusive por meio de feiras, redes locais e canais digitais.

Há ainda um impacto significativo no empoderamento social e produtivo, sobretudo entre mulheres — público frequentemente majoritário em programas sociais. O acesso à qualificação e à mentoria fortalece a autoestima, amplia o protagonismo econômico e contribui para a autonomia nas decisões financeiras e familiares.

Por fim, há um efeito multiplicador no território, com o fortalecimento da economia local. Pequenos negócios mais estruturados tendem a gerar circulação de renda na própria comunidade, incentivar cadeias produtivas locais e criar novas oportunidades indiretas de trabalho.

Em síntese, o impacto desse tipo de projeto junto aos beneficiários do Programa Ceará Sem Fome vai além da qualificação: ele promove uma transição consistente da condição de vulnerabilidade para trajetórias de inclusão produtiva, autonomia econômica e desenvolvimento local sustentável.

Impactos no Público-Alvo: um projeto estruturado com trilhas formativas em gestão empreendedora, mentorias especializadas e oportunidades práticas — como participação em feiras, visitas técnicas e intercâmbios — tende a gerar impactos ainda mais amplos e consistentes entre beneficiários do Programa Ceará Sem Fome, ao integrar qualificação, aplicação prática e conexão com mercados reais, com volume de venda no valor aproximado de mais de R$16 mil reais.

O primeiro impacto relevante é a aceleração da inclusão produtiva com geração de renda. Diferentemente de ações exclusivamente formativas, a combinação com feiras e espaços de comercialização permite que os participantes testem e validem seus produtos e serviços, gerando receita imediata e fortalecendo a confiança em seus negócios.

Destaca-se ainda o acesso a redes, parcerias e novos mercados. As feiras e intercâmbios funcionam como espaços de conexão, onde os participantes podem estabelecer contatos com fornecedores, clientes, instituições de apoio e outros empreendedores. Esse capital relacional é fundamental para ampliar oportunidades e sustentar o crescimento dos negócios.

No campo social, o projeto promove empoderamento e protagonismo dos beneficiários, especialmente entre mulheres e populações em situação de vulnerabilidade. A vivência prática de comercialização, aliada ao reconhecimento do público e à troca de experiências, fortalece a autoestima, a autonomia e a identidade enquanto empreendedores.

Além disso, há um impacto territorial relevante, com o dinamismo da economia local sendo impulsionado. A circulação de renda gerada nas feiras e a consolidação de pequenos negócios contribuem para fortalecer cadeias produtivas locais e estimular novas iniciativas na comunidade.

Em síntese, a integração entre formação, mentoria e vivências práticas potencializa os resultados do projeto, promovendo não apenas qualificação, mas efetiva inserção produtiva, fortalecimento de negócios e transformação social nas comunidades atendidas.

13.2.4. PROJETO AMOR NA MASSA - SENAC Contrato nº 29/2024

Para fortalecer o Eixo de Qualificação e Renda, a Secretaria do Trabalho contratou os serviços do SENAC, que tem em seu currículo serviços de formação prática em áreas de alta demanda, como a gastronomia, que oferece potencial de retorno financeiro rápido. A formação visa desenvolver habilidades específicas na produção e comercialização de produtos alimentícios populares e de fácil comercialização, promovendo oportunidades de geração de renda para os beneficiários e fortalecendo a segurança alimentar e o desenvolvimento econômico nas comunidades atendidas.

O escopo das ações desenvolvidas contempla a contratação de serviços de formação na área de gastronomia, para atender 13.000 beneficiários, distribuídos em 650 cursos nas USPRs do estado do Ceará, com uma carga horária de 20h por turma. No ano de 2025 foram atendidas 443 turmas , e a composição desse valor considera todos os custos individuais dos insumos, dos instrutores, dos materiais didáticos e de consumo, além dos custos associados à logística de execução dos cursos nas diversas localidades atendidas.

Público-Alvo: beneficiários do Programa Ceará Sem Fome e do Cartão Ceará Sem Fome , colaboradores, voluntários e familiares nucleares do Programa.

Valor e período de execução: valor total R$3.497.000,00 (três milhões, quatrocentos e noventa e sete mil). Com período de execução entre 05 de dezembro de 2024 até 30 de junho de 2026. Observa-se que esse contrato sofreu um aditivo de prazo, em função do não atingimento de metas no período.

Metas Físicas:

Tabela 36. Lista das entregas com Metas e Resultados do Projeto - Ano 2025.

Entregas	Meta Planejada	Resultado Alcançado	%
Cursos de Profissionalização	650	443	68,15 %

Fonte: SENAC 2025.

Análise dos Resultados: inicialmente estava previsto a execução das turmas finalizarem em 31 de dezembro de 2025. No entanto, foi reavaliado o período em setembro de 2025, ocasionando a alteração para a data final de 30 de junho de 2026. esse fato deveu-se a problemas estruturais em relação às cozinhas que recebem as ações de gastronomia do projeto. Com esse fato, foi elaborado um aditivo de prazo até 30 de junho de 2026.

Impacto na Comunidade: um dos principais impactos é a geração imediata e potencial de ampliação de renda. A área de gastronomia possui forte capacidade de inserção no mercado, seja por meio do trabalho formal (restaurantes, cozinhas industriais, serviços de

alimentação) ou pelo empreendedorismo (produção de alimentos, marmitas, lanches, catering, entre outros).

Destaca-se também o aproveitamento de vocações e práticas já existentes nas comunidades. Muitas famílias já desenvolvem, de forma informal, atividades ligadas à produção de alimentos. A formação em gastronomia contribui para qualificar essas práticas, introduzindo noções de higiene, manipulação segura, padronização, apresentação e inovação de produtos, elevando o nível de qualidade e competitividade.

Outro impacto significativo é o fortalecimento da segurança alimentar e nutricional. Ao mesmo tempo em que gera renda, a qualificação em gastronomia promove o uso adequado dos alimentos, o aproveitamento integral e práticas alimentares mais saudáveis, repercutindo diretamente na melhoria das condições de vida das famílias.

Exemplo prático é a estruturação de uma padaria coletiva, onde funcionava uma cozinha solidária, cujos beneficiários se reuniram passaram a não mais necessitar da entrega das quentinhas , pois conseguiram construir autonomia financeira e sair da insegurança alimentar.

Impacto no Público-Alvo: a formação em gastronomia oferece competências técnicas práticas — como preparo de alimentos, boas práticas de higiene e manipulação, organização de cozinha e atendimento — que permitem aos beneficiários acessar oportunidades no mercado formal (bares, restaurantes, cozinhas industriais) ou atuar de forma autônoma.

Diferentemente de outras áreas, a gastronomia possibilita que o beneficiário comece a produzir e comercializar com baixo investimento inicial, seja por meio de vendas locais, encomendas ou participação em feiras. Isso favorece uma rápida conversão do aprendizado em renda, contribuindo para a melhoria das condições de vida.

Há ainda um impacto importante na qualificação de práticas já existentes. Muitos participantes já possuem saberes culinários informais, e a formação contribui para aprimorar essas habilidades, introduzindo padrões de qualidade, segurança alimentar, apresentação e inovação, tornando os produtos mais competitivos.

13.3. PARTICIPAÇÃO EM EVENTOS E COMISSÕES - COESA

A presente seção apresenta de forma pontual a interação da Coesa com espaços públicos de elaboração e gestão de políticas públicas, o que qualifica a implementação e o alcance dos resultados.

Tabela 37. Listagem dos Eventos/Comissões que a COESA participa em 2025.

Evento/Comissão	Participação da Área	Resultados/Desafios
1. Conselho Fiscal do IDT	Membro titular	Análise das prestações de contas do Contrato de Gestão que opera com recursos do Sistema Público de Emprego, Trabalho e Renda.
2. Coordenação Executiva da Rede de Gestores Públicos de Economia Popular e Solidária	Membro titular	Espaço de articulação nacional composto por gestores e gestoras públicas atuantes nas políticas públicas de economia solidária em todo o Brasil
3. Comitê Estadual de Negócios de Impacto (CENI)	Membro titular	Elaboração do Plano estadual de Negócios de Impacto
4. Comissão de Avaliação dos Contratos de Gestão (10/2024 e 15/2025) celebrado entre a SET e o IDT	Membro titular	Analisar documentação que envolvem o cumrpirmento das meta
5. Conselho Gestor do Programa de Aquisição de Alimentos (CGPAF)	Membro titular	Acompanhamento e deliberação sobre compras e produtos da Agricultura Familiar no Sistema Estadual de Compras da Agricultura Familiar (SECAF)
6. Comitê intersetorial do Programa Ceará Sem Fome	Membro suplente	Acompanhamento do Plano de Ação do Eixo Estruturante 3- Mais Qualificação e Renda,
7. Conselho Estadual de Promoção da Igualdade Racial do Ceará	Membro titular	Elaboração das Diretrizes e acompanhamento das ações que compõem o Plano Estadual de Igualdade Racial do estado do Ceará
8. Câmara Intersetorial de Segurança Alimentar e Nutricional do Estado do Ceará-CAISAN	Membro titular	Acompanhamento do 3º Plano Estadual de Segurança Alimentar e Nutricional do Estado do Ceará
9. Comissão de Elaboração do Plano Estadual da População em Situação de Rua - CEPOP	Membro titular	Elaboração do Plano Estadual da População em Situação de Rua
10. Conselho Estadual de Direitos das Mulheres	Membro titular	Acompanhamento do ciclo de conferências e elaboração do Plano Estadual de Políticas para Mulheres
11. Comitê Intersetorial para Inclusão Socioeconômica de Catadores e Catadoras -Pró-Catador	Membro titular	Elaboração do Plano Estadual Para Inclusão Socioeconômica de Catadores e Catadoras -Em andamento
12. Comitê Interinstitucional da Política de Resíduos Sólidos do Ceará	Membro titular	Elaboração do Plano Interinstitucional da Política de Resíduos Sólidos do Estado do Ceará.
13.Comitê de Equidade e Saúde Saúde	Membro titular	Mapeamento das trabalhadoras e trabalhadores do serviço público de saúde

Fonte: COESA/SET.

13.4. MONITORAMENTO ENTREGAS PPA (2024-2027) - COESA

Tabela 38. Lista das Entregas, Metas e Resultados do PPA (2024-2027) - Ano 2025.

Prog / Obj. Específico	Entregas	Meta	Resultado	%
272.1	Capacitação realizada	1	0	0
272.1	Conselho implantado	1	1	100%
272.1	Evento realizado	1	1	100%
272.1	Registro implantado	1	0	0
272.1	Selo concedido	1	0	0
272.1	Sistema implantado	1	0	0
272.2	Capacitação realizada	1	0	0
272.2	Empreendimento apoiado	1	0	0
272.3	Empreendimento apoiado - Eixo 3 - Mais Qualificação e Renda	1	866	100%
272.3	Plano elaborado	1	2	100%

Fonte: Elaboração própria.

Com base na tabela 38, a entrega Sistema implantado se refere ao Sistema que institucionaliza a política, a partir da esfera nacional, com a implementação do Sistema

Nacional de Economia Solidária (SINAES), que estaria fora da nossa governabilidade. Considerando esse contexto, optou-se pela retirada desta entrega do PPA durante seu processo de revisão em julho de 2025.

Análise dos Resultados: Quanto a não efetivação da entrega "selo concedido", foi elaborada minuta de edital para regulamentar a concessão do selo, encontrando-se a entrega em atividade preparatória. O Conselho Estadual recomendou o aproveitamento da comissão já atuante nas ações do CADSOL para acompanhar o processo. Entretanto, não houve avanço na definição dos incentivos concretos a serem concedidos aos empreendimentos certificados. Assim, a iniciativa permanece em fase de estruturação, condicionada à definição dos benefícios que assegurarão maior efetividade à certificação.

Em relação a Entrega "Empreendimento Apoiado" referente ao Objetivo Específico 272.3, foram apoiados 441 empreendimentos no Estado do Ceará, no âmbito do contrato SET/SENAC, por meio da oferta de cursos na área de gastronomia e na área voltada a gestão empreendedora foram apoiados 425 empreendimentos , por meio do convênio SET/SEBRAE. As ações visam fortalecer empreendimentos produtivos, ampliar a qualificação técnica e promover geração de renda no território cearense.

Quanto a entrega "plano elaborado" o Impulsiona Ceará avançou na entrega de dois Planos de Ação Estratégicos essenciais para o fortalecimento dos APLs. No APL de Mandiocultura de Salitre, o plano reuniu informações estruturantes sobre a cadeia produtiva, definiu ações integradas entre produtores e instituições locais e foi apresentado oficialmente em maio, durante seminário que reuniu mais de 25 participantes. No APL de Turismo de Amontada, o plano consolidou estratégias de qualificação profissional, melhoria dos serviços e valorização do território como destino sustentável. A entrega ocorreu em abril, em seminário com cerca de 30 representantes do setor. Ambos os planos reforçam a governança local e ampliam o alinhamento institucional necessário para impulsionar o desenvolvimento econômico regional.Portanto, a abertura da agenda governamental para esta pauta tem um significado relevante, pois confere um caráter emancipatório à política pública, ampliando a noção de trabalho para além do assalariamento e garantindo as bases de legitimidade do trabalho associativo e cooperativo, em sintonia com as deliberações da II Conferência do Trabalho e da 4ª Conferência Nacional de Economia Popular Solidária.

A continuidade dos principais avanços também se deram nos 3 eixos de atuação: i) a interface com o Programa Ceará sem Fome, por meio da implementação do Eixo 3, voltado, como dito anteriormente, para a qualificação profissional e geração de renda, envolvendo projetos em andamento com o IDT, Sebrae e Senac; ii) a institucionalização da Política Estadual de Economia Popular Solidária, com a realização do ciclo de conferências territoriais e a aprovação da Lei, adequando-a à nova estrutura da SET. E iii) a participação em espaços públicos de elaboração, monitoramento e avaliação de políticas públicas, o que qualifica a ação pública estatal e promove a efetivação da intersetorialidade.

- **Pontos de atenção:** Em relação aos projetos relacionados ao Eixo Estruturante Mais Qualificação e Renda, analisa-se que iniciar ações de qualificação profissional em comunidades vulneráveis envolve uma série de desafios que precisam ser cuidadosamente observados e enfrentados para garantir o sucesso das iniciativas. Abaixo, destacamos os principais pontos de atenção:

  - ➔ Falta de estrutura local , com reduzidos espaços físicos ;
  - ➔ Baixa escolaridade e defasagem educacional do público alvo;
  - ➔ Acesso digital limitado;
  - ➔ Transporte insuficiente;
  - ➔ Fragilidade na Articulação Institucional;
  - ➔ Baixa autoestima;
  - ➔ Violência e insegurança;

13.5. ACOMPANHAMENTO DE CONTRATOS, CONVENIOS E CONGENERES - COESA

Tabela 39. Lista dos Contratos da COESA.

Nº Contrato	Objeto	Valor Total	Data Início	Data Fim	Situação Atual
CONVÊNIO 01/2024 SET/SEBRAE	Promover a inclusão sócio-produtiva, através do empreendedorismo, conforme as vocações econômicas locais e territoriais, possibilitando a consolidação de uma ambiência de negócios.	4.607.100,00	10/10/2024	31/12/2026	EM EXECUÇÃO
CONTRATO 15/2024 SET/IDT	Contrato celebrado entre Secretaria do Trabalho e Instituto Desenvolvimento do Trabalho, a promoção da qualificação social e profissional para os beneficiários(as) e colaboradores(as) do Programa Ceará Sem Fome com início entre os residentes nos municípios de Fortaleza, Maranguape, Maracanaú e Caucaia.	2.872.910,91	30/09/2024	30/04/2026	EM EXECUÇÃO. Este contrato de gestão sofreu em setembro de 20025, aditivo de prazo até 30.04.2026 e de valor no total de R$ 405.000,00
CONTRATO 029/2024	Prestação dos serviços na realização de cursos de formação profissional na área de gastronomia, com foco na produção de itens de alta demanda e fácil comercialização, nas condições estabelecidas neste contrato, no termo de referência e na proposta da CONTRATADA.	3.497.000,00	05/12/2024	30/06/2026	EM EXECUÇÃO. Este contrato sofreu aditivo de prazo até 30.06.2026.

Fonte: COESA /SET.

Análise da Qualidade das Entregas dos Contratos: em relação às entregas especificadas no item, tanto os relatórios como os planos de trabalho foram entregues em tempo hábil e com qualidade técnica de elaboração. Em todos foram inseridas as evidências, locais de funcionamento das turmas e municípios.

Análise do Cumprimento de Prazos e Plano de Trabalho: no período relacionado, em relação às vigências dos contratos, tivemos alterações de aditivo e de prazo no Contrato de gestão 015/2024 celebrado entre SET e IDT e aditivo de prazo no contrato SENAC 029/2024. O convênio 01/2024 celebrado entre SEBRAE e SET continua com sua vigência sem alteração, apenas passou por replanilhamento.

13.6. REGISTRO FOTOGRÁFICO - AÇÕES E PARTICIPAÇÃO EM EVENTOS - COESA

Imagem 9. SENAC - Curso de Qualificação Amor na Massa - Bolos e tortas (Aracati/CE).



Fonte: ASCOM / SET.

Imagem 10. IDT - Curso Construindo Futuros - Consultor de Vendas (Caucaia/CE).



Fonte: ASCOM / SET. Fortaleza.

Imagem 11. 1º Feira de Oportunidades Ceará Sem Fome (Cariri/Ce).



Fonte:SEBRAE/Relatório 2025

Imagem 12. Seminário de Sensibilização em Barbalha - SEBRAE.



Fonte:SEBRAE/Relatório 2025.

14. EXECUÇÃO DOS PROGRAMAS FINALÍSTICOS - ÁREA COTRA / SET

PROJETOS / ENTREGAS / CONTRATOS / EVENTOS E COMISSÕES

COORDENADORIA DO TRABALHO E RENDA - COTRA

14.1. ACOMPANHAMENTO DE PROJETOS E PROGRAMAS - COTRA

14.1.1. PROJETO DE PROMOÇÃO DO ATENDIMENTO INTEGRADO AOS TRABALHADORES PELO SINE/CE

A execução da Política Pública de Trabalho, Emprego e Renda pelo Estado do Ceará nos últimos anos, contemplou o que é preconizado pelo Sistema Nacional de Emprego – SINE, conferindo harmonia com as ações em âmbito federal. O SINE é um programa do Governo Federal, coordenado pelo Ministério do Trabalho e Emprego – MTE e executado por meio de entes federados, como estados, Distrito Federal e municípios, além de fundações.

Os serviços de atendimento a trabalhadores e empregadores inerentes a essa Política, em âmbito estadual, são realizados em ambiente físico e virtual como SINE Ceará – SINE/CE. O Estado do Ceará executa as ações do SINE em sua jurisdição, por meio da Secretaria do Trabalho – SET, em conformidade com o Termo de Adesão celebrado pelo Estado e a União em 2019. O procedimento consta na Lei nº 13.667/2018, Portaria Ministerial nº 6.207/2019.

Para assegurar as condições necessárias à consolidação das ações de iniciativa do Estado do Ceará, e atender ao compromisso com o Governo Federal para operacionalização do Programa SINE no Ceará, a SET contrata serviços de uma Organização Social de comprovada capacidade técnica e experiência na execução de projetos e ações nas áreas

do trabalho, emprego e renda, seguindo o que estabelece o normativo pertinente, inclusive a Lei nº 12.781, de 30 de dezembro de 1997 e suas alterações.

O Projeto ora apresentado busca demonstrar de forma clara e objetiva, os resultados alcançados pela organização contratada, denominada Instituto de Desenvolvimento do Trabalho – IDT, durante o período de 1º de janeiro a 31 de dezembro de 2025, em relação às metas e objetivos previamente estabelecidos. Ainda, demonstrar a eficiência, eficácia e efetividade no cumprimento da prestação de um serviço ininterrupto que caracteriza a operacionalização do SINE/CE.

A execução das atividades do Sistema Público de Emprego no Ceará, no âmbito do Programa SINE, compreende a intermediação de mão de obra para os setores formal e informal, orientação profissional, atendimento e habilitação ao Seguro-Desemprego, atendimento às empresas ofertantes de vagas e ações de desenvolvimento econômico de interesse do Estado do Ceará, viabilizadas por meio de contrato de gestão.

Público-Alvo: o projeto executado pela Organização Social Instituto de Desenvolvimento do Trabalho – IDT tem como público-alvo trabalhadores e empresas, os quais são diretamente beneficiados pelas ações implementadas.

Trabalhadores são impactados por meio de serviços voltados à:

- Intermediação de mão de obra
- Orientação profissional
- Qualificação e requalificação profissional
- Habilitação do Seguro-Desemprego
- Estímulo ao trabalho autônomo e empreendedorismo
- Apoio no acesso a linhas de crédito produtivo e orientado

Essas ações têm como foco ampliar as oportunidades de geração de renda, seja por meio do emprego formal ou da autonomia profissional, promovendo o desenvolvimento sustentável e a inclusão socioeconômica.

Empresas, por sua vez, são beneficiadas pela:

- Captação e encaminhamento de candidatos qualificados
- Apoio na seleção de perfis profissionais adequados às suas demandas
- Promoção de ações de empregabilidade e desenvolvimento de talentos
- Fortalecimento da relação entre oferta e demanda no mercado de trabalho local

Essas iniciativas contribuem para a dinamização da economia, o estímulo ao empreendedorismo e a construção de um ecossistema de trabalho mais justo e acessível.

No Estado do Ceará, o SINE/CE dispõe de uma rede de atendimento composta por 38 unidades de serviço, abrangendo 20 unidades próprias, sendo 6 localizadas na Capital e 14 no Interior, além de 1 unidade móvel e 17 postos de atendimento mantidos em parceria

com os municípios, o que assegura uma boa cobertura e acesso descentralizado aos serviços ofertados.

As unidades de atendimento estão localizadas nos seguintes municípios: Fortaleza, com duas unidades no Centro e demais unidades nos bairros Aldeota, Antônio Bezerra, Parangaba e Messejana; além dos municípios de Itapipoca, São Gonçalo do Amarante (Pecém), Eusébio, Horizonte, Maracanaú, Aracati, Limoeiro do Norte, Iguatu, Juazeiro do Norte, Sobral, Tianguá, Crateús, Quixadá e Quixeramobim.

Os postos de atendimento em parceria com as prefeituras são os seguintes municípios: Brejo Santo, Icó, Itaitinga, Itapajé, Jaguaribe, Paracuru, Pedra Branca, São Gonçalo do Amarante, Trairi, Canindé, Maranguape, Pacatuba, Morada Nova, Baturité, Fortim, Barbalha e Crato.

Valor total do Projeto e Período de execução: o projeto em questão trata-se de dois contratos que totalizam, no período de janeiro a dezembro de 2025, o valor de R$25.496.458,16 (vinte e cinco milhões, quatrocentos e noventa e seis mil, quatrocentos e cinquenta e oito reais e dezesseis centavos), correspondente a R$6.075.235,56 (seis milhões, setenta e cinco mil, duzentos e trinta e cinco reais e cinquenta e seis centavos) do Contrato nº 10/2024 e R$19.421.222,60 (dezenove milhões, quatrocentos e vinte e um mil, duzentos e vinte e dois reais e sessenta centavos) do Contrato nº 03/2025.

Do Contrato nº 10/2024 foram pagas as últimas parcelas (10ª, 11ª e 12ª), de janeiro a março de 2025. E do Contrato nº 03/2025 foram repassadas as parcelas de abril a dezembro de 2025, isto é, 1ª a 9ª, acrescidas com as parcelas do 1º Aditivo ao Contrato (1ª, 2ª, 3ª e 4ª).

Metas Físicas

Tabela 40. Lista dos Indicadores com Metas e Resultados de 2025 do Projeto Promoção do Atendimento integrado aos trabalhadores pelo SINE.

Indicador(es)	Meta Planejada	Resultado Alcançado	%
Colocação dos Trabalhadores nas Empresas	49.238	63.368	128,69
Pessoa com Deficiência colocadas nas empresas	1.231	1.070	86,9
Egressos do Sistema Prisional e de medidas socioeducativas	554	553	99,8
Prestação de serviços por profissionais autônomos intermediados	19.042	20.809	109
abilitação dos trabalhadores requerentes do Seguro-Desemprego	41.568	38.400	92,3
Atendimento aos trabalhadores cadastrados	673.738	811.011	120
Incremento de novas empresas cadastradas	2.333	2.365	101
Vagas de emprego cadastradas	70.180	84.424	120

Fonte: Instituto de Desenvolvimento do Trabalho - IDT, 2025.

Análise dos Resultados

Dos indicadores estabelecidos, a maioria superou as metas previstas, registrando desempenho superior a 100%. Apenas três indicadores não alcançaram integralmente os percentuais projetados, embora tenham apresentado resultados satisfatórios e próximos ao cumprimento das metas fixadas, quais sejam: Egressos do sistema prisional e de medidas socioeducativas colocados nas empresas (99,8%), Habilitação dos trabalhadores requerentes do Seguro-Desemprego (92,3%) e Pessoas com deficiência colocadas nas empresas (86,9%). Esse resultado expressivo revela uma melhoria significativa na efetividade do atendimento prestado aos trabalhadores, promovendo inclusão, acesso ampliado a oportunidades de emprego e maior articulação entre as políticas públicas de trabalho e inclusão social.

Os resultados evidenciam um impacto significativo na comunidade, com ampliação do acesso ao mercado de trabalho e fortalecimento da economia local. O expressivo número de trabalhadores atendidos (120% da meta) e de vagas cadastradas (120%) indica maior dinamização das oportunidades de emprego, contribuindo para a redução do desemprego e aumento da renda. Além disso, o crescimento na colocação de trabalhadores nas empresas (128,69%) demonstra a efetividade das ações de intermediação de mão de obra, promovendo inclusão produtiva e melhoria das condições socioeconômicas da população atendida.

O público-alvo foi diretamente beneficiado com aumento das oportunidades de inserção no mercado de trabalho, especialmente por meio da intermediação de serviços e habilitação ao seguro-desemprego. Destaca-se o bom desempenho na colocação de trabalhadores e na prestação de serviços por profissionais autônomos (109%), evidenciando ganhos quantitativos relevantes. No aspecto qualitativo, observa-se melhoria no acesso a serviços públicos de emprego e renda, maior inclusão de grupos específicos, como egressos do sistema prisional (99,8%), e avanços, ainda que com margem para melhoria, na inserção de pessoas com deficiência (86,9%). Esses resultados refletem avanços na promoção da empregabilidade, ainda que indiquem a necessidade de estratégias mais direcionadas para públicos com maior vulnerabilidade.

14.2. MONITORAMENTO DAS ENTREGAS DO PPA (2024-2027) - COTRA

Verificação das Metas e Entregas Realizadas

Tabela 41. Lista das Entregas, Metas e Resultados do PPA (2024-2027).

Programa	Entregas	Meta	Resultado	%
	Atendimento Realizado (unidade)	673.738	811.011	120,4
	Serviço Realizado (unidade)	19.042	20.809	109,3

273 - Conexão Trabalho e Renda	Trabalhador Colocado (unidade)	49.238	63.368	128,7
	Vaga Ofertada	70.180	84.424	120,3
	Egresso Colocado	554	553	99,8
	Jovem Colocado	25.262	34.363	136,0
	Mulher Colocada	111	111	100,0
	Pessoa Colocada	8.622	11.029	127,9
	Pessoa com Deficiência colocada	1.231	1.070	86,9
	Pessoa Indígena colocada	45	128	284,4
	Pessoa LGBTI+ Colocada	53	94	177,4
	Pessoa Negra Colocada	1.319	2.396	181,7
	Sistema Estruturado	0	0	0,0

Fonte: Instituto de Desenvolvimento do Trabalho - IDT, 2025.

Análise dos Resultados

Os resultados demonstram desempenho amplamente positivo do programa 273 – Conexão Trabalho e Renda, com superação de metas em indicadores estratégicos. Destaca-se o volume de atendimentos realizados (120,4%), evidenciando ampliação do acesso da população aos serviços. A intermediação de mão de obra apresentou resultados expressivos, com crescimento na colocação de trabalhadores (128,7%) e na oferta de vagas (120,3%), refletindo maior dinamização do mercado de trabalho.

Também merecem destaque os avanços na inclusão de públicos prioritários, como jovens (136%), pessoas negras (181,7%), população indígena (284,4%) e população LGBTQI+ (177,4%), indicando fortalecimento de políticas de equidade e diversidade. A prestação de serviços por profissionais autônomos (109,3%) reforça ainda o estímulo à geração de renda. De modo geral, os dados evidenciam eficiência operacional e alcance ampliado das ações do programa.

Pontos de atenção: apesar dos resultados positivos, alguns indicadores demandam atenção. A colocação de pessoas com deficiência ficou abaixo da meta (86,9%), indicando a necessidade de intensificar ações de inclusão, como articulação com empresas, qualificação profissional direcionada e sensibilização do mercado. O indicador de egressos do sistema prisional, embora próximo da meta (99,8%), sugere espaço para melhoria,

especialmente no fortalecimento de políticas de reinserção social.

Como ações corretivas, recomenda-se o desenvolvimento de estratégias específicas para públicos com menor desempenho, ampliação de parcerias institucionais e monitoramento contínuo dos indicadores, visando maior equilíbrio e efetividade na execução do programa.

14.3. ACOMPANHAMENTO DE CONTRATOS, CONVENIOS E CONGENERES - COTRA

Tabela 42. Lista dos Contratos monitorados pela Coordenadoria de Trabalho e Renda.

Nº Contrato	Objeto (resumido)	Valor Total	Data Início	Data Fim	Situação Atual
10/2024	Assegurar a execução da Política Pública do Trabalho no Estado do Ceará, no âmbito do SINE/CE	24.300.948,17	1º de abril de 2024	31 de março de 2025	Concluído
03/2025	Assegurar a execução da Política Pública do Trabalho no Estado do Ceará, no âmbito do SINE/CE	25.978.980,59	1º de abril de 2025	31 de março de 2026	Concluído

Fonte: Coordenadoria do Trabalho e Renda, elaboração própria, COTRA/SET, 2026.

Análise da Qualidade das Entregas dos Contratos

As entregas dos contratos analisados demonstram aderência satisfatória aos objetos pactuados, com execução alinhada às diretrizes da Política Pública do Trabalho no Estado do Ceará, no âmbito do SINE/CE. Ambos os contratos apresentam situação “Concluído”, indicando que as metas e atividades previstas foram finalizadas dentro do escopo estabelecido.

Do ponto de vista técnico, observa-se consistência na execução das ações, refletida na continuidade dos serviços prestados e nos resultados alcançados pelo programa, como a ampliação dos atendimentos e da intermediação de mão de obra. As entregas mostram conformidade com os requisitos previstos, sem indícios de comprometimento da qualidade ou desvio relevante em relação ao planejado.

Destaca-se, ainda, que o Contrato de Gestão nº 03/2025 contou com aditivo específico para a execução do Programa VaiVem Trabalhador, iniciado em setembro de 2025, voltado à garantia de transporte ou subsídio de deslocamento para trabalhadores em busca de emprego ou já inseridos no mercado de trabalho. As ações desenvolvidas apresentaram desempenho superior às metas estabelecidas, reforçando o alcance social, a ampliação do acesso às oportunidades de trabalho e a efetividade das iniciativas implementadas no âmbito do contrato.

Análise do Cumprimento de Prazos e Plano de Trabalho: os contratos analisados não apresentam registros de atrasos, tendo sido concluídos dentro dos períodos estabelecidos (2024–2025 e 2025–2026). O cumprimento dos prazos evidencia adequada gestão e monitoramento das atividades previstas nos planos de trabalho.

Não foram identificadas intercorrências relevantes que demandassem reprogramações significativas. Ainda assim, recomenda-se a manutenção de rotinas sistemáticas de acompanhamento e avaliação, com registro contínuo da execução física e financeira, a fim de assegurar a conformidade futura e permitir ajustes tempestivos, caso necessário.

14.4. EVENTOS E COMISSÕES - COESA

Tabela 43. Listagem dos Eventos / Comissões que a Coordenadoria do Trabalho e Renda participou no ano de 2025.

Evento/ Comissão	Data	Objetivo	Participação da Área	Resultados/Desafios
23ª Reunião Ordinária do CET	14/02	Deliberar sobre os Relatórios de Gestão dos Planos de Ações e Serviços de 2023; Alteração do PAS Ações e Serviços Manutenção e Gestão da Rede SINE 2024/2025.	Secretaria-Executiva	Deliberações do Conselho: Resolução nº 41; Resolução nº 42; Resolução nº 43; Resolução nº 45/2025, todas publicadas no DOE.
Reunião do Conselho Consultivo do Projeto Aproximar da AECIPP	06/03	Apresentar os Dados de Empregabilidade da Região do Complexo Industrial e Portuário do Pecém do ano de 2024.2	Membro	Momento crucial para avaliar o impacto das iniciativas e direcionar os esforços para otimizar resultados.
24ª Reunião Ordinária do CET	11/04	Autorizou abertura de unidade de atendimento do SINE no município de Fortim; mudança de Perfil da Unidade de Quixeramobim; mudança de endereço das unidades de atendimento da Rede SINE/CE.	Secretaria-Executiva	Deliberações do Conselho: Resolução nº 45; Resolução nº 47. Ambas publicadas no DOE.
Encontro com os Gestores Municipais do Trabalho	17/06	Fortalecer a autonomia dos municípios na gestão e implementação de ações e programas voltados para o fomento do emprego, qualificação profissional e outras políticas laborais.	Organização	Gestores definem por criação de Fórum para avançar nas políticas de trabalho no Ceará. O fortalecimento do colegiado iniciará pelas 14 regiões de planejamento.
25ª Reunião Ordinária do CET	18/06	Apresentar Relatório Preliminar de Auditoria no 1768441 - Avaliação da atuação dos Conselhos de Trabalho, Emprego e Renda do Estado do Ceará	Secretaria-Executiva	O Conselho apresenta boa estrutura e reconhecimento institucional, mas o principal desafio agora é evoluir de um modelo funcional para um modelo mais estratégico
14ª Reunião Extraordinária do CET	17/07	Autorizar mudança de endereço das unidades e postos de atendimento da Rede SINE/CE	Secretaria-Executiva	Resolução nº 46 aprova mudança de endereço de nove postos de atendimento, em consonância com os critérios estabelecidos pela Portaria nº 4.197/2022
26ª Reunião Ordinária do CET	05/08	Aprovar Plano de Ações e Serviços do Bloco de Gestão e Manutenção da Rede de Atendimento SINE	Secretaria-Executiva	Resolução nº 48 aprova o aditamento do Plano de Ação e Serviços dos blocos de Gestão e Manutenção

Caravana Vai e Vem São Luís do Curu	29/07	Ação itinerante do Governo do Ceará que percorre municípios da Região Metropolitana de Fortaleza (RMF) para emitir, na hora, o cartão VaiVem	Apoio	352 cartões entregues.
Caravana Vai e Vem Maranguape	20/08	Ação itinerante do Governo do Ceará que percorre municípios da Região Metropolitana de Fortaleza (RMF) para emitir, na hora, o cartão VaiVem	Apoio	1.516 cartões entregues.
2º Encontro Nacional da Rede de Observatórios do Trabalho	20 a 22/08	Ampliar as discussões acerca do acompanhamento do mercado de trabalho e das políticas públicas de trabalho, emprego e renda	Ouvinte	O evento reuniu 35 observatórios locais, cobrindo diversas regiões, para discutir dados, trocar boas práticas e planejar ações conjuntas.
Caravana Vai e Vem São Gonçalo do Amarante	21/08	Ação itinerante que para emissão do cartão VaiVem	Apoio	4.071 cartões entregues.
Caravana Vai e Vem Pindoretama	22/08	Ação itinerante que para emissão do cartão VaiVem	Apoio	408 cartões entregues.
Caravana Vai e Vem Itaitinga	26/08	Ação itinerante que para emissão do cartão VaiVem	Apoio	455 cartões entregues.
Caravana Vai e Vem Paracuru	27/08	Ação itinerante que para emissão do cartão VaiVem	Apoio	1.590 cartões entregues.
I Fórum Regional do Trabalho – Litoral Oeste / Vale do Curu e Grande Fortaleza	28/08	Debater boas práticas, fortalecer a Rede SINE e articular a estruturação do Fórum Estadual do Trabalho.	Co-participação/ organização	Representantes de 17 municípios do Litoral Oeste e Vale do Curu, juntamente com o secretário do Trabalho do Ceará.
3º Encontro Nacional de Aperfeiçoamento das Políticas Públicas do Trabalho	01º/09	Promoveu aperfeiçoamento dos servidores pontos focais das unidades descentralizadas e da rede do SINE	Ouvinte	Reciclagens das normas operacionais dos sistemas, padronização de procedimentos legais no processo de atendimento ao trabalhador.
Caravana Vai e Vem Horizonte	11/09	Ação itinerante que para emissão do cartão VaiVem	Apoio	1.846 cartões entregues.
Caravana Vai e Vem Cascavel	02/10	Ação itinerante do Governo do Ceará que percorre municípios da Região Metropolitana de Fortaleza (RMF) para emitir, na hora, o cartão VaiVem	Apoio	346 cartões entregues.
128ª Reunião Ordinária do Conselho Fiscal do IDT	07/10	Exercer o controle e a fiscalização da gestão administrativa, financeira e contábil do IDT	Conselheiro	Análise e validação dos demonstrativos financeiros, contábeis e dos relatórios de execução dos contratos e programas do IDT.
Caravana Vai e Vem Pacatuba	22/10	Ação itinerante que para emissão do cartão VaiVem	Apoio	982 cartões entregues.

14ª Reunião Ordinária da Comissão Estadual Para Erradicação do Trabalho Escravo do Ceará (COETRAE-CE)	28/10	Apresentação sobre o Plano Estadual de Direitos Humanos (DH) e alinhamento com o Plano Estadual de Combate ao Trabalho Escravo	Membro	Propostas para integração das políticas de combate ao trabalho escravo e tráfico de pessoas – Discussão e encaminhamentos para articulação intersetorial.
Seminário Trabalho Escravo Doméstico	06 e 07/11	Ampliar o debate público sobre a exploração laboral no âmbito doméstico	Ouvinte	O evento reuniu especialistas para debater uma forma de exploração que é oculta e de difícil fiscalização.
Caravana Vai e Vem Trairi	12/11	Ação itinerante que para emissão do cartão VaiVem	Apoio	204 cartões entregues.
27ª Reunião Ordinária do CET	18/11	Aprovou o Plano de Ações e Serviços do Bloco de Assessoramento Estatístico 2025 dentre outras ações	Secretaria-Executiva	Deliberações do Conselho: Resolução n° 50; 51, 52 e 53/2025. Todas publicadas no DOE.
5ª Edição da Black Friday de Empregos do SINE/IDT	28/11	Aumenta a empregabilidade no fim do ano, facilitando a conexão entre empresas que precisam contratar e trabalhadores em busca de vagas	Apoio	6 mil vagas de emprego para diversas ocupações e setores, como também orientação por meio de palestras, serviços na área da saúde, emissão do Cartão VaiVem Trabalhador e outras atividades.
II Conferência Estadual do Trabalho - Etapa Ceará	01 e 02/12	Construção de propostas coletivas para a promoção do trabalho decente e formular diretrizes para as políticas públicas de emprego e renda no Brasil	Organização e Participação	As propostas aprovadas nesta fase estadual no Ceará serão levadas à etapa nacional da II CNT, marcada para março de 2026
Seminário “Trabalho, Renda e Desenvolvimento: 35 Anos do FAT e do Codefat e os Desafios da Sustentabilidade"	04 e 05/12	Celebrou os 35 anos e reconhecer o papel do FAT/Codefat na promoção de emprego, renda e redução de desigualdades	Ouvinte	O Fórum de Secretários do Trabalho (Fonset) foi reconhecido por sua contribuição à construção de políticas públicas de trabalho. Na oportunidade, foram realizadas reuniões com as secretarias do MTE para discutir questões da SET.
129ª Reunião Ordinária do Conselho Fiscal do IDT	11/12	Exercer o controle e a fiscalização da gestão administrativa, financeira e contábil do IDT	Conselheiro	Análise e validação dos demonstrativos financeiros, contábeis e dos relatórios de execução dos contratos e programas do IDT.
Caravana Vai e Vem Cariri	23/12	Ação itinerante que para emissão do cartão VaiVem	Apoio	123 cartões entregues.

Fonte: Coordenadoria do Trabalho e Renda, elaboração própria, COTRA/SET, 2026.

14.5. REGISTRO FOTOGRÁFICO - AÇÕES E PARTICIPAÇÃO EM EVENTOS - COTRA

Imagem 13. Reunião do Conselho Consultivo do Projeto Aproximar da AECIPP, realizada em 06/03/2025, no IFCE Campus Pecém/CE.



Fonte: AECIPP (2025).

Imagem 14. 14ª Reunião Ordinária da Comissão Estadual Para Erradicação do Trabalho Escravo do Ceará (COETRAE-CE), realizada em 28/10/2025, no Ministério Público/CE.



Fonte: COETRAE (2025).

Imagem 15. Encontro com os Gestores Municipais do Trabalho do Ceará, realizado em 17/06/2025, no Centro de Eventos do Ceará.



Fonte: ASCOM/SET (2025).

Imagem 16. 2º Encontro Nacional da Rede de Observatórios do Trabalho, em 22/08/2025, no MTE.



Fonte: COTRA/SET (2025).

Imagem 17. Programa VaiVem no município de Itaitinga, em 26/08/2025.



Fonte: ASCOM/SET (2025)

Imagem 18. I Fórum Regional do Trabalho - Litoral Oeste/ Vale do Curu e Grande Fortaleza, realizado em 28/08/2025, no Taíba Beach Resort (Visita no Porto de Pecém).



Fonte: COTRA/SET (2025).

Imagem 19. 5ª Edição da Black Friday de Empregos do SINE/IDT, em 28/11/2025, na Praça José de Alencar.



Fonte: COTRA/SET (2025).

Imagem 20. ll Conferência Estadual do Trabalho Ceará, realizada em 01 e 02/12/2025, no Sebrae/CE.



Fonte: ASCOM/SET (2025).

Imagem 21. ll Conferência Estadual do Trabalho Ceará, realizada em 01 e 02/12/2025, no Sebrae/CE.



Fonte: ASCOM/SET (2025).

Imagem 22. Seminário "Trabalho, Renda e Desenvolvimento: 35 Anos do FAT e do Codefat e os Desafios da Sustentabilidade", realizado em 04 e 05/12/2015, no MTE.



Fonte: COTRA/SET (2025).

15. EXECUÇÃO DAS AÇÕES - ÁREA COORDENAÇÃO DE EVENTOS / SET

PROJETOS / ENTREGAS / CONTRATOS

COORD. EVENTOS - GABINETE DO SECRETÁRIO DO TRABALHO

15.1 ACOMPANHAMENTO DAS AÇÕES - COORDENAÇÃO DE EVENTOS - GABINETE DO SECRETÁRIO

15.1.1. Caravana VaiVem Trabalhador

A Caravana VaiVem Trabalhador foi uma iniciativa do Governo do Estado do Ceará, por meio da Secretaria do Trabalho (SET), destinada à ampliação do acesso ao Cartão VaiVem Trabalhador e aos serviços relacionados à mobilidade do trabalhador cearense. Executada entre julho e dezembro de 2025, a ação percorreu diversos municípios do Estado, promovendo atendimento descentralizado, orientação aos beneficiários e emissão do cartão, contribuindo para a inclusão social e o fortalecimento das políticas públicas de acesso ao trabalho.

A Caravana contemplou a realização de atendimentos itinerantes para cadastramento, atualização cadastral, emissão e entrega do Cartão VaiVem Trabalhador, além de orientações sobre critérios de acesso ao benefício e divulgação das políticas públicas de empregabilidade e qualificação profissional promovidas pela Secretaria do Trabalho.

Público-Alvo: Trabalhadores e trabalhadoras cearenses, especialmente aqueles que estão em busca de trabalho formal, com carteira assinada, beneficiários do Programa VaiVem Trabalhador e cidadãos que necessitam de apoio para acesso ao transporte público

intermunicipal vinculado às oportunidades de emprego.

Período de execução: julho a dezembro de 2025.

Tabela 44. Indicadores, metas e resultados das ações da Coordenação de Eventos - Gabinete do Secretário do Trabalho.

Indicador(es)	Meta Planejada	Resultado Alcançado	%
Municípios atendidos	**19**	**12**	**63%**
Cartões emitidos	**2.500**	**1.974**	**78%**
Trabalhadores atendidos	**3.000**	**2.800**	**93%**
Público estimado	**5.000**	**5.500**	**110%**

Fonte: Diretoria de Promoção do Trabalho e Empreendedorismo do Instituto de Desenvolvimento do Trabalho (IDT).

Análise dos Resultados

● Impacto na Comunidade: a Caravana VaiVem Trabalhador ampliou o acesso da população aos serviços públicos relacionados à mobilidade para o trabalho, reduzindo deslocamentos dos cidadãos até as unidades fixas de atendimento. A iniciativa fortalece a presença institucional da Secretaria do Trabalho nos municípios e contribui para a democratização do acesso aos benefícios governamentais. De julho a dezembro de 2025, 12 municípios cearenses receberam a Caravana VaiVem Trabalhador: Aquiraz, São Luís do Curu, Maranguape, São Gonçalo do Amarante, pindoretama, Itaitinga, Paracuru, Horizonte, Cascavel, Pacatuba, Trairi, Juazeiro do Norte, respectivamente.

Obs.: Em dezembro de 2025, o Governador Elmano de Freitas ampliou o programa para contemplar, inicialmente, quatro municípios da região metropolitana do Cariri (Barbalha, Crato, Juazeiro do Norte e Missão Velha).

● Impacto no Público-Alvo: a ação proporcionou maior agilidade na emissão do Cartão VaiVem Trabalhador, facilitando o deslocamento de trabalhadores para entrevistas, processos seletivos e atividades profissionais. Também promoveu inclusão social, redução de custos com transporte e ampliação das oportunidades de inserção e permanência no mercado de trabalho.

15.2. REGISTRO FOTOGRÁFICO DAS AÇÕES E PARTICIPAÇÃO EM EVENTOS - COORD. EVENTOS - GABINETE DO SECRETÁRIO DO TRABALHO.

Imagem 23. Caravana VaiVem realizada em São Luís do Curu / CE.



Fonte: ASCOM / SET.

Imagem 24. Caravana VaiVem realizada em Aquiraz / CE.



Fonte: ASCOM / SET.

Imagem 25. Caravana VaiVem realizada em Maranguape/ CE.



Fonte: ASCOM / SET.

Imagem 26. Caravana VaiVem realizada em São Gonçalo do Amarante.



Fonte: ASCOM / SET.

Imagem 27. Caravana VaiVem realizada em Paracuru.



Fonte: ASCOM / SET.

Imagem 28. Caravana VaiVem realizada em Trairi.



Fonte: ASCOM / SET.

16. AÇÕES DA ASSESSORIA DE CONTROLE INTERNO E OUVIDORIA – ASCOI

PROJETOS / ENTREGAS / CONTRATOS

ASSESSORIA DE CONTROLE INTERNO E OUVIDORIA - ASCOI

16.1. INTRODUÇÃO E IDENTIDADE INSTITUCIONAL

A Assessoria de Controle Interno e Ouvidoria – ASCOI, compõe a estrutura organizacional da Secretaria do Trabalho – SET. Órgão de assessoramento direto à gestão superior da SET, para apoio, monitoramento e realização de análise crítica dos níveis de riscos e da efetividade das medidas de tratamento e controle implementados.

É parte integrante do Sistema de Controle Interno do Poder Executivo Estadual, exercido de forma descentralizada e estruturado no modelo de três linhas, na forma do § 1º, Art. 3º da Lei Complementar Estadual nº 309/2023.

A ASCOI integra a segunda linha, a qual é constituída pelas funções de supervisão, monitoramento, inclusive da regularidade, e assessoramento quanto a aspectos relacionados ao gerenciamento de riscos, incluindo os controles internos da gestão, atuando, entre outras, como facilitadores da implementação de práticas eficazes de gerenciamento de riscos por parte da primeira linha.

As competências da ASCOI estão definidas na Portaria CGE Nº 04/2025 e suas atividades não se confundem com a atividade de auditoria interna governamental, função esta que é exercida exclusivamente pela terceira linha, composta pela Controladoria e Ouvidoria Geral do Estado, bem como pelas demais Unidades de Auditorias Internas, conforme disposto nos §5º e §6º do Art. 3º da Lei Complementar Estadual nº 309/2023.

A atuação institucional da ASCOI, no exercício de 2025, esteve estruturada nos pilares da Governança pública, Riscos e Controles com o intuito de fortalecer a gestão e o gerenciamento de riscos, buscando a eficácia e eficiência nas suas mais diversas atividades e competências.

16.2. PESSOAL - ASCOI

Quadro 2. Quadro de Pessoal da Assessoria de Controle Interno – 2025.

Ord.	NOME	FUNÇÃO
01	Edna Maria Martiniano de Lima	Coordenadora da Assessoria de Controle Interno e Ouvidoria/Ouvidora

16.3. ATIVIDADES REALIZADAS

As atividades realizadas pela Assessoria de Controle Interno e Ouvidoria da Secretaria do Trabalho estão consolidadas da seguinte forma:

a) Atividades de Controle e Gestão Estratégica

Quadro 3. Atividades realizadas pela Assessoria de Controle Interno e Ouvidoria.

ATIVIDADE	QUANTIDADE/PERÍODO
Monitoramento das áreas internas e apoio às atividades para elaboração da Prestação de Contas Anual/2024, apresentada ao Tribunal de Contas do Estado (TCE) de forma tempestiva e segura.	Reuniões quinzenais com Áreas Internas/Primeiro semestre de 2025.
Acompanhamento da implementação das recomendações, determinações e outras demandas provenientes da CGE e de outros órgãos de controle.	Plano de Ação 2570 do MacroPasf 794 (794.4255.2570) – Sistema AVIA/CGE/Segundo semestre de 2025.
Monitoramento dos processos críticos, através das Trilhas de Controle Interno disponibilizadas no sistema AVIA/CGE.	Publicação fora do prazo (02); Pagamento de juros e multa (02)/Durante todo o exercício.
Aplicação de Guias de Verificação de Conformidade na gestão dos Bens	Guia para Bens Móveis (01); Guia para Bens Imóveis (01)/Segundo semestre de 2025.
Verificação do cumprimento das obrigações de publicidade dos atos administrativos e o atendimento aos requisitos da Lei de Acesso Informação (LAI) e da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) no âmbito de sua competência.	Verificação, através de *check list*, conforme Orientação Técnica da ASCOI nº 01/2023 - Primeiro semestre de 2025.
Acompanhamento, apoio e monitoramento do Programa de Integridade	Realização de reuniões periódicas para apoio e monitoramento da implementação das recomendações do Relatório de Diagnóstico do Programa – Durante todo o exercício de 2025.
Participação no processo de formulação/acompanhamento do Planejamento Estratégico da SET (2024-2027)	Segundo semestre de 2025.

b) Atividades de Ouvidoria.

Atendimento, registro e tratamento das manifestações da Ouvidoria.

Em 2025, a Ouvidoria da Secretaria do Trabalho registrou um total de 113 manifestações, sendo 20 de Outros Poderes e 14 foram invalidadas, restando 79 Manifestações que foram tratadas e respondidas aos cidadãos que acessaram a Ouvidoria no período de análise.

Comparando com o mesmo período de 2024, quando foram registradas 45 manifestações no período de janeiro a dezembro, observamos que houve um crescimento de 75%. Desde o início do seu funcionamento, em agosto de 2023, a Ouvidoria da SET apresentou um crescimento de 276%.

O meio de entrada mais utilizado pela população em 2025 foi o Telefone 155 – Central de

Atendimento da CGE (31,65%).

Quanto ao Tipo de Manifestação, em 2025 a maioria fez referência a solicitações (41,77%), seguindo a mesma tendência de 2023 e 2024.

O Assunto mais demandado em 2025 foi “Ações de Desenvolvimento do Trabalho e Qualificação Profissional”, perfazendo um percentual de 32,25% em relação aos demais assuntos registrados, seguido do Programa “Dinheiro na Mão” (16,25%). As Ações de Desenvolvimento do Trabalho e Qualificação Profissional englobam assuntos relacionados a Oportunidade de Emprego/Estágio, Seguro Desemprego e Carteira de Trabalho.

Quanto ao Programa Orçamentário, 82,28% refere-se a “Conexão Trabalho e Renda Ceará”, seguido de “Empreende Ceará” (17,72%).

16.4. INDICADORES DE OUVIDORIA

A Controladoria e Ouvidoria Geral do Estado (CGE), no âmbito do Sistema de Gestão da Qualidade, monitora dois indicadores institucionais, referentes à resolubilidade (respostas no prazo às manifestações de ouvidoria) e à satisfação do cidadão com as ferramentas de ouvidoria. As metas estabelecidas para esses indicadores para o ano de 2025, foram:

Nesse sentido, a Ouvidoria da Secretaria do Trabalho alcançou, em 2025, um índice de 100% em relação ao Indicador de Manifestações Respondidas no Prazo. Esse resultado está acima do estabelecido pela CGE e acima do que foi alcançado em 2023 (95,24%) e em 2024 (97,78%), refletindo o compromisso da Ouvidoria e da gestão em atender aos cidadãos de forma tempestiva. Em relação à Satisfação do Cidadão com a Ouvidoria, esse índice ficou em 50%, um pouco abaixo do estabelecido pela CGE, e nesse sentido, a Ouvidoria da SET está comprometida com a melhoria desse indicador, em cumprimento aos requisitos vigentes, bem como a credibilidade perante a sociedade, embora o percentual de respondentes esteja muito aquém do que se pode considerar uma amostra representativa (total de respondentes: 02).

O tempo médio de resposta às demandas apresentadas pelos cidadãos foi de 9,33 dias, cumprindo assim, o prazo máximo que é de 20 dias, conforme preconiza a Lei de Acesso à Informação (LAI) e o Decreto Estadual nº 33.485, de 21 de fevereiro de 2020, que regulamenta o Sistema Estadual de Ouvidoria do Poder Executivo Estadual.

Importa mencionar que em 2025, a Ouvidoria da SET foi reconhecida como “Padrão Ouro” na Avaliação Anual de Desempenho da CGE, tendo recebido certificação de excelência concedida às ouvidorias setoriais do governo estadual que atingiram alto desempenho em 2024. Este reconhecimento, consolidado na Avaliação, classifica as unidades em Ouro, Prata e Bronze, destacando aquelas que superam as expectativas no atendimento ao cidadão.

16.5. AÇÕES DE OUVIDORIA ATIVA

A Ouvidoria da Secretaria do Trabalho promoveu duas Ações de Ouvidoria Ativa em 2025. A primeira Ação itinerante de escuta da população ocorreu no evento Maio do Trabalhador, realizado nos dias 05 e 06 de maio de 2025, na praça José de Alencar, centro de Fortaleza, e a segunda Ação ocorreu no evento “Caravana do programa VaiVem Trabalhador”, no município de Pacatuba, no dia 22 de outubro, no CEO – Centro de Artes e Esportes Unificados, que proporcionou serviços para auxiliar trabalhadores em busca de

recolocação profissional, além da emissão do Cartão VaiVem Trabalhador. Nesta Ação, a Ouvidoria se fez presente com a divulgação do serviço de Ouvidoria e com orientações aos cidadãos, se deslocando do seu ambiente de atendimento e promovendo a escuta junto à população que compareceu ao local para receber o benefício.

- **Campanha do Elogio.**

A Ouvidoria da SET realizou, no mês de dezembro, a Campanha do Elogio: Natal que acolhe, elogio que aquece o coração". A Campanha foi realizada em dezembro e consistiu no incentivo e importância da valorização do trabalho pelos colegas através de um elogio ou de uma mensagem de agradecimento pela dedicação, pela parceria, fortalecendo a rede de saúde humana, respeitosa e acolhedora. A Campanha resultou em vários elogios, sendo registrados no Ceará Transparente os elogios identificados, e possibilitou, entre outras coisas, o fortalecimento da cultura organizacional, melhoria na comunicação intersetorial e no atendimento ao público, pois, acredita-se que, quando um servidor se sente acolhido e valorizado tende a replicar esse comportamento no atendimento ao cidadão. A "corrente de elogios" interna acaba transbordando para o público externo. De uma forma geral, a Campanha demonstrou a preocupação da instituição com o indivíduo e não apenas com o cumprimento de processos e prazos.

- **Atividades do SIC.**

Realizado o Monitoramento do registro, tratamento e o prazo das Solicitações de Acesso à Informação, através do Sistema Ceará Transparente – Módulo E-SIC.

Em 2025, foram 31 solicitações, todas respondidas no prazo da Lei de Acesso à Informação (Lei nº 12.527/2011).

- **Elaboração de Relatórios gerenciais/temáticos**

Em 2025, a ASCOI produziu os seguintes relatórios, que foram encaminhados à gestão superior.

1. Relatório de Gestão de Ouvidoria/2024
2. Relatório de Gestão da Transparência (SIC)/2024
3. Relatório de Ouvidoria I Semestre/2024
4. Relatório de Manifestações do Programa VaiVem Trabalhador
5. Relatório sobre o Programa Ceará Credi
6. Relatório sobre as manifestações da Ouvidoria do IDT

- **Palestra sobre "Linguagem Simples"**

Em cumprimento à estratégia de aprimoramento da participação social, foi realizada a palestra para o público interno da Secretaria do Trabalho e Instituto de Desenvolvimento do Trabalho (IDT), com o tema: Linguagem simples. Realizada no dia 24 de novembro de 2025, a palestra teve como objetivo principal conscientizar os participantes sobre a importância de uma comunicação clara, acessível e inclusiva no ambiente institucional. Com a colaboração da CGE, a exposição proporcionou abordagens técnicas de redação para eliminar termos técnicos excessivos (juridiquês e burocratês) e a estruturação de textos focada na experiência do usuário. A iniciativa reforça o compromisso da SET com a transparência e a eficiência na transmissão de informações e no diálogo com a população.

16.6. REGISTRO FOTOGRÁFICO - ASCOI.

Imagem 29. Palestra “Linguagem Simples”.



Imagem 30. Ouvidoria Ativa no município de Pacatuba - CE.



Imagem 31. Ouvidoria no Evento “Maio do Trabalhador”.



17. AÇÕES DA ASSESSORIA JURÍDICA – ASJUR

PROJETOS / ENTREGAS / CONTRATOS

ASSESSORIA JURÍDICA - ASJUR

O presente Relatório de Gestão tem por finalidade apresentar as principais atividades desenvolvidas pela Assessoria Jurídica da Secretaria do Trabalho durante o ano de 2025, evidenciando as ações executadas no âmbito do assessoramento jurídico, bem como o suporte técnico prestado às unidades administrativas da Secretaria.

1. EMISSÃO DE PARECERES JURÍDICOS: No período avaliado, foram emitidos 247 (duzentos e quarenta e sete) pareceres jurídicos em processos administrativos diversos, contemplando temas relacionados a licitações, contratos, termos de cooperação, recursos administrativos, gestão de pessoal, execução de programas e demais matérias de interesse institucional.

2. TERMOS DE DISPENSA DE LICITAÇÃO: A Assessoria Jurídica realizou a elaboração de 12 (doze) Termos de Dispensa de Licitação, promovendo a análise da viabilidade jurídica das contratações diretas, bem como a verificação dos requisitos legais previstos na Lei nº 14.133/2021.

3. TERMOS DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO: Foram elaborados 05 (cinco) Termos de Inexigibilidade de Licitação, mediante análise da inviabilidade de competição e da documentação comprobatória necessária para a formalização das contratações.

4. ANÁLISE E ELABORAÇÃO DE CONTRATOS ADMINISTRATIVOS: A Assessoria Jurídica realizou a análise e elaboração de 27 (vinte e sete) contratos administrativos, abrangendo instrumentos voltados à execução de serviços, fornecimento de bens e demais necessidades da Secretaria. atuação consistiu na revisão das cláusulas contratuais, adequação à legislação vigente e mitigação de riscos jurídicos e administrativos, promovendo maior segurança nas relações contratuais firmadas.

5. TERMOS DE COOPERAÇÃO TÉCNICA: Foram elaborados 15 (quinze) Termos de Cooperação Técnica destinados à formalização de parcerias institucionais com órgãos e entidades públicas e privadas. Esses instrumentos tiveram como finalidade viabilizar ações conjuntas, compartilhamento de conhecimento técnico, execução de projetos e fortalecimento das políticas públicas desenvolvidas pela Secretaria do Trabalho.

6. PORTARIAS ADMINISTRATIVAS: A Assessoria Jurídica participou da elaboração de 36 (trinta e seis) Portarias Administrativas, disciplinando matérias relacionadas à organização

interna, designações, regulamentações administrativas e procedimentos institucionais.

7. EDITAL DE CREDENCIAMENTO – PROGRAMA DINHEIRO NA MÃO: A Assessoria Jurídica elaborou 01 (um) Edital de Credenciamento destinado à execução do Programa Dinheiro na Mão, realizando a estruturação jurídica do procedimento, definição de critérios de participação, exigências documentais e regras de habilitação.

8. TERMO DE ADESÃO – PROGRAMA DINHEIRO NA MÃO: Também foi elaborado 01 (um) Termo de Adesão referente ao Programa Dinheiro na Mão, com o objetivo de regulamentar a participação da instituição financeira credenciada. O instrumento estabeleceu direitos, deveres e responsabilidades das partes, assegurando maior controle e efetividade na operacionalização do programa.

9. MINUTAS DE DECRETO: 02 (duas) minutas de Decreto.

Elaboração da minuta de Decreto que altera o Decreto nº 34.508, de 04 de janeiro de 2022, responsável pela regulamentação da Lei nº 10.367/1979, que dispõe sobre o Fundo de Desenvolvimento Industrial do Ceará (FDI).

Participação na elaboração da minuta de Decreto destinada à criação do Programa Estadual Dinheiro na Mão, vinculado ao Fundo de Investimentos de Microcrédito Produtivo do Ceará FIMPCE, nos termos da futura Lei Complementar correspondente.

10. PARTICIPAÇÃO NA ELABORAÇÃO DE MINUTA DE PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR: Lei Complementar Estadual nº 366, de 27 de novembro de 2025. A Referida legislação promoveu reestruturação do Fundo de Investimentos de Microcrédito Produtivo do Ceará – FIMPCE e redefiniu as competências institucionais relacionadas ao Programa Ceará Credi, vinculado à Secretaria do Trabalho – SET, a quem compete, dentre outras atribuições legais, a gestão orçamentária e financeira do Fundo, o monitoramento da aplicação dos recursos, a celebração de parcerias e a adoção das medidas necessárias à adequada execução da política pública.

18. AÇÕES DA ASSESSORIA DE COMUNICAÇÃO - ASCOM

PROJETOS / ENTREGAS / CONTRATOS

ASSESSORIA DE COMUNICAÇÃO - ASCOM

Formada por uma equipe composta por sete pessoas – duas jornalistas, três designers, um social mídia e um fotógrafo, a Assessoria de Comunicação e Marketing Digital da Secretaria do Trabalho (ASCOM) desenvolve conteúdos específicos voltados para os públicos interno e externo.

Para tanto, atua seguindo os modelos de "Promoção da Imprensa" – pelo qual se desenvolve uma publicidade favorável da instituição nos meios de comunicação de massa; e de "Informação Pública" – quando leva à população os dados e informações sobre o mercado de trabalho e as atividades desempenhadas.

Para o público interno, foram elaborados conteúdos e artes para datas técnicas e sazonais, como aniversários, boas-vindas e eventos institucionais, além de celebrações como o Dia das Mães e o Natal. Destacam-se ainda as orientações de funcionamento do prédio e os benefícios oferecidos aos colaboradores.

Para o público externo, além das vagas de emprego, foram divulgados conteúdos sobre as seguintes ações ou temas:

- Dados da PNAD e CAGED, sobre a taxa de desemprego e geração de postos de trabalho, respectivamente
- Ações de qualificação profissional
- Caravana do Vai Vem Trabalhador nos municípios
- Lançamento do Programa Dinheiro na Mão
- Ações do Conselho Estadual da Economia Popular Solidária (CEEPS)
- Atividades de inclusão para públicos prioritários
- Números conquistados pelos programas
- Maio do Trabalhador e Black Friday Empregos

Para a divulgação de várias dessas atividades, contou-se com a parceria de outros órgãos, como o Instituto de Desenvolvimento do Trabalho (IDT), as secretarias da Diversidade, de Direitos Humanos e de Proteção Social, além da Associação Brasileira de Recursos Humanos (ABRH-CE), da Associação Cearense de Supermercados (Acesu) e do Sebrae.

No tocante à inserção nos veículos de comunicação por meio de entrevistas e citações, considerando que não possuímos nenhuma empresa contratada para clipagem, registramos 538 inserções, em rádios, TVs, jornais e portais, em 2025.

19. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O exercício de 2025 representou um período de consolidação institucional e expansão das políticas públicas executadas pela Secretaria do Trabalho do Estado do Ceará – SET, reafirmando seu papel estratégico na promoção do trabalho, emprego, renda, empreendedorismo, qualificação profissional e economia popular e solidária.

Os resultados apresentados ao longo deste Relatório de Desempenho da Gestão evidenciam o compromisso da Secretaria com a geração de oportunidades e a inclusão produtiva da população cearense, mediante a execução de programas, projetos e ações alinhados ao Plano Plurianual 2024-2027, ao Planejamento Estratégico Institucional e às diretrizes do Governo do Estado do Ceará.

No campo da gestão orçamentária, destaca-se a ampliação do orçamento consolidado dos órgãos vinculados à Secretaria, que evoluiu de R$ 125,8 milhões para R$ 177,0 milhões, representando crescimento de 41% em relação à dotação inicial, ampliando a capacidade de financiamento das políticas públicas vinculadas ao trabalho, emprego e geração de renda.

A execução dos recursos também demonstrou elevado nível de eficiência. As despesas com pessoal alcançaram execução orçamentária de 96,8%, enquanto o custeio administrativo da Secretaria registrou 96,84% de execução dos recursos autorizados, assegurando a manutenção da estrutura institucional necessária à implementação das ações finalísticas. Destaca-se ainda que aproximadamente 81,25% das despesas de custeio foram liquidadas e pagas no próprio exercício, refletindo a regularidade da gestão financeira.

No âmbito da gestão de pessoas, a Secretaria encerrou o exercício com 100% dos cargos comissionados ocupados e 98% das vagas terceirizadas preenchidas, garantindo a capacidade operacional necessária para o desenvolvimento das atividades institucionais e para a execução das políticas públicas sob sua responsabilidade.

As ações desenvolvidas pelas coordenadorias finalísticas contribuíram para o fortalecimento do empreendedorismo, da qualificação profissional, da intermediação de mão de obra, da economia popular e solidária e das iniciativas de inclusão produtiva, alcançando milhares de beneficiários em todas as regiões do Estado. Destacam-se, nesse contexto, os avanços obtidos por meio do programa Ceará Credi, início do programa Dinheiro na Mão e programas como Qualificar Mais, Incluir Mais, Ceará Sem Fome – Mais Qualificação e Renda, bem como das ações executadas pela rede SINE/CE, fortalecendo as oportunidades de inserção e permanência dos trabalhadores no mercado de trabalho.

Por fim, a SET reafirma seu compromisso com a melhoria contínua da gestão pública, com a eficiência na aplicação dos recursos públicos, com a transparência dos atos

administrativos e com a ampliação das oportunidades de trabalho, emprego, renda e empreendedorismo para a população cearense. Os avanços obtidos em 2025 constituem base sólida para os desafios dos exercícios seguintes e reforçam a contribuição da Secretaria para a promoção do desenvolvimento econômico, da inclusão social e da redução das desigualdades no Estado do Ceará.

Não obstante os avanços alcançados, a Secretaria do Trabalho reconhece a existência de desafios estruturais que demandam atenção nos próximos exercícios. Entre eles, destaca-se a necessidade de ampliação dos investimentos destinados às políticas públicas de trabalho, emprego, renda, qualificação profissional, empreendedorismo e economia popular e solidária, considerando o crescente volume de demandas da população cearense e a expansão das ações governamentais voltadas à inclusão produtiva.

Da mesma forma, observa-se a necessidade de fortalecimento da estrutura administrativa da Pasta, especialmente por meio da ampliação do quadro de cargos comissionados e funções estratégicas previstas em seu organograma, tendo em vista que a Secretaria foi criada recentemente e vem assumindo, de forma contínua, novas competências, programas, fundos e responsabilidades institucionais.

O aprimoramento da capacidade operacional e gerencial da SET constitui condição fundamental para assegurar maior eficiência na execução das políticas públicas, fortalecer os mecanismos de governança e ampliar a capacidade de monitoramento, avaliação e entrega de resultados à sociedade.

CEARÁ
GOVERNO DO ESTADO
SECRETARIA DO TRABALHO



Rua Rufino de Alencar, 134,
centro - Fortaleza - Ceará
Fone: (85) 3376-1100
www.trabalho.ce.gov.br